

COLLECÇÃO

DA

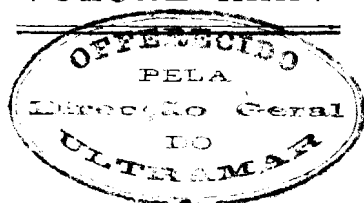
LEGISLAÇÃO NOVISSIMA

DO

ULTRAMAR

1907

VOLUME XXXV



LISBOA

COMPANHIA TYPOGRAPHICA

12 a 20, Rua do Ferregal de Baixo, 12 a 20

1908

INDICE CHRONOLOGICO

DO VOLUME XXXV

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1907

Janeiro

	Pag.
10—Carta régia confirmando a declaração commercial assignada com a Suecia em 16 d'abril de 1904.....	3
10—Carta régia confirmando a Convenção commercial celebrada com a Suissa em 20 de dezembro de 1905.....	5
17—Carta régia confirmando a Convenção para a protecção das aves uteis á agricultura.....	8
17—Decreto concedendo á mi são catholica de São Paulo de Messano o uso de um terreno no districto militar de Gaza.....	16
18—Portaria nomeando uma Comissão de trabalhos geoesicos na Africa oriental.....	16
27—Portaria commettendo, em Mozambique, aos delegados de saude a inspecção dos mancebos e praças indigenas.....	18
28—Officio confirmando a adopção de um compendio para as escolas primarias d'Angola.....	18
29—Carta de lei approvando o contracto provisório relativo á amarração de cabos submarinos na costa oriental da Africa portugueza.....	18
29—Decreto encarregando da superintendencia technica dos serviços geodesicos no ultramar a Direcção geral dos trabalhos geoesicos e topographicos.....	22
29—Decreto organisando o Supremo Conselho de defesa nacional.....	22

Fevereiro

1—Portaria mandando vedar a pesquisas mineiras as áreas de dois concelhos da India.....	29
1—Officio expondo as razões do indeferimento de um pedido de aforamento de terrenos em Cabo Verde.....	29
6—Officio estabelecendo as condições para a garantia, no exercito do reino, dos posto adquiridos no ultramar pelas praças de pret.....	29
7—Carta régia confirmando tres Convenções relativas a conflictos de leis em materia de casamento e de divorcio, o á tutela de menores.....	30

	Pag.
7—Decreto dissolvendo a Comissão encarregada do estudo da reorganisação militar do ultramar.....	48
7—Alvará approvando os estatutos da Associação commercial de Benguella.....	48
14—Decreto regulando a distribuição das despesas do ultramar, a realizar na metropole, no exercicio de 1906-1907.....	52
20—Portaria regulando a regencia das classes desdobradas em turmas parallelas nos lyceus de Nova Gôa e Macau.....	53
20—Officio resolvendo ácerca do abono de subsidio de renda de casa a officiaes que forem, cumulativamente, administradores de concelho.....	54
21—Officio incluindo copia de uma consulta sobre a doença do gado cavalhar na ilha de São Thiago de Cabo Verde.....	55
21—Officio approvando o abono de subsidio de renda de casa aos officiaes do quadro de saude de Cabo Verde.....	56
22—Decreto approvando o regulamento dos concursos para professores da Escola colonial.....	56
27—Officio (circular) solicitando varias informações mensaes ácerca dos principais generos de produção e consumo.....	60
27—Portaria vedando a pesquisas mineiras certos terrenos em Lourenço Marques.....	60
28—Carta de lei auctorisando a desistencia da competencia civil e criminal dos consules portuguezes em Zanzibar.....	60

Março

4—Contracto definitivo sobre a amarração de cabos submarinos na costa oriental da Africa portugueza.....	61
8—Portaria recommendando a observancia das disposições da Ordenança geral da armada sobre distinctivos, horas, etc.....	62
11—Decreto creando uma escola de instrucção primaria na freguezia de Nossa Senhora do Carmo em Loanda.....	62
11—Decreto mandando abrir um credito especial para despesas do caminho de ferro de Mossamedes.....	62
18—Officio declarando deverem os agrono-	

mos e regentes agricolas de Angola elaborar relatorios annuaes.....	63
18—Officio permitindo o desempenho por um facultativo civil do serviço medico-militar na praça da Aguada...	63
20—Officio esclarecendo sobre a deducção da percentagem dos mestres das escolas profissionais em Cabo Verde.	63
20—Decreto concedendo um terreno ao seminario de Angola.....	64
20—Decreto confirmando a demarcação da freguezia do Carmo em Loanda...	64
20—Carta de lei alterando a legislação vigente sobre contabilidade publica...	66
27—Officio declarando inapplicavel aos missionarios o decreto de 20 de setembro de 1906 sobre aposentação...	73
27—Officio mandando isentar de imposto muni cipal os paramentos e alfaías religiosas em Cabo Verde.....	73

Abril

4—Decreto declarando rescindido o contracto relativo ao exclusivo de carreiras de automoveis em Loanda e Lunda	73
4—Decreto determinando a composição do quadro capitular da sé de Loanda	74
4—Decreto mandando abrir um credito especial para o caminho de ferro da Swazilandia e porto de Lourenço Marques	74
5—Portaria providenciando para a organização de novas matrizes prediaes no Estado da India	74
8—Officio (circular) interpretando a disposição do respectivo regulamento sobre licenças e vencimentos do pessoal dos correios ..	76
9—Portaria approvando os projectos de obras hydraulicas no Estado da India e auctorisando a sua execução	76
11—Decreto auctorisando a estação postal de Chai Chai a permutar vales provinciaes	78
11—Decreto reorganizando a Secretaria de marinha.....	79
12—Officio dando esclarecimentos sobre a confirmação dos empregados aduaneiros	83
13—Consulta estabelecendo a interpretação a dar ao § unico do artigo 33.º do Código de justiça militar	83
18—Decreto rejeitando um recurso ácerca do aforamento de um terreno em Lourenço Marques	86
18—Decreto concedendo isenção de direitos ao material destinado ás installações da luz electrica em Benguella	86
18—Decreto alterando os typos e taxas de sellos e outras fórmulas da franquia em vigor no ultramar ..	87
18—Decreto approvando o Accordo entre os correios da India portugueza e britannica para permutação de artigos sujeitos a embolso	88
25—Decreto declarando extensivas ao ultramar as disposições sobre pagamento de emolumentos, contribuição industrial e sello nos processos judiciais	91
25—Decreto auctorisando a execução no ultramar, com algumas alterações, do	

de 14 d'agosto de 1889 sobre tribunaes de arbitros avindores	93
25—Decreto creando em Lourenço Marques um tribunal de arbitros avindores.....	101
25—Decreto tornando extensiva ao ultramar a lei de 4 de maio de 1896 sobre processo criminal	101
25—Decreto tornando extensiva ao Estado da India a lei sobre a assistencia judiciaria civil	102
25—Decreto auctorisando o intendente da B.ira a reconhecer assignaturas dos agentes consulares portuguezes na Rhodesia	103
25—Carta de lei regulando a dispensa da exigencia de passaportes a nacionaes e estrangeiros	103
25—Decreto creando a Direcção do caminho de ferro de Mossamedes ..	105
25—Decreto harmonizando os vencimentos dos professores dos lyceus de Nova Gôa e Macau	110
25—Decreto dando ao escrivão do Julgado municipal do Chinde a faculdade de exercer o tabellionato.....	111
25—Decreto fixando a linha de separação dos districtos de Moçambique e da Zambesia	112
26—Decreto pondo á disposição do Ministerio da marinha um destacamento de tropas para Angola	112
27—Officio (circular) mandando abonar fundos para adeantamentos ás praças que regressem á metr pole....	113
27—Portaria mandando executar o regulamento provisório para instrução de artilharia de montanha	113
27—Idem, para o serviço das bôccas de fogo M. 7.ª, 5 T. R. S/E m/1905....	113
30—Officio (circular) declarando inatendiveis os pedidos para inclusão de serviaes nas guias de viagem dos empregados.....	113

Maio

2—Decreto mandando abrir um credito especial para despesas da columna de operações no Sul de Angola....	113
2—Decreto tornando extensiva a diversos funcionarios militares a faculdade de expedir vales de serviço...	114
2—Decreto alterando o contracto da Companhia das aguas de Lourenço Marques	114
6—Officio resolvendo sobre a annullação e redução de contribuição predial por motivo da perda de colheitas em du s ilhas de Cabo Verde.....	115
10—Decreto estabelecendo a constituição do Conselho inspector d'instrução publica da provincia de Moçambique	115
10—Decreto estabelecendo um imposto de consumo sobre o peixe em Lourenço Marques	116
10—Decreto applicando nos territorios da Companhia do Nyassa o regulamento para os Conselhos de guerra de 5 de julho de 1894.....	116
11—Portaria isentando de direitos um automovel para a missão de Boroma..	117

	Pag.
16--Decreto contedendo ao Banco ultra-marino um terreno em Tete	117
17--Officio mantendo o posto militar na ilha Formosa, na provincia da Guiné	117
23--Decreto approvando o regulamento e programmas de instrucção primaria portugueza, maratha e guzerathe, no Estado da India	118
23--Decreto reorganizando os serviços administrativos da provincia de Moçambique (<i>Rectificação</i> .—Vide <i>Erratas</i>)	170
23--Decreto alterando o que em 1904 regularizou a situação de possuidores de terrenos em Angola	202
23--Decreto approvando o regulamento da Escola de artes e officios de S. Thomé	204
29--Decreto approvando, com modificações, a Portaria provincial que regulou o julgamento das questões gentilicas em Angola	208
29--Officio auctorisando a applicação provisoria em Angola das disposições sobre a organização das Terras da Corôa de Lourenço Marques	212

Junho

1--Portaria nomeando uma missão medica para estudar a doença do somno na ilha do Principe	217
3--Portaria approvando a organização da R-partição de minas da Companhia da Zambesia, em Tete	220
5--Officio indicando em que caso devem abonar-se passagens ás familias dos facultativos de Cabo Verde	221
11--Portaria fixando o vencimento de exercicio do thesourciro pagador do caminho de ferro de Malange	221
12--Decreto estabelecendo as ajudas de custo ao pessoal dos quadros das obras publicas e dos caminhos de ferro do ultramar	221
12--Decreto estabelecendo, provisoriamente, o regimen dos compendios para o ensino primario e normal no ultramar	223
14--Portaria approvando o regulamento provisorio dos armazens e do despacho de mercadorias nas alfandegas da Companhia do Nyassa	224
20--Decreto regulando a promoção de officiaes	228
20--Decreto estabelecendo as condições para a promoção dos officiaes inferiores até aos 45 annos de idade	229
21--Decreto approvando o contracto provisorio, celebrado em 26 de janeiro com a «The Eastern & South African Telegraph Company Limited» para a troca de terrenos em Lourenço Marques	229
22--Officio declarando estar dentro da área mineira da Companhia da Zambesia um territorio da região do Missale	233
26--Officio dando esclarecimentos sobre a constituição das Comissões das terras na provincia de Moçambique	233
27--Decreto regulando a cobrança dos rendimentos das provincias ultra-	

marinas e a sua applicação ás respectivas despesas em 1907-1908	234
27--Decreto approvando o programma e condições de adjudicação e concessão do jazigo de petroleo de Pualaca, em Timor	1181
27--Decreto concedendo a Emilia Braga Nunes Pimentel o dominio directo de um terreno em Tete	1192
27--Decreto approvando o regulamento da administração de fazenda naval (<i>Disposições referentes ao ultramar</i>)	1193
27--Portaria estabelecendo instrucções para o serviço da distribuição dos subsídios ás missões do Real Padroado em Angola e prestação das respectivas contas	1194
27--Portaria mandando elevar os direitos de exportação de borracha pelo districto do Congo	1198
28--Portaria auctorisando a concessão de licença a I-mael Abdul Remane Mangá para occupar um terreno na Catembo	1198
28--Officio approvando a distribuição de fundos para obras publicas em Cabo Verde, para 1907-1908	1199
28--Officio estabelecendo a restricção do gozo das licenças graciosas concedidas aos facultativos e pharmaceuticos de Cabo Verde	1200
29--Decreto elevando a povoação da Beira á categoria de cidade	1200
29--Decreto auctorisando e regulando a cobrança das receitas publicas e a sua applicação ás despesas do Estado	1201

Julho

4--Decreto approvando o regulamento para a exploração de valores de cascos e cargas de navios, abandonados em aguas profundas nos mares de Cabo Verde	1241
4--Decreto regulando a distribuição das despesas do ultramar a realizar na metrôpole em 1907-1908	1243
5--Portaria annullando uma licença para exploração das arvores de gutta-percha em Gaza e Inhambane	1244
6--Contracto para a exploração provisoria do caminho de ferro de Malange	1244
9--Portaria determinando que os administradores de concelho façam o registo civil de nascimento mesmo depois do prazo legal	1246
13--Decreto approvando o regulamento do imposto urbano na Beira (Moçambique) (<i>Rectificação</i> .—Vide <i>Erratas</i>)	1247
13--Officio declarando ter já a Camara municipal de Lourenço Marques o direito de demolir os edificios arruinados	1265
16--Officio justificando a necessidade da confirmação por decreto dos empregados de fazenda nomeados por Portaria régia	1265
24--Officio ácerca da recepção do governador de São Thomé e Principe ao apresentar se officialemente em qualquer egreja	1263

	Pag.
25—Officio mandando passar gratuitamente e em papel commum as certidões dos exames primarios em Angola, feitos antes do regulamento de 1906	1266
26—Decreto approvando o regulamento geral do trabalho dos indigenas no territorio da Companhia de Moçambique (<i>Rectificação—Vide Erratas</i>)	1266
26—Decreto approvando o regulamento para o commercio e colheita da hor-racha no territorio da Companhia de Moçambique	1278
26—Decreto approvando o regulamento para recrutamento de indigenas no territorio da Companhia de Moçambique	1281
26—Decreto mandando abrir um credito especial para despesas do caminho de ferro da Swazilandia	1282
26—Idem, um credito especial para despesas do caminho de ferro de Mossamedes	1282

Agosto

5--Portaria approvando as conclusões do relatório da administração do Instituto ultramarino em 1905 1906	1283
6--Officio mandando rectificar um errona tabella de despesa do Estado da India	1285
7--Officio mandando rectificar um erro em que sahiu a tabella de despesa da Guiné	1286
7--Officio resolvendo duvidas sobre a accumulção de abonos dos engenheiros	1286
16--Portaria declarando dever evitar-se a suspensão de processos militares com o fundamento de consulta ás Estações superiores	1286
17--Officio indicando as ajudas de custo do pessoal do caminho de ferro de Mossamedes	1286
17--Officio (circular) determinando o destino das importancias de vales ultramarinos emitidos desde 1 de julho	1287
19--Decreto estabelecendo as condições para a reforma extraordinaria dos facultativos e pharmaceuticos	1287
19--Decreto tornando extensivas ao ultramar as disposições vigentes sobre tiro nacional e carreiras de tiro	1287
19--Decreto alargando os prazos estabelecidos para a confecção da estatística annual da instrução primaria em Angola	1304
19--Decreto rejeitando um recurso contra o despacho do governador geral da India, que approvou a elevação dos vencimentos dos facultativos da Comunidade de Sirulá	1304
19--Decreto negando provimento n'um recurso de Janquissá Dossabay contra a annullação de duas arrematações de rendas municipais em Damão	1305
19--Decreto declarando caducas duas concessões de terrenos cultivados em Timor	1306
19--Decreto mantendo os recursos extraordinarios sobre contribuição predial em Lourenço Marques	1307

	Pag.
19--Decreto designando os vencimentos dos officiaes, em diversas situações, sem exercicio	1307
19--Officio indicando as gratificações das praças de pret europeias e dos sargentos indigenas na Guiné	1309
23--Officio (circular) mandando observar disposições para a execução dos Actos do Congresso postal de Roma	1309
30--Decreto approvando o regulamento da concessão de licenças para o commercio do sal em Macau	1311
30--Decreto approvando o regulamento da matança do gado suino em Macau e cobrança do imposto unico de consumo	1313
30--Decreto elevando á categoria de cidade a villa de Mossamedes	1316
30--Decreto mandando abrir á navegação de cabotagem os portos da ilha de Pulo Cambing, em Timor	1317
30--Decreto approvando o regulamento dos serviços sanitarios da provincia de Moçambique (<i>Rectificação—Vide Erratas</i>)	1317
30--Decreto dando provimento n'um recurso contra a inclusão no orçamento municipal de Salsete de uma verba para a policia de Nova Gôa	1351
30--Decreto creando uma capellania na aldeia de Loliém, na India	1352
30--Decreto creando a taxa de 20 réis por cada palavra nos postos semaphoricos de Cabo Verde	1353
30--Portaria mandando enviar annualmente informações dos officiaes da armada em serviço no ultramar	1356
30--Alvará approvando os estatutos da Associação dos proprietarios com sede em Lourenço Marques	1356
31--Portaria approvando os projectos do primeiro lanço do caminho de ferro de S. Thomé e do ramal da alfandega	1360

Setembro

2--Officio auctorisando a concessão de licenças ás embarcações de pequena cabotagem para o trafico da cola entre a Guiné e a Serra Leoa	1361
7--Carta régia confirmando e ratificando as Convenções e Accordos postaes celebrados em Roma a 26 de maio de 1906. (<i>Rectificação—Vide Erratas</i>)	1361
7--Decreto approvando o regulamento da capitania dos portos dos territorios da Companhia do Nyassa	1472
7--Decreto estabelecendo as condições para o <i>bonus</i> de 50 por cento nas despesas do porto e alfandegas ás embarcações que carregarem sal em tres ilhas de Cabo Verde	1494
12--Portaria permitindo nas alfandegas da India o pagamento de direitos de importação por meio de letras	1494
14--Decreto aforando um terreno em Lourenço Marques a Maria da Conceição das Neves Flores	1494
18--Portaria concedendo a respectiva companhia isenção de direitos do material para construção das estações do cabo submarino em Moçambique	1495

	Pag.
21—Decreto limitando a 360 dias o praso da ausencia dos funcionarios do ultramar	1495
21—Decreto alterando um artigo do regulamento da pesca da baleia em Cabo Verde	1496
21—Decreto regulando a execução dos Actos do Congresso postal de Roma	1497
27—Portaria approvando a do governador de Cabo Verde, de 25 d'abril, sobre exportação de sal	1499
28—Decreto permitindo, para a fortaleza onde existia a embala do saba do Cuamato Pequeno, a designação de «D. Luiz de Bragança»	1500
28—Decreto concedendo a medalha «Rainha D. Amelia» por serviços na campanha da região dos cuamatás	1500

Outubro

14—Officio communicando uma rectificação da tabella de despesa de Angola	1500
15—Officio classificando os vencimentos dos pharoleiros em Cabo Verde	1500
18—Portaria estabelecendo as ajudas de custo dos capitães geraes dos caminhos de ferro de Loanda e Mossamedes	1501
21—Decreto approvando o regulamento para o abono de transportes aos funcionarios publicos na Guiné	1501
21—Decreto approvando a Convenção de Bruxellas para a revisão do regimen das bebidas espirituosas em Africa	1506
21—Decreto auctorisando a prorrogação dos arrendamentos dos Prazos da Corôa da Zambesia	1508
21—Decreto confirmando a Convenção de Bruxellas, de 3 de novembro de 1906, relativa á revisão do regimen das bebidas espirituosas em Africa	1509
22—Decreto auctorisando a estação postal de Vasco da Gama, na India, a permutar vales provinciales	1514
22—Decreto adiando para 1 de janeiro de 1909 a circulação dos novos sellos e fórmulas de franquia	1514
28—Decreto modificando os vencimentos do pessoal do quadro interno das alfandegas da India	1514
31—Portaria auctorisando a prorrogação do praso estabelecido para a reexportação de saccaria do sal em Cabo Verde	1515

Novembro

7—Portaria concedendo despacho livre de direitos a um cylindro mechanico importado pela Camara municipal de Loanda	1515
7—Portaria fixando a caução do thesoureiro da alfandega de Benguella	1515
7—Portaria approvando o programma provisório da 6.ª cadeira da Escola colonial	1516
13—Officio indicando a verba orçamental applicavel ao pagamento das despesas de representação dos secretarios geraes	1517

	Pag.
14—Decreto concedendo por aforamento a Jacintho Gomes d'Almeida um terreno em Lourenço Marques	1518
15—Officio dando esclarecimentos acerca da aposentação de empregados naturaes do ultramar, filhos de paes não europeus	1519
18—Portaria mandando estabelecer na linha ferrea de Lucalla a Malange uma tarifa para volumes de pouco peso	1519
18—Officio indicando como deve contar-se o tempo de serviço dos missionarios ultramarinos	1519
19—Officio indicando a gratificação do funcionario que servir, provisoriamente, como director das obras publicas em S. Thomé e Príncipe	1520
20—Portaria confirmando a concessão de 10:000 m ² de terreno na Guiné, a Bernardo Soller Successor	1520
20—Idem, idem, de 400 m ²	1520
20—Idem, idem, de 600 m ²	1521
20—Idem, idem, de 10:000 m ²	1521
20—Idem, idem, de 10:000 m ²	1521
21—Portaria auctorisando o Seminario de Cabo Verde a aceitar um legado	1521
21—Decreto auctorisando a Companhia de Moçambique a cobrar uma taxa de entrada nos aforamentos de terreno para feiras dentro dos Prazos da Corôa	1522
21—Decreto approvando a Convenção relativa a um Instituto internacional de agricultura	1522
21—Decreto approvando o regulamento da capitania dos portos de S. Thomé e Príncipe	1523
21—Decreto regulando a organização e fornecimento das cadernetas para emissão de vales postaes	1545
27—Portaria resolvendo duvidas sobre o abono de subsidio para renda de casas aos officiaes	1546
27—Portaria regulando a concessão de passagens de colonos do reino para o ultramar	1546
28—Decreto alterando o regimen de tributação dos alcooes e aguardentes na Africa	1547
28—Decreto auctorisando «The Beira Real States Syndicate, Limited» a conservar bens immobiliarios no territorio da Companhia de Moçambique	1548
28—Decreto prohibindo a exportação pelas alfandegas de Moçambique de angoras, avestruzes e ovos d'estas aves	1548
28—Decreto approvando a tabella de emolumentos dos medicos da Companhia de Moçambique na Beira	1549
29—Officio communicando a futura circumscripção consular dos vice-consulados allemães em Angola	1549
29—Officio (circular) mandando depositar no Banco ultramarino as importancias de vales do correio ultramarinos	1549

Dezembro

4—Officio communicando a modificação do regulamento sobre as salvas aos governadores das colonias allemãs	1550
---	------

	Pag.		Pag.
5 Decreto mandando vigorar no ultramar uma Portaria do Ministerio da justiça sobre a execução do artigo 100.º do regulamento do registo predial	1550	renço Marques e construção do caminho de ferro da Svazilandia	1557
5—Decreto dispensando em Timor a publicação no «Diario do Governo» de éditos relativos a espolioa inferiores a 100\$000 reis	1551	19—Carta régia confirmando a Convenção sobre um Instituto internacional de agricultura	1558
5—Decreto dando provimento n'um recurso de Marianna de Sousa Barreto sobre contribuição de registo por titulo gratuito	1551	19—Decreto regulando a reforma dos officaes inferiores das guarnições ultramarinas, europêus e indigenas ..	1564
5—Decreto extinguindo o batalhão disciplinar de Angola	1552	20—Decreto revalidando por um anno o praso fixado para a concessão de terrenos por aforamento, em Angola, independentemente de hasta publica	1566
6—Officio resolvendo duvidas ácerca do pagamento de sêllos e custas nos processos da Curadoria dos serviços e colonos em São Thomé	1557	20—Portaria approvando uma modificação ao regulamento da matança do gado suino em Macau	1567
19—Decreto declarandorem vigor na India a lei de 3 d'abil de 1896 sobre a pena de prisão correccional no caso de reincidencias	1557	24—Decreto convocando as assembleias elcitoraes para o dia 6 d'abril de 1908, a fim de elegerem Deputados ás Côrtes	1568
19—Decreto mandando abrir um credito especial para obras do porto de Lourenço Marques e construção do caminho de ferro da Svazilandia		26—Decreto pondo em execução, provisoriamente, o regulamento para o Depósito de degredados de Angola...	1568
		28—Decreto approvando o regulamento para o abono de transportes aos funcionarios publicos de Timor	1598

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1907

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1907

JANEIRO

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber aos que a presente Carta de confirmação e ratificação virem, que aos 16 dias do mez de abril do anno de 1904 se concluiu e assignou pelos respectivos Plenipotenciarios, em Lisboa, entre mim e Sua Majestade o Rei da Suecia, uma Declaração commercial, cujo teor é o seguinte :

(Tradução)

Declaration

Declaração

Pour assurer les relations de commerce et de navigation entre le Portugal et la Suède, le Gouvernement de Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves et le Gouvernement de Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège sont convenus de la déclaration suivante :

Le Portugal et la Suède se garantissent mutuellement le traitement de la nation la plus favorisée en tout ce qui concerne le commerce et la navigation.

Les produits d'origine et de manufacture portugaise à leur entrée en Suède et les produits d'origine et de manufacture suédoise à leur entrée en Portugal (y compris Madère, Porto Santo et Açores) ne seront pas assujettis, lorsqu'ils seront importés directement, à des droits d'entrée autres ni plus élevés que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits similaires de toute autre nation.

Seront considérées directement importées, outre les envois de port à port, les

Para assegurar as relações do commercio e de navegação entre Portugal e a Suecia, o Governo de Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves e o Governo de Sua Majestade o Rei da Suecia e Noruega accordaram na Declaração seguinte :

Portugal e a Suecia garantem-se mutuamente o tratamento da nação mais favorecida em tudo o que se refere ao commercio e à navegação.

Os productos de origem e de manufactura portugueza na sua entrada na Suecia e os productos de origem e de manufactura sueca na sua entrada em Portugal (incluindo a Madeira, Porto Santo e Açores) não serão sujeitos, quando importados directamente, a direitos de entrada diversos nem mais elevados do que aquelles a que são ou vierem a ser sujeitos os productos similares de qualquer outra nação.

Serão consideradas importadas directamente, além das remessas de porto a porto,

marchandises venant accompagnées d'un connaissance direct.

Les produits des colonies portugaises réexportés de la métropole pour la Suède bénéficieront du susdit traitement.

Les marchandises originaires de l'un des deux pays importées dans l'autre ne pourront être assujetties à des droits d'accise, d'octroi ou de consommation supérieurs à ceux qui grèvent ou grèveront les marchandises similaires de production nationale ou étrangère.

Il est entendu que cette Déclaration n'implique pas l'extension des faveurs spéciales qui sont ou seront accordées par le Portugal à l'Espagne ou au Brésil, ni celle des faveurs qui à titre exclusif sont ou seront accordées par la Suède à la Norvège ou au Danemark.

Cette Déclaration entrera en vigueur immédiatement après l'échange des ratifications et restera exécutoire jusqu'à l'expiration d'une année à partir du jour où l'une ou l'autre des Hautes Parties contractantes l'aura dénoncée.

Toutefois le Portugal se réserve la faculté de se tenir pour délié de cet arrangement, si la limite actuelle de la force alcoolique des vins importés en Suède venait à être abaissée au détriment des vins portugais.

Dans ce cas l'arrangement cessera immédiatement de produire ses effets.

En foi de quoi les soussignés, Ministre des Affaires Etrangères de Sa Majesté Très-Fidèle et Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, dûment autorisés, ont signé la présente Déclaration et y ont apposé leurs cachets.

Fait en double expédition, à Lisbonne, le 16 avril 1904.

(L. S.) *Wenceslau de Sousa Pereira Lima.*

(L. S.) *Barão de Wedel Jarlsberg.*

as mercadorias acompanhadas de um conhecimento directo.

Os productos das colonias portuguezas reexportados da metropole para a Suecia gosarão do sobredito tratamento.

As mercadorias de um dos dois paizes importadas no outro não poderão ser sujeitas a direitos de *accise*, de barreira ou de consumo superiores aos que onéram ou vierem a onerar as mercadorias similares de produção nacional ou estrangeira.

Fica entendido que esta Declaração não implica a extensão dos favores especiaes que são ou vierem a ser concedidos por Portugal á Hespanha ou ao Brazil, nem a dos favores que a titulo exclusivo são ou vierem a ser concedidos pela Suecia á Noruega ou á Dinamarca.

Esta declaração entrará em execução immediatamente depois da troca das ratificações e ficará em vigor até á expiração de um anno a partir do dia em que uma ou outra das Altas Partes contractantes a tiver denunciado.

Comtudo Portugal reserva-se a faculdade de se considerar desligado d'este Accordo, se o limite actual da força alcoolica dos vinhos importados na Suecia vier a ser baixado em detrimento dos vinhos portuguezes.

N'esse caso o Accordo cessará immediatamente de produzir os seus effeitos.

Em firmeza do que os abaixo assignados Ministro dos negocios estrangeiros de Sua Majestade Fidelissima e Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei da Suecia e Noruega, devidamente auctorisados, assignaram a presente declaração e lhe appuzeram os seus sinetes.

Feito em duplicado, em Lisboa, aos 16 de abril de 1904.

(L. S.) *Wenceslau de Sousa Pereira Lima.*

(L. S.) *Barão de Wedel Jarlsberg.*

E sendo-me presente a Declaração commercial cujo teor fica acima inserido, bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'ella se contém, e tendo sido aprovada pelas Côrtes Geraes, a ratifico e confirmo, assim no todo como em cada uma das suas partes, clausulas e estipulações; e pela presente a dou por firme e válida para haver de produzir os seus devidos effeitos, promettendo observat-a e cumpril-a inviolavelmente, e fazel a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito fiz passar a presente Carta, por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas Armas e referendada pelo Ministro e secretário de Estado abaixo assignado.

Dada no Paço das Necessidades, aos 10 dias do mez de janeiro do anno de 1907.—
(Logar do sello). = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Luiz Cypriano Coelho de Magalhães*.

As ratificações foram trocadas em Lisboa aos 12 de janeiro de 1907.

(Diário do Governo n.º 13)

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber aos que a presente Carta de confirmação e ratificação virem, que aos vinte dias do mez de dezembro do anno de mil novecentos e cinco se concluiu e assignou pelos respectivos Plenipotenciarios, em Berne, entre mim e o Conselho federal suíço, uma Convenção de commercio, cujo teor é o seguinte:

(Traducção)

Convention de commerce entre le Portugal e la Suisse

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves et le Conseil fédéral de la Confédération suisse, animés d'un égal désir de régler les relations commerciales entre les deux pays, ont résolu de conclure à cet effet une convention spéciale et ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté le Roi de Portugal e des Algarves:

Son Excellence Monsieur Alberto de Oliveira, Son Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près la Confédération suisse,

et le Conseil fédéral de la Confédération suisse Monsieur le Dr. Adolphe Deucher, Conseiller fédéral, Chef du Département du commerce, de l'industrie et de l'agriculture,

lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants:

ARTICLE PREMIER

Les Parties contractantes se garantissent réciproquement le traitement général de la nation la plus favorisée pour tout ce qui concerne l'importation, l'exportation et le transit.

ARTICLE 2

Il est entendu que, comme conséquence de la stipulation faisant l'objet de l'article premier ci-dessus, les fromages d'origine suisse jouiront, à leur entrée en Portugal, des

Convenção de commercio entre Portugal e a Suíssa

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves e o Conselho federal da Confederação suíça, animados de igual desejo de regular as relações commerciaes entre os dois paizes, resolveram concluir para este effeito uma Convenção especial, e nomearam por plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves:

S. Ex.^a o Sr. Alberto de Oliveira, sen Enviado extraordinario e Ministro plenipotenciario junto da Confederação suíça,

e o Conselho federal da Confederação suíça:

o sr. Dr. Adolpho Deucher, Conselheiro federal, Chefe da Secreatar a do commercio, da industria e da agricultura,

os quaes, depois de se haverem comunicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

ARTIGO 1.º

As Partes contractantes garantem-se reciprocamente o tratamento geral da nação mais favorecida em tudo o que respeita á importação, á exportação e ao transitio.

ARTIGO 2.º

Fica entendido que, como consequencia da estipulação que faz objecto do artigo primeiro, os queijos de origem suíça gozarão, na sua entrada em Portugal, das

mêmes avantages que les fromages de Hollande ou de tout autre pays quelconque.

mesmas vantagens que os queijos de Hollanda ou de qualquer outro paiz.

ARTICLE 3

Les spécialités de vins portugaises dites Porto e Madère, avec leur titre alcoolique normal (23 degrés au maximum pour le Porto, et 21 degrés au maximum pour Madère) seront admises en Suisse dans les mêmes conditions que les spécialités italiennes Marsala, Malvasia, Moscato et Vernaccia, ou de tout autre pays quelconque, sans être assujetties à une finance de monopole, ni à une taxe supplémentaire.

Le même régime sera appliqué par la Suisse aux vins de Muscat et de Malvoisie provenant du Portugal, ainsi qu'aux spécialités portugaises dites Carcavellos, Lavradio, Fuzeta, Borba, Dão et Bairrada, ne titrant pas plus de 18 degrés d'alcool.

ARTIGO 3.º

As especialidades de vinhos portuguezes denominadas Porto e Madeira, com a sua graduação alcoolica normal (23º, o maximo, quanto ao Porto, e 21º, o maximo, quanto ao Madeira), serão admittidas na Suissa nas mesmas condições que as especialidades italianas Marsala, Malvasia, Moscato e Vernaccia, ou de qualquer outro paiz, sem ficarem sujeitas a imposto de monopolio ou taxa suplementar.

O mesmo regimen será applicado pela Suissa aos vinhos de Moscatel e de Malvasia provenientes de Portugal, bem como ás especialidades portuguezas denominadas Carcavellos, Lavradio, Fuzeta, Borba, Dão e Bairrada, de graduação não superior a 18º de alcool.

ARTICLE 4

Il est entendu que les concessions spéciales accordées déjà ou qui seraient accordées dans l'avenir par le Portugal à l'Espagne et au Brésil, ne sont pas comprises dans la clause générale de la nation la plus favorisée. Toutefois, si le Portugal faisait bénéficier de ces concessions tout autre pays quelconque, elles seront immédiatement étendues à la Suisse.

ARTIGO 4.º

Fica entendido que as concessões especiais ao presente ou de futuro outorgadas pelo Reino de Portugal á Hespanha e ao Brazil não se comprehendem na clausula geral da nação mais favorecida. Todavia, se Portugal ampliar essas concessões a outro qualquer paiz, tornar-se-hão as mesmas immediatamente extensivas á Suissa.

ARTICLE 5

Les dispositions de la présente Convention sont applicables, sans aucune exception, aux îles portugaises dites adjacentes, savoir: aux îles de Madère et de Porto Santo et à l'archipel des Açores.

ARTIGO 5.º

As disposições da presente Convenção serão applicaveis, sem excepção alguma, ás ilhas portuguezas denominadas adjacentes, a saber: ás ilhas da Madeira e de Porto Santo e ao archipelago dos Açores.

ARTICLE 6

Les produits des colonies portugaises, réexportés de la métropole pour la Suisse, bénéficieront, à l'entrée dans ce pays, du traitement de la nation la plus favorisée.

ARTIGO 6.º

Os productos das colonias portuguezas, reexportados da metropole para a Suissa, utilisarão, á entrada n'este paiz, o tratamento da nação mais favorecida.

ARTICLE 7

La présente Convention entrera en vigueur immédiatement après l'échange des ratifications et aura une durée de cinq ans à partir du jour où cet échange aura été opéré. Dans le cas où aucune des Parties contractantes n'aurait notifié, douze mois

ARTIGO 7.º

A presente Convenção entrará em vigor immediatamente depois da troca das ratificações, e vigorará durante cinco annos, a contar do dia em que essa troca se effectuar. No caso de nenhuma das Partes contractantes haver notificado, doze mezes

avant la fin de cette période, son intention de faire cesser les effets de la Convention, celle-ci demeurera obligatoire jusqu'à l'expiration d'une année, à partir du jour où l'une des Parties contractantes l'aura dénoncée.

ARTICLE 8

La présente Convention sera ratifiée, et les ratifications seront échangées à Berne le plus tôt possible.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont signé la présente Convention et l'ont revêtue de leurs cachets.

Fait à Berne, en double expédition, le vingt décembre mil neuf cent cinq (1905).

(L. S.) *Alberto de Oliveira.*
(L. S.) *Dr. A. Deucher.*

antes de findar aquelle período, a sua intenção de fazer cessar os efeitos da Convenção, permanecerá esta obrigatoria até á expiração de um anno, a contar do dia em que uma das Partes contractantes a houver denunciado.

ARTIGO 8.º

A presente Convenção será ratificada, e as ratificações trocadas em Berne o mais cedo possível.

Em firmeza do que, os Plenipotenciarios assignaram a presente Convenção e lhe appuzeram os seus sinetes.

Feito em Berne, em duplicado, aos vinte de dezembro de mil novecentos e cinco (1905).

(L. S.) *Alberto de Oliveira.*
(L. S.) *Dr. A. Deucher.*

E sendo-me presente a Convenção de commercio cujo teor fica acima inserido, bem visto, considerado e examinado por mim tudo que n'ella se contém, e tendo sido approvada pelas Côrtes Geraes, a ratifico e confirmo, assim no todo como em cada uma das suas partes, clausulas e estipulações; e pela presente a dou por firme e válida para haver de produzir os seus devidos efeitos, promettendo observal-a e cumpril-a inviolavelmente, e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito fiz passar a presente Carta, por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas Armas, e referendada pelo Ministro e secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Paço das Necessidades, aos dez dias do mez de janeiro do anno de mil novecentos e sete. (Logar do sêllo.) EL-REI, com rubrica e guarda. — *Luiz Cypriano Coelho de Magalhães.*

Procès verbal d'échange des ratifications

Au moment de procéder à l'échange des ratifications de la Convention de commerce conclue entre le Portugal et la Suisse le 20 décembre 1905, les soussignés, à ce dûment autorisés, sont convenus que la disposition de l'article 6 de la Convention, concernant les produits coloniaux reexportés de la métropole à destination de la Suisse, cessera d'être en vigueur si les produits suisses venaient à être soumis, dans les provinces portugaises d'outremer, à un traitement différentiel par rapport aux produits similaires d'un tiers pays.

Fait à Berne, en double expédition, le vingt-huit janvier mil neuf cent sept (1907).

Alberto d'Oliveira.
Dr. A. Deucher.

Acta da troca das ratificações

Na occasião de procederem á troca das ratificações da Convenção de commercio concluida entre Portugal e a Suissa aos 20 de dezembro de 1905, os abaixo assignados, para este effeito devidamente autorizados, convieram em que a disposição do artigo 6.º da Convenção referente aos productos coloniaes, reexportados da metropole com destino á Suissa, deixará de vigorar desde que os productos suissos forem submettidos nas provincias portuguezas do ultramar a qualquer tratamento differencial relativamente aos productos similares de terceiro-paiz.

Feito em Berne, em duplicado, aos vinte e oito de janeiro de mil novecentos e sete (1907).

Alberto de Oliveira.
Dr. A. Deucher.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d'aquem e d'alem-mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber aos que a presente Carta de confirmação e ratificação virem, que aos 19 dias do mez de março do anno de 1902 se concluiu e assignou em Paris, entre mim e Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria, Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Majestade o Rei de Hespanha e, em seu nome, a Rainha Regente do Reino, o Presidente da Republica Franceza, Sua Majestade o Rei dos Hellenos, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Sua Alteza Serenissima o Principe de Monaco, Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia, e o Conselho federal suiso, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos dos competentes plenos poderes, uma Convenção para a protecção das aves uteis á agricultura, cujo teor é o seguinte:

**Convention pour la protection des oiseaux
utiles à l'agriculture**

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves; Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc. et Roi Apostolique de Hongrie, agissant également au nom de Son Altesse le Prince de Lichtenstein; Sa Majesté le Roi des Belges; Sa Majesté le Roi d'Espagne et, en son nom, Sa Majesté la Reine Régente du Royaume; le Président de la République Française; Sa Majesté le Roi des Hellènes; Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg; Son Altesse Sérénissime le Prince de Monaco; Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, au nom de la Suède; et le Conseil fédéral suisse, reconnaissant l'opportunité d'une action commune dans les différents pays pour la conservation des oiseaux utiles à l'agriculture, ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves:

M. T. de Sousa Rosa, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près le Président de la République Française;

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne;
Roi de Prusse:

S. A. S. le Prince de Radolin, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Président de la République Française;

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

**Convenção para a protecção das aves
uteis á agricultura**

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves; Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio Allemão; Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria, deliberando igualmente em nome de Sua Alteza o Principe de Lichtenstein; Sua Majestade o Rei dos Belgas; Sua Majestade o Rei de Hespanha, e, em seu nome, Sua Majestade a Rainha Regente do Reino; o Presidente da Republica Franceza; Sua Majestade o Rei dos Hellenos; Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo; Sua Alteza Serenissima o Principe de Monaco; Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia; e o Conselho federal suiso, reconhecendo a oportunidade de uma acção commum nos diversos paizes para a conservação das aves uteis á agricultura, resolveram concluir uma Convenção para este fim, e nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves:

O Sr. T. de Sousa Rosa, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto do Presidente da Republica Franceza;

Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia:

Sua Alteza Serenissima o Principe de Radolin, seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Presidente da Republica Franceza;

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., e Rei Apostolico da Hungria:

S. Exc. le Comte de Wolkenstein-Trostburg, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Président de la République Française ;

Sa Majesté le roi des Belges :

M. le Baron, d'Anethan, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près le Président de la République Française ;

Sa Majesté le Roi d'Espagne et, en Son nom, Sa Majesté la Reine Régente du Royaume :

S. Exc. M. de Leon y Castillo, Marquis del Muni, Son Ambassadeur Extraordinaire et Plénipotentiaire près le Président de la République Française ;

Le Président de la République Française :

S. Exc. M. Théophile Delcassé, Député, Ministre des Affaires Étrangères ;

Sa Majesté le Roi des Hellènes :

M. N. Delyanni, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près le Président de la République Française ;

Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg :

M. Vannerus, Chargé d'Affaires du Luxembourg à Paris ;

Son Altesse Sérénissime le Prince de Monaco :

M. J. B. Depelley, Chargé d'Affaires de Monaco à Paris ;

Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, au nom de la Suède :

M. H. Akerman, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près le Président de la République Française ;

Et le Conseil fédéral suisse :

M. Charles Lardy, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la Confédération Suisse près le Président de la République Française ;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants :

ARTICLE PREMIER

Les oiseaux utiles à l'agriculture, spécialement les insectivores et notamment les

S. Ex.^a o Conde de Wolkenstein-Trostburg, seu Embaixados Extraordinario e Plenipotenciario junto do Presidente da Republica Franceza ;

Sua Majestade o Rei dos Belgas :

O Sr. Barão d'Anethan, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto do Presidente da Republica Franceza ;

Sua Majestade o Rei de Hespanha e, em seu nome, Sua Majestade a Rainha Regente do Reino :

S. Ex.^a o sr. Leon y Castillo, Marquez de Muni, seu Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario junto do Presidente da Republica Franceza ;

O Presidente da Republica Franceza :

S. Ex.^a o Sr. Théophile Delcassé, Deputado, Ministro dos Negocios Estrangeiros ;

Sua Majestade o Rei dos Hellenos :

O Sr. N. Delyanni, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto do Presidente da Republica Franceza ;

Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo :

O Sr. Vannerus, Encarregado de Negocios do Luxemburgo em Paris ;

Sua Alteza Serenissima o Principe de Monaco :

O Sr. J. B. Depelley, Encarregado de Negocios de Monaco em Paris ;

Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia :

O Sr. H. Akerman, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto do Presidente da Republica Franceza ;

E o Conselho federal suíço :

O sr. Charles Lardy, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suíça junto do Presidente da Republica Franceza ;

Os quaes, depois de se haverem comunicado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes :

ARTIGO 1.º

As aves uteis á agricultura, especialmente as insectivoras, e nomeadamente as

oiseaux énumérés dans la liste n.º 1 annexée à la présente Convention, laquelle sera susceptible d'additions par la législation de chaque pays, jouiront d'une protection absolue, de façon qu'il soit interdit de les tuer en tout temps et, de quelque manière que ce soit, d'en détruire les nids, œufs et couvées.

En attendant que ce résultat soit atteint partout, dans son ensemble, les Hautes Parties contractantes s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures respectives les dispositions nécessaires pour assurer l'exécution des mesures comprises dans les articles ci-après.

ARTICLE 2.

Il sera défendu d'enlever les nids, de prendre les œufs, de capturer et de détruire les couvées en tout temps et par des moyens quelconques.

L'importation et le transit, le transport, le colportage, la mise en vente, la vente et l'achat de ces nids, œufs et couvées, seront interdits.

Cette interdiction ne s'étendra pas à la destruction, par le propriétaire, usufruitier ou leur mandataire, des nids que des oiseaux auront construits dans ou contre les maisons d'habitation ou les bâtiments en général et dans l'intérieur des cours. Il pourra de plus être dérogé, à titre exceptionnel, aux dispositions du présent article, en ce qui concerne les œufs de vanneau et de mouette.

ARTICLE 3.

Seront prohibés la pose et l'emploi des pièges, cages, filets, lacets, gluaux, et de tous autres moyens quelconques ayant pour objet de faciliter la capture ou la destruction en masse des oiseaux.

ARTICLE 4.

Dans le cas où les Hautes Parties contractantes ne se trouveraient pas en mesure d'appliquer immédiatement et dans leur intégralité les dispositions prohibitives de l'article qui précède, elles pourront apporter des atténuations jugées nécessaires aux dites prohibitions, mais elles s'engagent à restreindre l'emploi des méthodes, engins et moyens de capture et de destruction, de façon à parvenir à réaliser peu à peu les mesures de protection mentionnées dans l'article 3.

aves enumeradas na lista n.º 1, annexa á presente Convenção, lista que será suscetível de additamentos, em conformidade da legislação de cada paiz, gosarão de uma protecção absoluta, de modo que seja prohibido matal-as em qualquer tempo e de qualquer forma destruir-lhes os ninhos, ovos e ninhadas.

Emquanto este resultado, no seu conjunto, não fôr attingido em todos os paizes, as Altas Partes contractantes obrigam-se a adoptar ou propôr aos respectivos Corpos legislativos as disposições necessarias para assegurar a execução das medidas comprehendidas nos artigos subsequentes.

ARTIGO 2.º

Será prohibido levantar os ninhos, tirar os ovos, capturar e destruir as ninhadas em qualquer tempo e por quaesquer meios.

Serão prohibidos a importação e o transito, o transporte, a venda ambulante, a exposição á venda, a compra e venda d'esses ninhos, ovos e ninhadas.

Esta prohibição não se estenderá á destruição, pelo proprietario, usufructuario ou mandatario d'estes, dos ninhos que aves tiverem construido no interior ou exterior das casas de habitação ou dos edificios, em geral, ou dentro nos pateos. Poderão ainda, a titulo de excepção, ser derogadas as disposições do preente artigo, pelo que respeita aos ovos de abibe e de gaiivota.

ARTIGO 3.º

Serão prohibidos a collocação e o emprego das armadilhas, gaiolas, rêdes, alçapés, varas envidradas, e de todos e quaesquer outros meios que tiverem por effeito facilitar a captura ou a destruição collectiva das aves.

ARTIGO 4.º

No caso de se não acharem habilitadas a applicar immediata e integralmente as disposições prohibitivas do artigo precedente, poderão as Altas Partes contractantes attenuar, no que julgarem necessario, as ditas prohibições; obrigando-se, comtudo, a restringir o emprego dos methodos, engenhos e meios de captura e destruição, de modo a conseguir, pouco a pouco, tornar effectivas as medidas de protecção mencionadas no artigo 3.º.

ARTICLE 5.

Outre les défenses générales formulées à l'article 3, il est interdit de prendre ou de tuer, du 1^{er} mars au 15 septembre de chaque année, les oiseaux utiles énumérés dans la liste n.º 1 annexée à la Convention.

La vente et la mise en vente en seront interdites également pendant la même période.

Les Hautes Parties contractantes s'engagent, dans la mesure où leur législation le permet, à prohiber l'entrée et le transit desdits oiseaux et leur transport du 1^{er} mars au 15 septembre.

La durée de l'interdiction prévue dans le présent article pourra, toutefois, être modifiée dans les pays septentrionaux.

ARTICLE 6.

Les autorités compétentes pourront accorder exceptionnellement aux propriétaires ou exploitants de vignobles, vergers et jardins, de pépinières, de champs plantés ou ensemencés, ainsi qu'aux agents préposés à leur surveillance, le droit temporaire de tirer à l'arme à feu sur les oiseaux dont la présence serait nuisible et causerait un réel dommage.

Il restera toutefois interdit de mettre en vente et de vendre les oiseaux tués dans ces conditions.

ARTICLE 7.

Des exceptions aux dispositions de cette Convention pourront être accordées dans un intérêt scientifique ou de repeuplement par les autorités compétentes, suivant les cas et en prenant toutes les précautions nécessaires pour éviter les abus.

Pourront encore être permises, avec les mêmes conditions de précaution, la capture, la vente et la détention des oiseaux destinés à être tenus en cage. Les permissions devront être accordées par les autorités compétentes.

ARTICLE 8.

Les dispositions de la présente Convention ne seront pas applicables aux oiseaux de basse cour, ainsi qu'aux oiseaux-gibier existant dans les chasses réservées et désignés comme tels par la législation du pays.

Partout ailleurs la destruction des oiseaux-gibier ne sera autorisée qu'au moyen des

ARTIGO 5.º

Além das proibições geraes formuladas no artigo 3.º, é defeso apprehender ou matar, de 1 de março a 15 de setembro de cada anno, as aves uteis enumeradas na lista n.º 1, annexa á Convenção.

Durante a mesma época serão igualmente prohibidas a venda e a exposição á venda das referidas aves.

As Altas Partes contractantes obrigam-se, na medida em que lh'o permittir a respectiva legislação, a prohibir a entrada e o transito das sobreditas aves e o seu transporte, de 1 de março a 15 de setembro.

O espaço da prohibição prevista no presente artigo poderá, todavia, ser modificado nos paizes septentrionaes.

ARTIGO 6.º

As auctoridades competentes poderão, excepcionalmente, conceder aos proprietarios ou cultivadores de vinhedos, pomares e jardins, de viveiros, de campos em que houver plantações ou sementeiras, bem como aos agentes encarregados da sua vigilancia, o direito temporario de disparar armas de fogo contra as aves cuja presença fôr nociva ou causar real prejuizo.

Ficará, todavia, prohibido expôr á venda e vender as aves mortas n'estas condições.

ARTIGO 7.º

Com um intuito scientifico ou de repovoamento, poderão as auctoridades competentes dispensar nas disposições d'esta Convenção, conforme os casos, e adoptando todas as precauções necessarias para evitar os abusos.

Mediante as mesmas condições de precaução, poderão ser tambem permittidas a captura, a venda e a detenção das aves destinadas a ser recolhidas em gaiola. As licenças deverão ser concedidas pelas auctoridades competentes.

ARTIGO 8.º

As disposições da presente Convenção não serão applicaveis ás aves de capoeira nem ás aves de caça comestiveis, existentes nos terrenos coutados para a caça e como taes designados pela legislação do paiz.

Em toda a outra parte a destruição das vaes de caça comestiveis não será

armes á feu et á des époques déterminées par la loi.

Les États contractants sont invités à interdire la vente, le transport et le transit des oiseaux-gibier dont la chasse est défendue sur leur territoire, durant la période de cette interdiction.

ARTICLE 9.

Chacune des Parties Contractantes pourra faire des exceptions aux dispositions de la présente Convention :

1.^o Pour les oiseaux que la législation du pays permet de tirer ou de tuer comme étant nuisibles á la chasse ou á la pêche;

2.^o Pour les oiseaux que la législation du pays aura désignés comme nuisibles á l'agriculture locale.

A défaut d'une liste officielle dressée par la législation du pays, le 2.^o du présent article sera appliqué aux oiseaux désignés dans la liste n.^o 2. annexée á la présente Convention.

ARTICLE 10.

Les Hautes Parties contractantes prendront les mesures propres á mettre leur législation en accord avec les dispositions de la présente Convention dans un délai de trois ans á partir du jour de la signature de la Convention.

ARTICLE 11

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront, par l'intermédiaire du Gouvernement français, les lois et les décisions administratives qui auraient déjà été rendues ou qui viendraient á l'être dans leurs États, relativement á l'objet de la présente Convention.

ARTICLE 12

Lorsque cela sera jugé nécessaire, les Hautes Parties contractantes se feront représenter á une réunion internationale chargée d'examiner les questions que soulève l'exécution de la Convention et de proposer les modifications dont l'expérience aura démontré l'utilité.

ARTICLE 13

Les États qui n'ont pas pris part á la présente Convention sont admis á y adhérer sur leur demande. Cette adhésion sera no-

auctorizada senão por meio de armas de fogo e nas épocas determinadas por lei.

São convidados os Estados contractantes a prohibir a venda, o transporte e o transito das aves comestiveis, cuja caça é defesa nos seus territorios, durante o periodo d'esta prohibição.

ARTIGO 9.^o

Cada uma das Altas Partes contractantes poderá dispensar nas disposições da presente Convenção :

1.^o Quanto ás aves que a legislação do paiz permite alvejar ou matar como nocivas á caça ou á pesca;

2.^o Quanto ás aves que a legislação do paiz houver designado como nocivas á agricultura local.

Na falta de lista official, formulada pela legislação do paiz, applicar-se-ha o n.^o 2.^o do presente artigo ás aves designadas na lista n.^o 2, annexa á presente Convenção.

ARTIGO 10.^o

As Altas Partes contractantes adoptarão as providencias tendentes a pôr a sua legislação de accordo com as disposições da presente Convenção n'um praso de tres annos a contar do dia da assignatura da Convenção.

ARTIGO 11.^o

As Altas Partes contractantes communicar-se hão, por intermédio do Governo francez, ás leis e as decisões administrativas que tiverem sido já promulgadas ou que o vierem a ser nos seus Estados, relativamente ao objecto da presente Convenção.

ARTIGO 12.^o

Quando assim fôr julgado necessario, as Altas Partes contractantes far-se-hão representar n'uma reunião internacional, encarregada de examinar as questões que suscitar a execução da Convenção e de propôr as modificações cuja utilidade houver sido demonstrada pela experiencia.

ARTIGO 13.^o

São admittidos, a seu pedido, a adherir á presente Convenção os Estados que n'ella não tomaram parte. Essa adhesão

tifiée par la voie diplomatique au Gouvernement de la République Française et par celui-ci aux autres Gouvernements signataires.

ARTICLE 14

La présente Convention sera mise en vigueur dans un délai maximum d'un an à dater du jour de l'échange des ratifications. Elle restera en vigueur indéfiniment entre toutes les Puissances signataires. Dans le cas où l'une d'elles dénoncerait la Convention, cette dénonciation n'aurait d'effet qu'à son égard et seulement une année après le jour où cette dénonciation aura été notifiée aux autres États contractants.

ARTICLE 15

La présente Convention sera ratifiée, et les ratifications seront échangées à Paris dans le plus bref délai possible.

ARTICLE 16

La disposition du deuxième alinéa de l'article 8 de la présente Convention pourra, exceptionnellement, ne pas être appliquée dans les provinces septentrionales de la Suède, en raison des conditions climatologiques toutes spéciales où elles se trouvent.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires respectifs l'ont signée et y ont apposé leurs cachets.

Fait à Paris, le 19 mars 1902.

(L. S.) *T. de Sousa Rosa.*

(L. S.) *Radolin.*

Pour l'Autriche et pour la Hongrie.—L'Ambassadeur d'Autriche-Hongrie:

(L. S.) *A. Wolkenstein.*

(L. S.) *Baron d'Anethan.*

(L. S.) *F. de Leon y Castillo.*

(L. S.) *Delcassé.*

(L. S.) *N. S. Delyanni.*

(L. S.) *Vannerus.*

(L. S.) *J. Depelley.*

(L. S.) *Akerman.*

(L. S.) *Lardy.*

será notificada pela via diplomatica ao Governo da Republica Franceza e por este aos demais Governos signatarios.

ARTIGO 14.º

A presente Convenção entrará em vigor no prazo maximo de um anno, a datar do dia da troca das ratificações. Continuará vigorando indefinidamente entre todas as Potencias signatarias. No caso de uma d'ellas denunciar a Convenção, essa denunciação terá valor sómente a seu respeito e um anno depois do dia em que fôr notificada aos outros Estados contractantes.

ARTIGO 15.º

A presente Convenção será ratificada, e as ratificações trocadas em Paris no mais breve prazo possivel.

ARTIGO 16.º

A disposição da segunda alinea do artigo 8.º da presente Convenção poderá, excepcionalmente, deixar de ser applicada ás provincias septentrionaes da Suecia, em razão das condições climatologicas de todo especiaes em que se encontram.

Em firmeza do que, os Plenipotenciarios respectivos a assignaram e lhe appuzeram os seus sinetes.

Feito em Paris, aos 19 de março de 1902.

(L. S.) *T. de Sousa Rosa.*

(L. S.) *Radolin.*

Pela Austria e pela Hungria—O Embaixador da Austria-Hungria:

(L. S.) *A Wolkenstein.*

(L. S.) *Baron d'Anethan.*

(L. S.) *F. de Leon y Castillo.*

(L. S.) *Delcassé.*

(L. S.) *N. S. Delyanni.*

(L. S.) *Vannerus.*

(L. S.) *J. Depelley.*

(L. S.) *Akerman.*

(L. S.) *Lardy.*

LISTE N° 1.

Oiseaux utiles

Rapaces nocturnes :

Chevêches (*Athene*) et Chevêchettes (*Glauclidium*).
 Chouettes (*Surnia*).
 Hullottes ou Chats-Huants (*Syrnium*).
 Effraie commune (*Strix flammea* L.).
 Hiboux brachyotte et Moyen-Duc (*Otus*)
 Scops d'Aldrovand ou Petit-Duc (*Scops giu Scop.*).

Grimpeurs :

Pics (*Picus*, *Gecinus*, etc.); toutes les espèces.

Syndactyles :

Rollier ordinaire (*Coracias garrula* L.).
 Guêpiers (*Merops*).

Passereaux ordinaires :

Huppe vulgaire (*Upupa epops*).
 Grimpereaux, Tichodromes et Sittelles (*Certhia*, *Tichodroma*, *Sitta*).
 Martinets (*Cypselus*).
 Engoulevents (*Caprimulgus*).
 Rossignols (*Luscinia*).
 Gorges Bleues (*Cyanecula*).
 Rouges-Queues (*Ruticilla*).
 Rouges-Gorges (*Rubecula*).
 Traquets (*Pratincola* et *Saxicola*).

Accenteurs (*Accentor*).

Fauvettes de toutes sortes, telles que :

Fauvettes ordinaires (*Sylvia*).
 Fauvettes babillardes (*Curruca*).
 Fauvettes icterines (*Hypolaïs*).
 Fauvettes aquatiques, Rousserolles, Phragmites, Locustelles (*Acrocephalus*, *Calamodyta*, *Locustella*, etc)
 Fauvettes cisticoles (*Cisticola*).
 Pouillots (*Phylloscopus*).
 Roitelets (*Regulus*) et Troglodytes (*Troglodytes*).
 Mésanges de toutes sortes (*Parus*, *Panurus*, *Orites*, etc.)
 Gobe-Mouches (*Muscicapa*).
 Hirondelles de toutes sortes (*Hirundo*, *Chelidon*, *Cotyle*).
 Lavandières et Bergeronnettes (*Motacilla*, *Budytes*).
 Pipits (*Anthus*, *Corydata*).
 Becs-Croisés (*Loxia*).

LISTA N.º 1

Aves uteis

Rapaces nocturnas :

Mochos (*Athene*, *Glacidium*).
 Corujas fuscavas (*Surnia*).
 Corujas de matto (*Syrnium*).
 Corujas das torres (*Strix flammea* L.).
 Mochos (*Otus*).
 Mochos pequenos (*Scops giu Scop.*).

Trepadoras :

Petos e picapaus (*Picus*, *Gecinus*, etc.); todas as especies.

Syndaotylas :

Rolieiro (*Coracias garrula* L.).
 Melharucos (*Merops*).

Passaros comuns :

Poupa (*Upupa epops*).
 Atrepas, trepadeiras e carrapitos (*Certhia*, *Tichodroma*, *Sitta*).
 Gaivões (*Cypselus*).
 Noitibós (*Caprimulgus*).
 Rouxinoes (*Luscinia*).
 Piscos de peito azul (*Cyanecula*).
 Rabiruiuos (*Ruticilla*).
 Piscos de peito ruivo (*Rubecula*).
 Cartaxos e caiadas (*Pratincola* e *Saxicola*).

Negrinhas (*Accentor*).

Toutinegras de todas as variedades, taes como :

Toutinegras reaes (*Sylvia*).
 Toutinegras de vallados (*Carruca*).
 Felorias (*Hipolaïs*).
 Toutinegras aquaticas, rouxinoes dos paues e dos caniços (*Acrocephalus*, *Calamodyta*, *Locustella*, etc).
 Chincras (*Cisticola*).
 Folosas (*Phylloscopus*).
 Estrelinhas (*Regulus*) e carriças (*Troglodytes*).
 Chapins de todas as variedades (*Parus*, *Panurus*, *Orites*, etc.).
 Taralhões ou papa-moscas (*Muscicapa*).
 Andorinhas de todas as variedades (*Hirundo*, *Chelidon*, *Cotyle*).
 Lavandiscas e alvéloas (*Motacilla*, *Budytes*).
 Petinhas (*Anthus*, *Corydala*).
 Trinca-nozes ou cruza-bicos (*Loxia*).

Venturons et Serins (*Citrinella* et *Serinus*).
 Chardonnerets et Tarins (*Carduelis* et *Chrysomitris*).
 E'tourneaux ordinaires et Martins (*Sturnus*, *Pastor*, etc.)

Echassiers:
 Cigognes blanche et noire (*Ciconia*).

LISTE N.º 2

Oiseaux nuisibles

Rapaces diurnes

Gypaète barbu (*Gypaetus barbatus* L.).
 Aigles (*Aquila*, *Nisaetus*); toutes les espèces.
 Fygargues (*Haliaetus*); toutes les espèces.
 Balbuzard fluviatile (*Pandion haliaetus*).
 Milans, Elanions et Nauciers (*Milvus*, *Elanus*, *Nauclerus*); toutes les espèces.
 Faucons: Gerfauts, Pèlerins, Hoberaux, Emerillons (*Falco*); toutes les espèces, à l'exception des Faucons kobez, Cresserelle et Cresserine.
 Autour ordinaire (*Astur palumbarius* L.).
 Éperviers (*Accipiter*).
 Busards (*Circus*).

Rapaces nocturnes:

Gran Duc vulgaire (*Bubo Maximus* Flem.).

Passereaux ordinaires:

Grand Corbeau (*Corvus corax* L.).
 Pie voleuse (*Pica rustica* Scop.).
 Geaiglandivore (*Garrulus glandarius* L.).

Echassiers:

Hérons cendré et pourpré (*Ardea*).
 Butors et Bihoreaux (*Butorus* et *Nycticorax*).

Palmipèdes;

Pélicans (*Pelecanus*)
 Cormorans (*Phalacrocorax* ou *Graculus*).
 Harles (*Mergus*).
 Plongeurs (*Colymbus*).

Verdelhões e chamarizes (*Citrinella* e *Serinus*).
 Pintasilgos e lugres (*Carduelis* e *Chrysomitris*).
 Estorninhos e graculinas ou grilleiras (*Sturnus*, *Pastor*, etc.)

Pernaltas:
 Cegonhas branca e negra (*Ciconia*).

LISTA N.º 2

Aves nocivas

Rapaces diurnas:

Gypaeto ou brita-ossos (*Gypaetus barbatus* L.).
 Aguias (*Aquila*, *Nisaetus*); todas as espécies.
 Pygargos (*Haliaetus*); todas as espécies.
 Aguias pesqueiras (*Pandion haliaetus*).
 Milhafres ou milhanos (*Milvus*, *Elanus*, *Nauclerus*); todas as espécies.
 Falcões: gerifaltes, nebris, tagarotes, esmerilhões (*Falco*); todas as espécies, excepto falcões vespertinos, francelho e peneireiro.
 Açor (*Astur palumbarius* L.)
 Gaviões (*Accipiter*).
 Tartaranhões (*Circus*).

Rapaces nocturnas:

Bufo ou corujão (*Bubo maximus* Flem.)

Passaros communs:

Corvo (*Corvus corax* L.).
 Pega (*Pica rustica* Scop.).
 Gaio (*Garrulus glandarius* L.).

Pernaltas:

Garça real e garça ruiva (*Ardea*).
 Abetouros e gorazes (*Butorus* e *Nycticorax*).

Palmipedes:

Pelicano (*Pelecanus*).
 Corvos marinhos (*Phalacrocorax* ou *Graculus*).
 Mergansos (*Mergus*).
 Mergulhões (*Colymbus*).

E sendo-me presente a Convenção cujo teor fica acima inserido, bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'ella se contém, e tendo sido approvada pelas Côrtes Geraes, a ractifico e confirmo, assim no todo como em cada uma das suas partes,

cláusulas e estipulações; e pela presente a dou por firme e válida para haver de produzir os seus devidos efeitos, prometendo observá-la e cumpril-a inviolavelmente, e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente Carta, por mim assignada, passada com o sêllo grande das Minhas Armas, e referendada pelo Ministro e secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Paço das Necessidades, aos 17 dias do mez de janeiro de 1907.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Luiz Cypriano Coelho de Magalhães*.—(Logar do sêllo grande das Armas Reaes).

Esta Carta de ratificação foi depositada em Paris, no competente Ministerio, aos 20 de abril de 1907.

(*Diario do Governo n.º 104*)

Havendo-me requerido o governador da prelazia da provincia de Moçambique que fôsem concedidos á missão catholica de S. Paulo de Messano, nos termos do artigo 46.º da carta de lei de 9 de maio de 1901, 1:000 hectares de terreno no districto militar de Gaza, da provincia de Moçambique;

Attendendo a que a referida missão está devidamente auctorisada;

Usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 46.º da carta de lei, de 9 de maio de 1901, sobre concessões de terrenos no ultramar;

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' concedido gratuitamente á missão catholica, devidamente auctorisada, de S. Paulo de Messano, nos termos do artigo 46.º da carta de lei de 9 de maio de 1901 sobre concessões de terrenos no ultramar, o uso de um terreno no districto militar de Gaza, da provincia de Moçambique, com a área de 1:000 hectares, atravessado pelas estradas Magul Inchobane e Magul Mazi-M'Chopes, e definido ao Norte por uma linha na direcção Léste-Oéste, medindo 5:000 metros, e cujo extremo Léste coincide com a ponta Sul da lagôa Libangue, a Léste e Oéste por linhas na direcção Norte Sul, medindo cada uma proximamente 2:000 metros, e ao Sul por uma linha fechando o perimetro designado pelas tres linhas antecedentes.

Art. 2.º O terreno designado no artigo precedente será demarcado por forma que na concessão se não comprehendam as estradas Magul-Inchobane e Magul Mazi-M'Chopes.

Art. 3.º A missão fica sujeita, na parte que fôr applicavel, ás obrigações impostas aos emphyteutas de terrenos pelo regulamento geral provisorio, de 2 de setembro de 1901, para execução da carta de lei de 9 de maio do mesmo anno sobre concessões de terrenos no ultramar, e tambem ás que competem aos proprietarios confinantes com as estradas, nos termos do regulamento para a conservação e policia das estradas na provincia de S. Thomé e Príncipe, approvado por decreto com força de lei de 27 de novembro de 1902.

Art. 4.º Os indigenas residentes ou que vierem a residir no terreno designado no artigo 1.º do presente decreto continuarão sujeitos aos mesmos impostos, encargos e obrigações e gosarão dos mesmos direitos que os indigenas residentes fôra do referido terreno.

Art. 5.º O Governo reserva-se o direito de retirar a concessão do uso do terreno, quando assim convenha aos interesses do Estado, sem que d'isso resulte para a missão direito a qualquer indemnisação.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 17 de janeiro de 1907.—REI.—*Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(*Diario do Governo n.º 18*).

Tendo em attenção o que expôz o governador geral da provincia de Moçambique, relativamente á conveniencia de se executarem operações geodesicas na Africa oriental a fim de acompanhar o movimento scientifico que se desenvolve nas colonias vizinhas, e

sendo de toda a vantagem obter com segurança e exactidão os elementos indispensaveis para o levantamento das cartas da provincia de Moçambique: ha por bem Sua Magestade El-Rei determinar que uma Commissão composta dos primeiros tenentes da armada Carlos Viegas Gago Coutinho, Abel Fontoura da Costa e Philippe Trajano Vieira da Rocha, de que o primeiro será o chefe e os ultimos adjuntos, seja incumbida de proceder, na referida provincia, ao Sul do Zambeze, ao estabelecimento de uma rêde geodesica, podendo ligar-se com a da Africa do Sul.

Na execução dos trabalhos que lhe são confiados regular-se-ha a missão geodesica pelas instrucções que ficam fazendo parte d'esta Portaria e baixam assignadas pelo Conselho director geral do ultramar.

O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governador geral da provincia de Moçambique para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, em 18 de janeiro de 1907.—*Ayres d'Ornellas de Vasconcellos.*

Instrucções por que se regulará o serviço da missão geodesica da Africa oriental

1.º A missão geodesica da Africa oriental compõe-se de um chefe, de dois adjuntos e de tres sargentos auxiliares;

2.º Os officiaes da missão, antes de partirem para o serviço que lhes incumbe na provincia de Moçambique, irão tirocinar na Direcção geral dos trabalhos geodesicos e no Observatorio astronomico de Lisboa, a fim de adquirirem pratica das observações geodesicas, astronomicas e dos methodos de serviço geodesico;

3.º Além d'estes officiaes haverá sempre na Direcção geral dos trabalhos geodesicos dois officiaes em tirocinio geodesico, para supprirem as faltas que occurram no serviço em Africa e auxiliarem o trabalho dos calculos e estudo da compensação dos erros das observações feitas em Africa;

4.º A direcção superior technica das operações geodesicas na Africa oriental pertence á Direcção geral dos trabalhos geodesicos, por intermédio da Direcção geral do ultramar;

5.º As operações geodesicas emprehender-se-hão por emquanto ao Sul do rio Zambeze;

6.º O chefe da missão geodesica em Africa terá sob as suas immediatas ordens, além dos adjuntos e auxiliares, todo o pessoal necessario á execução do serviço geodesico;

7.º A rêde geodesica que se fôr estabelecendo poderá ser ligada com a da Africa do Sul, e sempre que fôr possivel escolher-se-hão para alguns dos seus vertices os pontos das fronteiras que hajam sido determinados por meio de triangulação;

8.º Os officiaes em serviço da missão geodesica da provincia de Moçambique só poderão ser accidentalmente desviados dos seus trabalhos para qualquer commissão, de character temporario, que tenha por fim a demarcação de fronteiras ou outro serviço geographico analogo;

9.º Os officiaes em serviço da missão podem, quando se declarar a época das chuvas, vir ao reino, onde executarão, sob a direcção technica da Direcção geral dos trabalhos geodesicos, as operações e calculos relativos á campanha finda, devendo partir novamente, a retomar o seu serviço em Africa, logo que se approxime a época favoravel a trabalhos de campo;

10.º Os officiaes da missão geodesica servem por espaço minimo de tres annos consecutivos, nos termos d'estas instrucções, podendo ser reconduzidos ou ainda continuarem aggregados ao serviço em trabalhos de gabinete na Direcção geral dos trabalhos geodesicos, comtanto que nunca ahi estejam mais de dois officiaes;

11.º Para a execução technica dos trabalhos geodesicos em Moçambique regular-se-ha a missão pelas instrucções que lhe forem dadas pela Direcção geral dos trabalhos geodesicos do reino;

12.º Do resultado dos calculos e observações colhidas em Africa será entregue uma copia authentica na Direcção geral do ultramar, contendo as coordenadas geographicas, altitudes e azimuths dos pontos determinados, a fim de serem aproveitados e incluidos na elaboração das respectivas cartas geographicas, que á Commissão de cartographia pertencem;

13.º De qualquer serviço de ordem geographica, que a missão ou algum dos seus officiaes desempenhe, será enviada copia á Direcção geral do ultramar, para ser utilizada pela Commissão de cartographia na preparação das respectivas cartas;

14.º A missão é dependente do Governo geral da provincia, a quem cumpre vigiar pela execução dos trabalhos ordenados em harmonia com estas instrucções.

Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 18 de janeiro de 1907.
=O director geral, *Francisco Felisberto Dias Costa*.

(Diario do Governo n.º 18).

Sua Majestade El-Rei, attendendo ao que lhe representou o governador geral de Moçambique ácerca das despesas e inconvenientes de os mancebos e praças indigenas de toda a provincia precisarem vir a Lourenço Marques para se conhecer da sua aptidão para o serviço militar; e considerando que os delegados de saude têm nas suas circumscripções militares as attribuições da Junta de saude: ha por bem determinar, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, que a aptidão physica dos mancebos e praças de pret indigenas, que não tenham direito a reforma, seja julgada, nos termos da tabella em vigor, pelos delegados de saude nas suas respectivas circumscripções.

Paço, em 27 de janeiro de 1907.—*Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo n.º 68)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em referencia ao officio de v. ex.^a, n.º 709, de 13 de dezembro do anno findo, incumbe-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a que confirma a adopção provisoria, por v. ex.^a determinada, do compendio «Primeiras lições de economia domestica», de R. Delgado, para o ensino da respectiva disciplina nas escolas primarias da provincia.

Deus guarde a v. ex.^a—Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 28 de janeiro de 1907.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola.=O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official di Angola n.º 8)

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes Geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E' approvedo o contracto celebrado em 11 de fevereiro de 1905 entre o Governo e as Companhias Eastern Telegraph, Western Telegraph e Eastern & South African Telegraph, relativo á prorogação por 15 annos dos direitos e privilegios exclusivos concedidos á Eastern pelo contracto de 18 de março de 1870 e renovados pelo artigo 36.º do contracto de 17 de junho de 1893, e á Western Telegraph, successora da Brazilian Telegraph, pelo contracto de 12 de novembro de 1872, e já renovados pelo artigo 36.º do contracto de 17 de junho de 1893, e relativo tambem á concessão por 20 annos do direito de preferencia na amarração na nossa costa de Africa oriental á Eastern & South African Telegraph, excluidos os que tenham sido concedidos a outras empresas por contractos ainda vigentes.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

Os Ministros e secretarios d'Estado dos negocios da marinha e ultramar e das obras publicas, commercio e industria a façam imprimir, publicar e correr. Dada no Paço, aos 29 de janeiro de 1907.—EL REI, com rubrica e guarda.—*Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*—*José Malheiro Reymaão*.—(Logar do sello grande das Armas Reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Majestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes Gerais de 9 de janeiro corrente, em que approva o contracto celebrado, em 11 de fevereiro de 1905, entre o Governo e as Companhias Eastern Telegraph, Western Telegraph e Eastern and South African Telegraph, relativo á prorrogação por quinze annos dos direitos e privilegios exclusivos concedidos á Eastern e á Western Telegraph, successora da Brazilian Telegraph, e relativo tambem á concessão por vinte annos do direito de preferencia na amarração na nossa costa da Africa oriental á Eastern and South African Telegraph, excluidos os que tenham sido concedidos a outras empresas por contractos ainda vigentes, a manda cumprir e guardar como n'ella se contém, pela fórma retro declarada.

Para Vossa Majestade ver. = *Alfredo Engestrom Ramalho*, a fez.

Contracto provisorio a que se refere a carta de lei de 29 de janeiro de 1907

Aos 11 dias do mez de fevereiro de 1905, no Ministerio das obras publicas, commercio e industria e gabinete de S. ex.^a o Ministro, onde vim eu, Alfredo Pereira, do Conselho de Sua Majestade, servindo de secretario geral do mesmo Ministerio,ahi se achavam presentes, de uma parte o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} sr. Conselheiro Manuel Antonio Moreira Junior, Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar, e o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Eduardo José Coelho, Ministro e secretario d'Estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, como primeiros outorgantes em nome do Governo, e da outra parte, como segundo outorgante, o Sr. Carlos Ferreira dos Santos Silva, representante das Companhias Eastern Telegraph, Western Telegraph, successora da Brazilian Submarine Telegraph, Eastern & South African Telegraph e Europe & Azores Telegraph, que provou ser por documentos authenticos que ficam archivados no Secretaria geral d'este Ministerio, assistindo tambem o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Antonio Candido Ribeiro da Costa, procurador geral da Corôa e Fazenda; e por elles Ex.^{mos} Ministros, primeiros outorgantes, foi dito na minha presença e das testemunhas ao deante mencionadas que, tendo o Governo resolvido usar da faculdade concedida pelo artigo 24.^o da organização dos serviços de telegraphos, correios e industrias electricas, approvada por decreto com força de lei de 24 de dezembro de 1901, cujo teor é o seguinte: «Artigo 24.^o As concessões para o estabelecimento e exploração de cabos submarinos serão feitas por lei, podendo, porém, o Governo celebrar, mediante concurso ou sem esta formalidade, os contractos provisorios que hajam de ser submettidos á approvação das Côrtes», contractava provisoriamente com as referidas companhias, representadas pelo segundo outorgante Carlos Ferreira dos Santos Silva, o que consta das clausulas abaixo escriptas, ao cumprimento das quaes elles Ex.^{mos} Ministros se obrigam em nome do Governo e o segundo outorgante em nome das companhias que representa, ficando bem entendido, todavia, que este contracto provisorio só se tornará definitivo depois da approvação das Côrtes, a cuja sancção será apresentado na proxima sessão do Parlamento.

Clausula 1.^a

O Governo portuguez obriga-se:

a) A prorogar por mais 15 annos os direitos e privilegios exclusivos concedidos á Companhia Eastern Telegraph pelo contracto de 18 de março de 1870 e já renovados pelo artigo 36.^o do contracto de 17 de junho de 1893;

b) A prorogar por mais 15 annos os direitos e privilegios exclusivos da Companhia Western Telegraph, successora da Brazilian Submarine Telegraph, concedidos pelo contracto de 12 de novembro de 1872 e já renovados pelo artigo 36.^o do contracto de 17 de junho de 1893;

c) A conceder á Companhia Eastern & South African Telegraph, por 20 annos, o direito de preferencia para a amarração de cabos submarinos na costa oriental da Africa portugueza, com exclusão dos que tenham sido concedidos a outras empresas por contractos ainda vigentes.

*Terminar
em 29
janeiro
1927*

Clausula 2.^a

A Companhia Eastern & South African Telegraph obriga-se :

- a) A ligar a Beira e Quelimane com a sua rede submarina;
- b) A lançar um novo cabo submarino directo entre Moçambique e Durban, logo que o trafico o exija e o Governo portuguez assim o reconheça.

Clausula 3.^a

As Companhias Eastern Telegraph e Western Telegraph obrigam-se a pagar annualmente á Companhia West African Telegraph, ou á empresa ou companhia para que se transfram legalmente os direitos e obrigações d'esta, trinta por cento da importancia que o Governo é obrigado a pagar á mesma companhia em virtude da garantia fixada no contracto celebrado entre esta companhia e o Governo portuguez em 5 de junho de 1885, ficando bem entendido, e d'isto tomam a responsabilidade as referidas companhias Eastern e Western, que, em caso algum, a somma pagavel pelo Governo portuguez excederá 88:000\$000 réis por anno até junho de 1907, data a partir da qual esta somma será reduzida a 80:000\$000 réis. Obrigam-se, outro sim, a realisar os precisos accordos com a Companhia West African e tomam a responsabilidade de que as taxas totaes dos telegrammas ordinarios e officiaes do Governo portuguez, entre Portugal e as suas colonias na costa occidental da Africa, sejam as seguintes:

Telegrammas ordinarios. — Bissau e Bolama, fr. 3,85; S. Thomé, fr. 5,72 $\frac{1}{2}$; Principe, fr. 5,72 $\frac{1}{2}$; Loanda, fr. 6,22 $\frac{1}{2}$; Benguella, fr. 6,22 $\frac{1}{2}$; Mossamedes, fr. 6,22 $\frac{1}{2}$.

Telegrammas officies. — Bissau e Bolama, fr. 1,92 $\frac{1}{2}$; S. Thomé, fr. 2,86 $\frac{1}{4}$; Principe, fr. 2,86 $\frac{1}{4}$; Loanda, fr. 3,11 $\frac{1}{4}$; Benguella, fr. 3,11 $\frac{1}{4}$; Mossamedes, fr. 3,11 $\frac{1}{4}$.

As quantias que serão creditadas, em redução da garantia de 188.550\$000 réis, serão as seguintes:

Telegrammas ordinarios. — Bissau e Bolama, fr. 2,66; S. Thomé, fr. 4,51; Principe, fr. 4,59; Loanda, fr. 5,22; Benguella, fr. 4,56; Mossamedes, fr. 4,13.

Telegrammas officies. — Bissau e Bolama, fr. 1,33; S. Thomé, fr. 2,25 $\frac{1}{2}$; Principe, fr. 2,29 $\frac{1}{2}$; Loanda, fr. 2,61; Benguella, fr. 2,28; Mossamedes, fr. 2,06 $\frac{1}{2}$.

Clausula 4.^a

A Companhia Eastern Telegraph obriga-se a estabelecer, por forma que possam ser abertas á exploração no mais curto prazo possivel, que não excederá dois annos, contados da data do contracto definitivo, as estações necessarias para communicação, por meio de telegraphia sem fios conductores, entre Ponta Delgada e a ilha de Santa Maria, do archipelago dos Açores, entendendo-se que a referida companhia será obrigada, não sómente a construir por sua conta o edificio necessario para a estação em Santa Maria, como a estabelecer os mastros,apparelhos e instrumentos que o Governo julgar necesarios para o regular funcionamento das duas estações, que ficarão sendo propriedade do Governo e serão exploradas por conta d'este pelo Ministerio das obras publicas, commercio e industria.

Clausula 5.^a

Caso o Governo portuguez, durante o periodo fixado na clausula 4.^a, reconhecer, em diploma publicado na Folha Official, que é impraticavel o estabelecimento ou o regular funcionamento das communicações a que se refere a mesma clausula, a Companhia Eastern Telegraph será obrigada a estabelecer a ligação entre a ilha de Santa Maria e Ponta Delgada por meio de um cabo submarino, que será lançado e aberto á exploração no periodo de um anno, a contar da data em que o Governo portuguez tiver reconhecido officialmente aquella impraticabilidade.

§ unico. A Companhia Europe & Azores Telegraph obriga-se a acceitar, em relação a este cabo, os encargos e obrigações que, pelos contractos de 17 de junho de 1893 e 29 de julho de 1899, pertencem aos restantes cabos dos Açores que são propriedade do Governo portuguez, ficando, todavia, dispensada do cumprimento da clausula 4.^a d'este ultimo.

ausula 6.^a

A Companhia Eastern Telegraph estabelecerá, por forma que possam ser abertas á exploração no mais curto praso possível, que não excederá dois annos, contados da data do contracto definitivo, as estações necessarias para comunicação por meio de telegraphia sem fios conductores entre o Fayal e as ilhas das Flores e Corvo, entendendo-se que a referida companhia será obrigada, não sómente a construir por sua conta os edificios necessarios para as estações nas Flores e Corvo, como a estabelecer os mastros, appparelhos e instrumentos que o Governo julgar necessarios para o regular funcionamento das tres estações, que ficarão sendo propriedade do Governo e serão exploradas por conta d'este pelo Ministerio das obras publicas, commercio e industria.

§ unico. Logo que estejam a funcionar regularmente as tres estações de telegrapho sem fios conductores, a Companhia Europe & Azores Telegraph será dispensada do cumprimento da clausula 2.^a do contracto de 29 de julho de 1899.

Clausula 7.^a

Caso o Governo portuguez, durante o periodo fixado na clausula 6.^a, reconhecer, em diploma publicado na Folha Official, que é impraticavel o estabelecimento ou o regular funcionamento da comunicação entre o Fayal e a ilha das Flores a que a mesma clausula se refere, a Companhia Eastern Telegraph pagará de indemnisação ao mesmo Governo a importancia de 5:000 libras esterlinas.

Clausula 8.^a

Cada uma das estações de telegraphia sem fios conductores, a que se referem as clausulas 4.^a e 6.^a, será estabelecida com um systema de appparelhos que permita não sómente as comunicações entre as ilhas respectivamente mencionadas n'essas clausulas, como a correspondencia com os navios no mar.

§ unico. O Governo portuguez obriga-se a explorar o serviço das estações de telegraphia sem fios conductores, em harmonia com os preceitos das Convenções internacionais vigentes sobre o assumpto, a que o mesmo Governo tenha adherido.

Clausula 9.^a

As estações de telegraphia sem fios conductores, a que se referem as clausulas 4.^a e 6.^a, serão estabelecidas em conformidade com os projectos préviamente approvados pelo Governo, pelo Ministerio das obras publicas, commercio e industria.

§ unico. Concluido o estabelecimento das referidas estações e verificado que satisfazem ás condições dos projectos approvados, considerar se-hão as installações como definitivamente recebidas, lavrando-se o respectivo auto que será entregue á companhia concessionaria, como prova do cabal cumprimento das mencionadas clausulas.

Clausula 10.^a

Fica expressamente declarado que todas as vantagens obtidas pelo Governo portuguez, posteriormente á celebração dos contractos vigentes até esta data, feitos com as Companhias Eastern Telegraph, Western Telegraph e Eastern & South African Telegraph, serão integralmente mantidas.

Clausula 11.^a

As companhias a que se refere este contracto, no exercicio dos seus direitos e no cumprimento das suas obrigações em territorio portuguez, tanto nas suas relações com o Estado, como nas suas relações com o publico, ficarão sujeitas para todos os effeitos ás leis e regulamentos e aos tribunaes portuguezes, qualquer que seja a nacionalidade das pessoas que as constituírem e das que as representarem.

Clausula 12.^a

Todas as questões que se suscitarem entre o Governo e as empresas sobre a execução ou interpretação d'este contracto serão decididas por arbitros, dos quaes dois serão nomeados pelo Governo e dois pelas empresas. Para prevenir o caso de empate sobre o objecto em questão, será um quinto arbitro nomeado a aprazimento de ambas as partes.

Faltando accordo para esta nomeação, será deferida ao Supremo Tribunal de justiça a nomeação do quinto arbitro.

E com as clausulas acima exaradas deram os outorgantes por feito e concluido o presente termo de contracto provisorio, ao qual assistiram como testemunhas presentes os amanuenses d'este Ministerio, Arthur Eduardo Chichorro da Costa e Antonio João de Bastos Junior.

E eu Alfredo Pereira, do Conselho de Sua Majestade, servindo de secretario geral d'este Ministerio, em firmeza de tudo e para constar onde convier, fiz escrever, rubricar e vou subscrever o presente termo de contracto provisorio, que vão assignar comigo as pessoas já mencionadas depois de lhes ser lido por mim e de ter sido verificado por todas que a folio 157 está feita a competente resalva das emendas feitas nas linhas 28.^a e 30.^a do mesmo folio.

Logar de duas estampilhas do imposto do sêllo na importancia total de 1\$700 réis, devidamente inutilisadas com a data — 11 de fevereiro. — (Assignados) *Manuel Antonio Moreira Junior — Eduardo José Coelho — Carlos F. dos Santos Silva — Arthur Eduardo Chichorro da Costa — Antonio João de Bastos Junior — Alfredo Pereira.*

Fui presente — *Antonio Candido Ribeiro da Costa.*

(Diario do Governo, n.º 26).

Sendo de reconhecida conveniencia que tambem nas provincias ultramarinas sejam executados os trabalhos geodesicos, que determinam os elementos necessarios para o levantamento das cartas chorographicas e topographicas;

Considerando quanto este serviço importa ao exacto conhecimento do nosso dominio colonial e ao seu futuro desenvolvimento;

Considerando que não são menos importantes, sob o ponto de vista internacional, os mesmos trabalhos, visto que a sua execução na provincia de Moçambique, permittindo a medição de arcos do meridiano entre os parallelos 11º e 27º S., prestará relevante serviço á sciencia, e especialmente na medição da Terra pela Associação Geodesica Internacional, de que Portugal faz parte pela Convenção internacional de 1897, que foi prorogada por dez annos em setembro proximo passado;

Considerando que pela sua natureza e fins se devem subordinar á mesma direcção superior technica os trabalhos geodesicos do continente e do ultramar;

Hei por bem encarregar da superintendencia technica dos serviços geodesicos nas nossas provincias ultramarinas a Direcção geral dos trabalhos geodesicos e topographicos, a qual para esse effeito preparará para os desempenhar os officiaes que forem nomeados para esta missão, e estudará sem demora quaes os instrumentos cuja acquisição fôr indispensavel.

Os Ministros e secretarios de Estado dos negocios da marinha e ultramar e das obras publicas, commercio e industria assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 29 de janeiro de 1907. — REI. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos. — José Malheiro Reyndão.*

(Diario do Governo, n.º 28).

Usando da auctorisação concedida ao Governo pela carta de lei de 24 de dezembro de 1906: hei por bem decretar a organização do Supremo Conselho de defesa nacional, que faz parte d'este decreto e baixa assignada pelos ministros e secretarios d'Estado das diversas Repartições.

O presidente do Conselho de ministros, Ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'Estado das diversas Repartições assim o tenham

entendido e façam executar. Paço, em 29 de janeiro de 1907. — REI. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *José de Abreu do Couto de Amorim Novaes* — *Ernesto Driesel Schröter* — *Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto* — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos* — *Luiz Cypriano Coelho de Magalhães* — *José Malheiro Rey-mão*.

Organisação do Supremo Conselho de defesa nacional

CAPITULO I

Da sua constituição e funcções geraes

Artigo 1.º O Supremo Conselho de defesa nacional é a alta corporação militar destinada a tomar a iniciativa dos estudos da preparação da guerra e correlativas deliberações, estabelecendo:

- a) Os principios fundamentaes a que se deve subordinar a organização geral e a mobilisação das forças de terra e mar e das tropas coloniaes;
- b) Os planos de operações terrestres e maritimas;
- c) O plano da organização defensiva da metropole e das colonias.

Art. 2.º A acção do Supremo Conselho de defesa nacional exerce-se:

- 1.º Determinando e orientando superiormente os trabalhos que devem ser feitos pela Commissão superior de estudos de que trata o artigo 7.º;
- 2.º Dando parecer sobre as consultas que lhe forem feitas pelos ministros da guerra e da marinha, a que se refere o artigo 6.º;
- 3.º Apreciando e discutindo os trabalhos que forem submettidos á sua deliberação depois de elaborados pela referida Commissão.

Art. 3.º O Supremo Conselho de defesa nacional é constituído por duas secções: uma do exercito e outra da armada.

§ 1.º Pertence á secção do exercito: determinar os trabalhos que devem ser elaborados pelo Conselho general do exercito de que trata o § 1.º do artigo 8.º; activar e facultar os meios de execução dos mesmos trabalhos; examinar, discutir e formular parecer sobre os trabalhos apresentados pelo Conselho general do exercito e submeter á deliberação do Supremo Conselho os que devam ser resolvidos em sessão plena.

§ 2.º Pertence á secção da armada: proceder de modo identico ao fixado no paragrapho anterior, com relação aos estudos do Conselho general da armada de que trata o § 2.º do artigo 8.º

Art. 4.º As duas secções reúnem em sessão plena sempre que se torne necessario apreciar assumptos importantes, que digam respeito á defesa nacional ou que interessem simultaneamente ao exercito, á marinha e ás tropas coloniaes.

§ unico. Nos mais casos funcionam separadamente, sob a direcção dos seus respectivos presidentes.

Art. 5.º As deliberações do Supremo Conselho de defesa nacional serão communicadas aos respectivos ministros da guerra e da marinha, a cargo dos quaes está o seu desenvolvimento e execução.

§ unico. Ficam dependentes da approvação pelas Côrtes as alterações ás leis organicas do exercito e da armada, e os creditos necessarios para occorrer ás despesas exigidas para execução das mesmas leis e dos planos relativos á defesa nacional.

Art. 6.º O Supremo Conselho de defesa nacional será consultado pelos ministros da guerra e da marinha sempre que estes tenham de providenciar por iniciativa propria, ou quando em outros Ministerios haja de tomar-se resolução sobre assumptos que se relacionem com os da competencia do mesmo Conselho.

Art. 7.º São dependencias do Supremo Conselho de defesa nacional:

1.º A Commissão Superior de estudos de defesa nacional, com os seus elementos constituintes, que têm a denominação de Conselho general do exercito e Conselho general da armada;

2.º As Commissões de estudos que funcionam junto de cada um d'esses Conselhos.

Art. 8.º Os Conselhos generaes da Commissão superior de estudos funcionam de ordinario separadamente, e compete lhes a preparação dos trabalhos sobre que o Supremo Conselho tenha de deliberar, conforme as ordens e orientação que d'elle receberem.

§ 1.º Pertence ao Conselho general do exercito estudar:

- a) Os principios fundamentaes a que deve ser subordinada a organização geral do exercito;
- b) As disposições essenciaes da mobilização das forças terrestres;
- c) O planq de concentração das mesmas forças em determinadas regiões do paiz;
- d) Os planos de operações militares;
- e) Os pontos estrategicos onde devem ser construidas novas fortificações, que sejam indispensaveis para apoio das operações militares, transformadas as existentes, ou suprimidas as inuteis ou prejudiciaes á defesa;
- f) O aproveitamento estrategico das vias de comunicação existentes e a construir e a sua influencia nas operações militares.

§ 2.º Pertence ao Conselho general da armada estudar:

- a) Os principios fundamentaes a que deve ser subordinada a organização das forças da marinha;
- b) As disposições essenciaes á mobilização das mesmas forças;
- c) O armamento naval;
- d) Os planos de operações navaes, isoladas ou de combinação com as tropas terrestres na defesa das costas.

Art. 9.º A's Comissões de estudos adjuntas aos Conselhos generaes do exercito e da armada compete estudar os elementos preparatorios para os trabalhos d'esses Conselhos.

§ 1.º Cada uma das comissões de estudos de que trata este artigo é formada por duas secções.

§ 2.º A' 1.ª secção da Comissão do exercito incumbem os estudos referentes á organização, mobilização, concentração e operações militares.

§ 3.º A' 2.ª secção da mesma Comissão incumbe o estudo da organização defensiva territorial em harmonia com o plano de defesa, de que trata o § 1.º do artigo 8.º, sendo da sua privativa competencia:

- a) O estudo das bases geraes relativas aos planos de obras de fortificação e seu armamento;
- b) A consulta sobre o traçado de quaesquer vias de comunicações projectadas na zona de terreno sob a acção das fortificações;
- c) A consulta sobre todos os assumptos que se referirem á delimitação e demarcação da zona das fortificações e das zonas de servidão militar.

§ 4.º A' 1.ª secção da Comissão da armada pertence estudar o armamento naval.

§ 5.º A' 2.ª secção da mesma Comissão pertence estudar a organização, mobilização, operações navaes, manobras e exercicios.

§ 6.º Os estudos relativos á organização das tropas coloniaes, á fortificação e defesa das colonias, serão preparados em reunião das duas secções da Comissão do exercito juntamente com a 2.ª secção da Comissão da armada.

Art. 10.º Haverá uma Secretaria geral á qual compete:

- 1.º Centralisar o expediente do Supremo Conselho de defesa nacional e suas dependencias;
- 2.º Reunir e preparar os elementos de estudo necessarios aos trabalhos das mesmas dependencias,
- 3.º Archivar as peças officiaes, livros, cartas, desenhos e mais documentos concernentes á defesa nacional.

CAPITULO II

Da presidencia e composição do Supremo Conselho

Art. 11.º O Rei, na qualidade de marechal general do exercito e almirante general da armada, assume, sem voto, a presidencia do Supremo Conselho de defesa nacional, todas as vezes que julgar conveniente.

Art. 12.º O presidente do Conselho de ministros e os ministros da guerra e da marinha assistem a todas as sessões plenas do Supremo Conselho de defesa nacional, ás quaes o presidente do Conselho de ministros presidirá.

Art. 13.º Os ministros da guerra e da marinha, quando assistirem ás reuniões parciaes das respectivas secções do Supremo Conselho de defesa nacional, assumirão a sua presidencia.

Art. 14.º A secção do exercito do Supremo Conselho de defesa nacional, mencionada no § 1.º do artigo 3.º, tem a seguinte composição:

Tres generaes de divisão, sendo um o presidente do Conselho general do exercito, referido no artigo 16.º;

Tres generaes de brigada, membros do Conselho general do exercito mencionado no mesmo artigo;

Tres generaes de brigada, tendo feito carreira respectivamente pelas armas de infantaria, cavallaria e artilharia

§ unico. Servirá de presidente o general de divisão mais antigo dos indicados n'este artigo, e de secretario, sem voto, um coronel do serviço do estado maior.

Art. 15.º A secção da armada do Supremo Conselho de defesa nacional, mencionada no § 2.º do artigo 3.º, tem a seguinte composição:

Major general da armada;

Director geral da marinha;

Presidente do Conselho general da armada referido no artigo 17.º;

Commandantes da divisão naval de instrucção e de defesa movel.

§ unico. Servirá de presidente o official general de maior graduação dos mencionados n'este artigo, e de secretario, sem voto, um capitão de mar e guerra.

Art. 16.º O Conselho general do exercito é formado por:

Um general de divisão, presidente;

Dois generaes de brigada, presidentes das secções de estudos, sendo um o director geral do serviço do estado maior e outro um general que tenha feito carreira na arma de engenharia:

Um general de brigada de qualquer arma ou do serviço do estado maior;

Um coronel do serviço do estado maior, secretario.

Art. 17.º O Conselho general da armada é formado por:

Um official general, presidente;

Tres capitães de mar e guerra, sendo dois os presidentes das secções de estudos;

Um capitão de fragata, secretario.

Art. 18.º A 1.ª secção de estudos adjunta ao Conselho general do exercito, referida no § 2.º do artigo 9.º, é constituída por:

O director geral do serviço do estado maior, presidente;

Um official superior da armada;

2.ª e 3.ª Repartições da Direcção geral do serviço do estado maior;

Um major ou capitão do serviço do estado maior, secretario.

§ unico. Quando reunirem em sessão, a 2.ª e 3.ª Repartições serão representadas pelos seus respectivos chefes e dois officiaes de cada uma.

Art. 19.ª A 2.ª secção de estudos adjunta ao Conselho general do exercito é composta por:

Um general de engenharia, presidente;

Dois officiaes superiores de engenharia;

Dois officiaes superiores de artilharia;

Um official superior da armada;

Um capitão de engenharia, secretario.

Art. 20.º A 1.ª secção de estudos adjunta ao Conselho general da armada é constituída por:

Um capitão de mar e guerra, presidente;

Um capitão de fragata;

Dois capitães-tenentes;

Dois primeiros tenentes, sendo um secretario;

Um engenheiro constructor naval;

Um medico naval;

Um machinista naval.

Art. 21.º A 2.ª secção de estudos adjunta ao Conselho general da armada é constituída por:

Um capitão de mar e guerra, presidente;

Um capitão de fragata ;

Dois capitães-tenentes ;

Um tenente-coronel ou major do serviço do estado maior ;

Um primeiro tenente da armada, secretario.

Art. 22.º Quando a Commissão superior de estudos o julgar conveniente para o estudo de qualquer assumpto, poderão ser addidos a uma secção officiaes pertencentes a outras.

Art. 23.º Todos os generaes e officiaes mencionados nos artigos anteriores, que não pertençam ao Supremo Conselho e suas dependencias pela natureza do cargo que occupem, serão nomeados respectivamente pelos Ministerios a que pertençam.

Art. 24.º O serviço do Supremo Conselho de defesa nacional e suas dependencias é desempenhado cumulativamente com o de outras commissões, não dando, em tal caso, direito a gratificação especial.

Os officiaes generaes do exercito e da armada que constituem o Conselho Supremo de defesa nacional terão ajudante de campo, quando a elle não tenham já direito por qualquer outra commissão que exerçam.

§ unico. O secretario do Conselho general do exercito accumula o seu serviço privado com o da Secretaria geral, não devendo ser encarregado de outras commissões.

CAPITULO III

Das attribuições do pessoal do Supremo Conselho

Art. 25.º A cada um dos presidentes das duas secções do Supremo Conselho de defesa nacional compete :

- 1.º Dirigir os trabalhos da sua secção ;
- 2.º Assignar a correspondencia que tiver de ser dirigida ao respectivo Ministerio ;
- 3.º Requisitar, por intermédio dos respectivos Ministerios, os elementos de estudo que existam nas diversas Repartições do Estado ;
- 4.º Designar os dias e horas para as reuniões da secção ;
- 5.º Abrir a sessão, encaminhar a discussão, suspender a e encerrar a como julgar conveniente ;
- 6.º Fazer proceder ás votações, quer nominaes, quer por pluralidade de votos, nas questões a decidir ;
- 7.º Mandar remetter para a Secretaria geral os trabalhos que tenham de ser impressos, distribuidos ou archivados ;
- 8.º Communicar ao presidente os trabalhos que estiverem promptos para serem submettidos á deliberação do Supremo Conselho de defesa nacional ;
- 9.º Fazer transmittir aos membros da secção a ordem de convocação para o Supremo Conselho de defesa nacional.

Art. 26.º Aos membros das secções do Supremo Conselho compete :

- 1.º Tomar parte nas discussões dos assumptos, emittindo a sua opinião ;
- 2.º Apresentar, por escripto : propostas, additamentos, substituições e emendas a qualquer trabalho em discussão ;
- 3.º Fazer, por escripto, a justificação do seu voto, quando houver votado contra as deliberações approvadas pela secção ;
- 4.º Fazer, pela mesma forma, nos oito dias immediatos ao da reunião em que o assumpto foi resolvido, a justificação do seu voto, quando não tenham assistido á sessão.

§ unico. Não são permittidas as abstenções de voto.

Art. 27.º A cada um dos secretarios das secções do Supremo Conselho pertence :

- 1.º Preparar o expediente privativo das secções segundo as ordens dos respectivos presidentes ;
- 2.º Redigir e ler as actas do que se passar nas suas reuniões ;
- 3.º Fazer as leituras das propostas apresentadas nas sessões e dos trabalhos em discussão ;
- 4.º Remetter para a Secretaria geral os processos findos, para serem cuidadosamente catalogados e archivados ;

5.º Requisitar á mesma Secretaria quaesquer livros, cartas, desenhos, diplomas officiaes, copias dos pareceres, e a impressão dos trabalhos que forem necessarios para os estudos a cargo das secções.

Art. 28.º As attribuições dos presidentes, dos secretarios e dos outros membros dos Conselhos generaes e das suas secções de estudo são reguladas pelo estabelecido nos artigos anteriores nas secções do Supremo Conselho, na parte que lhes puder ser applicavel.

Art. 29.º Ao secretario do Conselho general do exercito compete mais:

- 1.º A direcção do expediente da Secretaria geral;
- 2.º A guarda e conservação do archivo;
- 3.º A revisão dos documentos que se mandarem imprimir;
- 4.º A coordenação dos documentos que convenha reunir em livros para maior facilidade da sua leitura.

CAPITULO IV

Do systema de trabalho

Art. 30.º O Supremo Conselho de defesa nacional reunirá em sessão plena unicamente quando se dêr alguma das circumstancias estabelecidas nos artigos 4.º e 6.º.

Art. 31.º Cada uma das secções do Supremo Conselho reunirá de ordinario uma vez em cada mez, e terá todas as reuniões extraordinarias que forem necessarias para tratar das questões e trabalhos urgentes.

Art. 32.º Cada um dos Conselhos generaes da Commissão superior de estudos reunirá ordinariamente uma vez cada semana, e extraordinariamente sempre que seja preciso.

§ unico. Haverá reunião geral dos dois Conselhos generaes, quando se tratar de apreciar assumptos complexos que interessem a ambos.

Art. 33.º As secções de estudos adjuntas aos Conselhos generaes trabalham permanentemente sob a direcção superior dos seus presidentes, reunindo-se em sessão pelo menos uma vez por semana.

Art. 34.º Para cada trabalho a discutir nas sessões do Supremo Conselho, e nas suas dependencias, será nomeado um relator.

Art. 35.º As deliberações do Supremo Conselho de defesa nacional serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes ás sessões plenas.

§ unico. Pela mesma forma serão tomadas as resoluções das secções do Supremo Conselho, da Commissão superior de estudos e dos Conselhos generaes.

Art. 36.º Quando o presidente de qualquer das secções do Supremo Conselho, ou dos Conselhos generaes, não puder comparecer em algum dia marcado para sessão, assumirá a presidencia o mais graduado dos vogaes que estiverem presentes.

§ unico. Igual disposição é applicavel ás reuniões das secções de estudos.

Art. 37.º Para haver sessão é preciso que esteja presente o relator do trabalho que deve ser discutido; mas, no caso do seu impedimento, pode ser substituido por outro general ou official que se preste a exercer as suas respectivas funcções.

§ unico. É preciso tambem haver maioria absoluta dos membros que deviam assistir á sessão.

Art. 38.º Ás sessões plenas do Supremo Conselho de defesa nacional devem comparecer os secretarios dos Conselhos generaes do exercito e da armada como supplentes dos secretarios das respectivas secções.

§ unico. Ás sessões dos Conselhos generaes deverá assistir, sem voto, o official que na respectiva secção de estudos tenha sido relator do projecto do parecer em discussão, elaborado pela mesma secção.

Art. 39.º O secretario do Conselho general do exercito será substituido, no caso de impedimento, pelo secretario da 1.ª secção de estudos adjunta a elle, e o do Conselho general da armada pelo da sua 2.ª secção adjunta.

Art. 40.º O general ou official que faltar á sessão marcada deverá motivar a sua falta perante o presidente, fazendo-se na acta a declaração competente.

Art. 41.º Quando não houver sessão por falta de numero ou do relator, não deixará de se lavrar acta, fazendo-se menção d'esta circumstancia e convocando-se logo nova reunião.

Art. 42.º Cada secretario terá um livro de registo das actas das sessões correspondentes ao seu serviço.

§ 1.º Cada acta deverá indicar os nomes dos membros presentes á sessão e dos que justifiquem a falta; o resultado da votação sobre a acta anterior; o extracto da correspondencia recebida; os incidentes occorridos e as propostas apresentadas, com a designação especificada das votações e dos membros que approvaram ou reprovaram.

§ 2.º Os trabalhos impressos ou muito desenvolvidos não serão trasladados na acta, que se referirá a um exemplar, e o mesmo se fará em relação ás propostas, quando forem numerosas e extensas, devendo, n'este caso, ficar juntas á acta.

§ 3.º Cada uma das actas será assignada pelo presidente que assistir á sessão e pelo secretario.

Art. 43.º Na Secretaria geral haverá livros para o registo da entrada e sahida da correspondencia e um catalogo geral para os documentos, livros, cartas e processos findos, sendo estes constituídos por todas as peças officiaes respeitantes a cada assumpto e numerados seguidamente.

Art. 44.º Haverá junto da Secretaria geral um desenhador, um archivista, dois amanuenses e um servente.

§ unico. O desenhador e o archivista poderão accumular o serviço da Secretaria geral com o que tiverem a desempenhar na Direcção geral do serviço do estado maior, junto da qual ficará installada aquella Secretaria.

Art. 45.º Serão impressos por conta dos Ministerios da guerra ou da marinha, conforme aquelle a que pertencer o assumpto, os trabalhos que forem necessarios para facilitar os estudos das secções e Conselhos generaes do exercito e da armada.

Art. 46.º As despesas de expediente ordinario da Secretaria geral serão pagas unicamente pelo Ministerio da guerra.

Art. 47.º Aos membros das secções do Supremo Conselho e dos Conselhos generaes, e ao pessoal das secções de estudos, será facultada a leitura dos documentos do archivo ou emprestado, mediante recibo, algum d'aquelles a que se refere o n.º 5.º do artigo 27.º

Art. 48.º Depois de approvado qualquer trabalho será feita a sua impressão definitiva, excepto se estiver no caso previsto no artigo 49.º, tirando se o numero de exemplares precisos, de modo a ficarem cincoenta na Secretaria geral, e sendo distribuido a cada membro que n'elle tomou parte um exemplar em substituição dos exemplares em provas que serviram para a discussão, os quaes devem ser por elles remettidos para a Secretaria geral ao accusarem a recepção dos exemplares definitivos.

§ 1.º Os exemplares distribuidos serão numerados e registados sob o nome da pessoa a quem forem distribuidos, e, constituindo propriedade do archivo, deverão ser restituídos por quem os possuir, logo que deixe de pertencer ao Supremo Conselho e suas dependencias ou lhe sejam pedidos.

§ 2.º No caso de fallecimento de algum dos membros do Supremo Conselho e suas dependencias, serão os documentos que tinha em seu poder requisitados aos seus herdeiros pelo secretario.

Art. 49.º Os trabalhos que por sua natureza devam ficar *completamente reservados*, não serão impressos, e não sahirão da Secretaria, sob a responsabilidade criminal do secretario, prevista no artigo 59.º do Codigo de justiça militar.

§ 1.º Se os ministros da guerra e da marinha os quizerem consultar, ou auctorisarem algum a lê-los, ser-lhes-hão apresentados pelo proprio secretario responsavel, o qual receberá para esse fim ordem expressa e por escripto do Ministro da guerra, a qual ficará archivada até á restituição do trabalho.

§ 2.º Os trabalhos originaes, de que não haja reproducção ou copia, tambem não deverão sahir da Secretaria senão com as mesmas precauções estabelecidas no paragrafo anterior.

Art. 50.º Ficam extinctas: a Commissão superior de guerra, a Commissão das fortificações do reino, e o Conselho superior de marinha.

Paço, em 29 de janeiro de 1907. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco — José de Abreu do Couto de Amorim Novaes — Ernesto Driesel Schrüter — Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto — Ayres d'Ornellas de Vasconcellos — Luiz Cyprano Coelho de Magalhães — José Malheiro Reyão.*

FEVEREIRO

Sua Majestade El Rei ha por bem, pela Secretaria de Estado dos negocios da marinha e ultramar, e nos termos do artigo 18.º do decreto de 20 de setembro de 1906, mandar que sejam vedadas a pesquisas mineiras as áreas dos concelhos de Perném e Canácona no Estado da India.

O que se comunica ao governador geral do referido Estado, para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 1 de fevereiro de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos.*

(Boletim official da India n.º 17).

III.º e ex.º sr. — Em referencia ao officio de v. ex.ª, n.º 333, de 11 de dezembro ultimo, cobrindo um requerimento de Antonio Miguel de Carvalho solicitando a concessão, por aforamento, de 150 hectares de terreno baldio na ilha da Boa Vista, offerecendo pagar o fôro annual de 50 réis por hectare, encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.ª que aquelle requerimento não pode ser deferido, por isso que do preceito consignado no artigo 76.º da lei de 9 de maio de 1901 se deduz claramente que, *sómente depois de feita a divisão dos baldios pelos chefes de familia vizinhos*, se pode fazer a outros individuos concessões por aforamento, accrescendo ainda que o fôro offerecido pelo requerente é inferior ao limite de 100 réis por hectare, fixado no artigo 7.º da citada lei.

Não estando ainda feita a divisão dos baldios, as concessões de terrenos n'essa provincia só podem realisar-se nos termos da Portaria provincial, n.º 86, de 5 de abril de 1905, isto é, por arrendamento, válido de um a cinco annos, não excedendo a 10 hectares a área de cada concessão.

Deus guarde a v. ex.ª. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 1 de fevereiro de 1907. — III.º e ex.º sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official de Cabo Verde n.º 8).

III.º e ex.º sr. — S. ex.ª o Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar encarrega-me de dizer a v. ex.ª, em referencia ao seu officio, n.º 2:407, de 25 de outubro ultimo, que o facto de qualquer praça das guarnições ultramarinas ascender ao posto immediato, durante o seu tempo de serviço no ultramar, não a obriga a maior permanencia nas colonias. Para garantir, porém, o posto adquirido no ultramar, no seu regresso ao exercito do reino, deverá qualquer praça, nos termos das instrucções publicadas na ordem do exercito, n.º 2, de 1888 e que se acham ainda em vigor, segundo communicou o Ministerio da guerra no seu officio, n.º 5, de 19 de janeiro findo, ter um anno de serviço no ultramar, n'este posto, satisfazendo ás demais condições estabelecidas nas mesmas instrucções.

Resulta, pois, que uma praça, para garantir no exercito do reino o posto que tenha adquirido no ultramar, em cuja permanencia se exige um anno, só deve continuar por mais 2 annos ao serviço das guarnições ultramarinas, se não completar o anno do posto adquirido dentro do periodo a que estava obrigada a servir, visto que a continuação no serviço do ultramar é concedida sómente por periodos de 2 annos, e, iniciado um periodo, não pode ser concedida desistencia. — Deus guarde a v. ex.ª Secretaria de Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 6 de fevereiro de 1907. — III.º e ex.º

sr. Conselheiro governador geral do Estado da India. — O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official da India n.º 229).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber, aos que a presente Carta de confirmação e ratificação virem, que aos doze dias do mez de junho do anno de mil novecentos e dois se concluíram e assignaram na Haya, entre mim e Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio allemão, Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria, Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Majestade o Rei de Hespanha, o Presidente da Republica Franceza, Sua Majestade o Rei de Italia, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau, Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, Sua Majestade o Rei da Romania, Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia, e o Conselho federal suíço, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos dos competentes plenos poderes, tres Convenções, a fim de regular os conflictos de leis em materia de casamento, os conflictos de leis e de jurisdicções em materia de divorcio e de separação de pessoas, e a tutela de menores, cujo teor é o seguinte:

*Convention pour régler les conflits de lois
en matière de mariage*

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand, Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., etc., et Roi Apostolique de Hongrie, Sa Majesté le Roi des Belges, Sa Majesté le Roi d'Espagne, le Président de la République Française, Sa Majesté le Roi d'Italie, Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau, Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc., etc., Sa Majesté le Roi de Roumanie, Sa Majesté le Roi de Suède et de Norrège, au nom de la Suède, et le Conseil fédéral suisse:

Désirant établir des dispositions communes pour régler les conflits de lois concernant les conditions pour la validité du mariage;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne,
Roi de Prusse, au nom de l'Empire
Allemand:

M. M. le Comte de Pourtalès, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, le Docteur Hermann Dungs, Son Conseiller Supérieur Intime de Ré-

*Convenção para regular os conflictos de leis
em materia de casamento*

Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio allemão, Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria, Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Majestade o Rei de Hespanha, o Presidente da Republica Franceza, Sua Majestade o Rei de Italia, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau, Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc., etc., Sua Majestade o Rei da Romania, Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia, e o Conselho federal suíço;

Desejando estabelecer disposições communes para regular os conflictos de leis concernentes ás condições de validade do casamento;

Resolveram concluir uma Convenção para este fim, e nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Allemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio allemão:

Os srs. conde de Pourtalès, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, dr. Hermann Dungs, seu Conselheiro Superior Intimo de Regencia,

gence, et le Docteur Johannes Kriege, Son Conseiller Intime de Légation ;

e dr. Johannes Kriege, seu Conselheiro Intimo de Legação ;

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., etc., et Roi Apostolique de Hongrie :

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria :

M. Okolicsányi d'Okolicsna, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ;

O Sr. Okolicsányi d'Okolicsna, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ;

Sa Majesté le Roi des Belges :

Sua Majestade o Rei dos Belgas :

M. M. le Comte De Grelle Rogier, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, et Alfred van den Bulcke, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire, Directeur Général au Ministère des Affaires Etrangères ;

Os Srs. Conde De Grelle Rogier, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, e Alfred van den Bulcke, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Director geral no Ministerio dos negocios estrangeiros ;

Sa Majesté le Roi d'Espagne :

Sua Majestade o Rei de Hespanha :

M. Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny, Son Chargé d'Affaires intérimaire à la Haye ;

O sr. Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny, seu Encarregado de negocios interino na Haya ;

Le Président de la République Française :

O Presidente da Republica Franceza :

M. M. de Monbel, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Française près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, et Louis Renault, Professeur de Droit International à l'Université de Paris, Jurisconsulte du Ministère des Affaires Etrangères ;

Os Srs. de Monbel, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, e Louis Renault, professor de Direito Internacional na Universidade de Paris, Jurisconsulto do Ministerio dos negocios estrangeiros ;

Sa Majesté le Roi d'Italie :

Sua Majestade o Rei de Italia :

M. Salvatore Tugini, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ;

O Sr. Salvatore Tugini, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ;

Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau :

Sua Alteza Real o Grão Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau :

M. le Comte de Villers, Son Chargé d'Affaires à Berlin ;

O Sr. Conde de Villers, seu Encarregado de negocios em Berlim ;

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos :

M. M. le Baron R. Melvil de Lynden, Son Ministre des Affaires Etrangères, J. A. Loeff, Son Ministre de la Justice, et T. M. C. Asser, Membre du Conseil d'Etat, Président de la Commission Royale pour le Droit International Privé, Président des Conférences de Droit International Privé ;

Os Srs. Barão R. Melvil de Lynden, seu Ministro dos negocios estrangeiros, J. A. Loeff, seu Ministro da justiça, e T. M. C. Asser, Membro do Conselho de Estado, Presidente da Comissão Real de Direito Internacional Privado, Presidente das Conferencias de Direito Internacional Privado ;

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc., etc. :

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc., etc. :

M. le Comte de Selir, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ;

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

M. Jean N. Papiniu, Son Envoyé Extraordinaire e Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ;

Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, au nom de la Suède :

M. le Comte Wrangel, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ; et

Le Conseil fédéral suisse :

M. Ferdinand Koch, Vice-Consul de la Confédération Suisse à Rotterdam ;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE 1.

Le droit de contracter mariage est réglé par la loi nationale de chacun des futurs époux, à moins qu'une disposition de cette loi ne se réfère expressément à une autre loi.

ARTICLE 2.

La loi du lieu de la célébration peut interdire le mariage des étrangers qui serait contraire à ses dispositions concernant :

1^o Les degrés de parenté ou d'alliance pour lesquels il y a une prohibition absolue ;

2^o La prohibition absolue de se marier, édictée contre les coupables de l'adultère à raison duquel le mariage de l'un d'eux a été dissous ;

3^o La prohibition absolue de se marier, édictée contre des personnes condamnées pour avoir de concert attenté à la vie du conjoint de l'une d'elles.

Le mariage célébré contrairement à une des prohibitions mentionnées ci-dessus ne sera pas frappé de nullité, pourvu qu'il soit valable d'après la loi indiquée par l'article 1^{er}.

Sous la réserve de l'application du premier alinéa de l'article 6 de la présente Convention, aucun Etat Contractant ne s'oblige

O Sr. conde de Selir, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ;

Sua Majestade o Rei da Romania :

O Sr. Jean N. Papiniu, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ;

Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia :

O Sr. Conde de Wrangel, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ;

E o Conselho federal suíço :

O Sr. Ferdinand Koch, vice consul da Confederação suíça em Rotterdam ;

Os quaes, depois de se haverem comunicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes :

ARTIGO 1.º

O direito de contrahir casamento é regulado pela lei nacional de cada um dos futuros conjuges, a menos que uma disposição d'essa lei se não refira expressamente a outra lei.

ARTIGO 2.º

A lei do logar da celebração pode prohibir o casamento dos estrangeiros que fôr contrario ás suas disposições referentes :

1.º Aos graus de parentesco ou afinidade, para os quaes houver absoluta prohibição ;

2.º Á prohibição absoluta de se casarem os culpados de adulterio, por effeito de qual tiver sido dissolvido o casamento de um d'elles ;

3.º Á prohibição absoluta de se casarem pessoas condemnadas por terem, de comum accordo, attentado contra a vida do conjuge de uma d'ellas.

O casamento celebrado em contravenção de qualquer das prohibições supramencionadas não incorrerá em nullidade, comtanto que seja válido segundo a lei a que se refere o artigo 1.º

Sob a reserva da applicação da primeira alinea do artigo 6.º da presente Convenção, nenhum Estado contractante se obriga a

à faire célébrer un mariage qui, à raison d'un mariage antérieur ou d'un obstacle d'ordre religieux, serait contraire à ses lois. La violation d'un empêchement de cette nature ne pourrait pas entraîner la nullité du mariage dans les pays autres que celui où le mariage a été célébré.

ARTICLE 3.

La loi du lieu de la célébration peut permettre le mariage des étrangers non obstant les prohibitions de la loi indiquée par l'article 1^{er}, lorsque ces prohibitions sont exclusivement fondées sur des motifs d'ordre religieux.

Les autres Etats ont le droit de ne pas reconnaître comme valable le mariage célébré dans ces circonstances.

ARTICLE 4.

Les étrangers doivent, pour se marier, établir qu'ils remplissent les conditions nécessaires d'après la loi indiquée par l'article 1^{er}.

Cette justification se fera, soit par un certificat des agents diplomatiques ou consulaires autorisés par l'Etat dont les contractants sont les ressortissants, soit par tout autre mode de preuve, pourvu que les Conventions internationales ou les autorités du pays de la célébration reconnaissent la justification comme suffisante.

ARTICLE 5.

Sera reconnu partout comme valable, quant à la forme, le mariage célébré suivant la loi du pays où il a eu lieu.

Il est toutefois entendu que les pays, dont la législation exige une célébration religieuse, pourront ne pas reconnaître comme valables les mariages contractés par leurs nationaux à l'étranger sans que cette prescription ait été observée.

Les dispositions de la loi nationale, en matière de publications, devront être respectées; mais le défaut de ces publications ne pourra pas entraîner la nullité du mariage dans les pays autres que celui dont la loi aurait été violée.

Une copie authentique de l'acte de mariage sera transmise aux autorités du pays de chacun des époux.

fazer celebrar um casamento que, em razão de casamento anterior ou de obstáculo de ordem religiosa, fôr contrario às suas leis. A violação de um impedimento d'esta natureza não poderá produzir a nullidade do casamento n'outros paizes que não aquelle em que o casamento houver sido celebrado.

ARTIGO 3.º

A lei do lugar da celebração pode permitir o casamento dos estrangeiros, sem embargo das prohibições da lei a que se refere o artigo 1.º, quando essas prohibições forem exclusivamente fundadas em motivos de ordem religiosa.

Os outros Estados têm o direito de não reconhecer como válido o casamento celebrado n'estas circunstancias.

ARTIGO 4.º

Para o seu casamento, devem os estrangeiros provar que satisfazem às condições necessarias segundo a lei a que se refere o artigo 1.º.

Esta justificação far-se-ha, ou mediante certificado dos agentes diplomaticos ou consulares, auctorisados pelo Estado da nacionalidade dos contrahentes, ou por outro qualquer meio de prova, comtanto que as Convenções internacionaes ou as auctoridades do paiz da celebração reconheçam como sufficiente a justificação.

ARTIGO 5.º

Será, em toda a parte, reconhecido como válido, quanto á forma, o casamento celebrado segundo a lei do paiz onde se houver effectuado.

Fica, todavia, entendido que os paizes, cuja legislação exige uma celebração religiosa, poderão deixar de reconhecer como válidos os casamentos contrahidos pelos seus nacionaes no estrangeiro com inobservancia d'esse preceito.

Deverão ser respeitadas as disposições da lei nacional em materia de publicações; mas a falta d'estas não poderá produzir a nullidade do casamento n'outros paizes além d'aquelle cuja lei tiver sido violada.

Uma copia authentica do assento de casamento será transmittida ás auctoridades do paiz de cada um dos conjuges.

ARTICLE 6.

Sera reconnu partout comme valable, quant à la forme, le mariage célébré devant un agent diplomatique ou consulaire, conformément à sa législation, si aucune des parties contractantes n'est ressortissante de l'Etat où le mariage a été célébré, et si cet Etat ne s'y oppose pas. Il ne peut pas s'y opposer quand il s'agit d'un mariage qui, à raison d'un mariage antérieur ou d'un obstacle d'ordre religieux, serait contraire à ses lois.

La réserve du second alinéa de l'article 5 est applicable aux mariages diplomatiques ou consulaires.

ARTICLE 7.

Le mariage, nul quant à la forme dans le pays où il a été célébré, pourra néanmoins être reconnu comme valable dans les autres pays, si la forme prescrite par la loi nationale de chacune des parties a été observée.

ARTICLE 8.

La présente Convention ne s'applique qu'aux mariages célébrés sur le territoire des Etats contractants entre personnes dont une au moins est ressortissante d'un de ces Etats.

Aucun Etat ne s'oblige, par la présente Convention, à appliquer une loi qui ne serait pas celle d'un Etat contractant.

ARTICLE 9.

La présente Convention, qui ne s'applique qu'aux territoires européens des Etats contractants, sera ratifiée, et les ratifications en seront déposées à la Haye, dès que la majorité des Hautes Parties contractantes sera en mesure de le faire.

Il sera dressé de ce dépôt un procès-verbal, dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à chacun des Etats contractants.

ARTICLE 10.

Les Etats non signataires qui ont été représentés à la troisième Conférence de Droit International Privé sont admis à adhérer purement et simplement à la présente Convention.

ARTIGO 6.º

Será em toda a parte reconhecido como válido, quanto á forma, o casamento celebrado perante um agente diplomatico ou consular, em conformidade da sua legislação, se nenhum dos contrahentes fôr nacional do Estado em que o casamento houver sido celebrado, e se esse Estado a tal se não oppuzer. Não poderá oppôr-se-lhe tratando-se de casamento que, em razão de casamento anterior ou de impedimento de ordem religiosa, fôr contrario as suas leis.

A reserva da segunda alinea do artigo 5.º é applicavel aos casamentos diplomaticos ou consulares.

ARTIGO 7.º

O casamento, nullo quanto á forma no paiz onde tiver sido celebrado, poderá, comtudo, ser reconhecido como válido nos demais paizes, se tiver sido observada a forma prescripta pela lei nacional de cada uma das partes.

ARTIGO 8.º

A presente Convenção não se applica senão aos casamentos celebrados no territorio dos Estados contractantes entre pessoas das quaes uma, pelo menos, seja nacional de um d'estes Estados.

Nenhum Estado se obriga, pela presente Convenção, a applicar lei que não seja a de um Estado contractante.

ARTIGO 9.º

A presente Convenção, applicavel sómente aos territorios europêus dos Estados contractantes, será ratificada, e as respectivas ratificações depositadas na Haya, logo que a maioria das Altas Partes contractantes para tanto se achem habilitadas.

D'esse deposito será lavrada acta, de que, pela via diplomatica, será entregue a cada um dos Estados contractantes uma copia authentica.

ARTIGO 10.º

Os Estados não signatarios, que estiveram representados na terceira Conferencia de Direito internacional privado, são admittidos a adherir pura e simplesmente á presente Convenção.

L'Etat qui désire adhérer notifiera, au plus tard le 31 décembre 1904, son intention par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas. Celui-ci en enverra une copie, certifiée conforme, par la voie diplomatique à chacun des Etats contractants.

ARTICLE 11.

La présente Convention entrera en vigueur le soixantième jour à partir du dépôt des ratifications ou de la date de la notification des adhésions.

ARTICLE 12.

La présente Convention aura une durée de cinq ans à partir de la date du dépôt des ratifications.

Ce terme commencera à courir de cette date, même pour les Etats qui auront fait le dépôt après cette date ou qui auraient adhéré plus tard.

La Convention sera renouvelée tacitement de cinq ans en cinq ans, sauf dénonciation.

La dénonciation devra être notifiée, au moins six mois avant l'expiration du terme visé aux alinéas précédents, au Gouvernement des Pays-Bas, qui en donnera connaissance à tous les autres Etats contractants.

La dénonciation ne produira son effet qu'à l'égard de l'Etat qui l'aura notifiée. La Convention restera exécutoire pour les autres Etats.

En foi de quoi les Plénipotentiaires respectifs ont signé la présente Convention et l'ont revêtue de leurs sceaux.

Fait à la Haye, le douze juin mil neuf cent deux, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à chacun des Etats qui ont été représentés à la troisième Conférence de Droit International Privé.

Pour l'Allemagne :

(L. S.) *F. Pourtalès.*

(L. S.) *Dungs.*

(L. S.) *Kriege.*

Pour l'Autriche et pour la Hongrie—

Le Ministre d'Autriche-Hongrie :

(L. S.) *Okolicsányi d'Okolicsena.*

O Estado que desejar adherir notificará, até 31 de dezembro de 1904, inclusive, a sua intenção por documento que ficará depositado no arquivo do Governo dos Paizes Baixos, que d'elle enviara a cada um dos Estados contractantes copia authentica pela via diplomatica.

ARTIGO 11.º

A presente Convenção entrará em vigor no sexagesimo dia depois do deposito das ratificações ou da data da notificação das adhesões.

ARTIGO 12.º

A presente Convenção vigorará durante cinco annos, contados da data do deposito das ratificações.

Este praso começará a correr desde a referida data, mesmo em relação aos Estados que ulteriormente fizerem o deposito ou adherirem.

A Convenção será renovada tacitamente de cinco em cinco annos, salvo denunciação.

A denunciação deverá ser notificada seis mezes, pelo menos, antes de findo o praso a que se referem as alíneas precedentes, ao Governo dos Paizes Baixos, que d'ella dará conhecimento a todos os demais Estados contractantes.

A denunciação não produzirá effeito senão a respeito do Estado que a tiver notificado. A Convenção continuará executoria com referencia aos demais Estados.

Em firmeza do que os Plenipotenciarios respectivos assignaram a presente Convenção e lhe appuzeram os seus sinetes.

Feito na Haya, aos doze de junho de mil novecentos e dois, n'um unico exemplar que será depositado no arquivo do Governo dos Paizes Baixos, e do qual uma copia authentica será, pela via diplomatica, entregue a cada um dos Estados que estiveram representados na terceira Conferencia de Direito internacional privado.

Pela Allemanha :

(L. S.) *F. Pourtalès.*

(L. S.) *Dungs.*

(L. S.) *Kriege.*

Pela Austria e pela Hungria — O Ministro da Austria-Hungria :

(L. S.) *Okolicsányi Okolicsena.*

Pour la Belgique :

(L. S.) *C.^{te} de Grelle Rogier.*
(L. S.) *Alfred van den Bulcke.*

Pour l'Espagne :

(L. S.) *Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny.*

Pour la France :

(L. S.) *Monbel.*
(L. S.) *L. Renault.*

Pour l'Italie :

(L. S.) *Tugini.*

Pour le Luxembourg :

(L. S.) *C.^{te} de Villers.*

Pour les Pays Bas :

(L. S.) *Bn. Melvil de Lynden.*
(L. S.) *J. A. Loeff.*
(L. S.) *T. M. C. Asser.*

Pour le Portugal.

(L. S.) *Conde de Selir.*

Pour la Roumanie :

(L. S.) *J. N. Papiniu.*

Pour la Suède :

(L. S.) *C.^{te} Wrangel.*

Pour la Suisse :

(L. S.) *F. Koch Jr.*

Pela Belgica :

(L. S.) *C.^{te} De Grelle Rogier.*
(L. S.) *Alfred van den Bulcke.*

Pela Hespanha :

(L. S.) *Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny.*

Pela França :

(L. S.) *Monbel.*
(L. S.) *L. Renault.*

Pela Italia :

(L. S.) *Tugini.*

Pelo Luxemburgo :

(L. S.) *C.^{te} de Villers.*

Pelos Paizes Baixos :

(L. S.) *Bn. Melvil de Lynden.*
(L. S.) *J. A. Loeff.*
(L. S.) *T. M. C. Asser.*

Por Portugal :

(L. S.) *Conde de Selir.*

Pela Roumania :

(L. S.) *J. N. Papiniu.*

Pela Suecia :

(L. S.) *C.^{te} Wrangel.*

Pela Suissa :

(L. S.) *F. Koch Jr.*

Convention pour régler les conflits
de lois et de juridictions en matière de divorce
et de séparation de corps

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand, Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., etc., et Roi Apostolique de Hongrie, Sa Majesté le Roi des Belges, Sa Majesté le Roi d'Espagne, le Président de la République Française, Sa Majesté le Roi d'Italie, Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau, Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc., etc., Sa Majesté le Roi de Roumanie, Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, au nom de la Suède, et le Conseil fédéral suisse ;

Convenção para regular os conflitos
de leis e de jurisdições em materia de divorelo
e de separação de pessoas

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio allemão, Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria, Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Majestade o Rei de Hespanha, o Presidente da Republica Franceza, Sua Majestade o Rei de Italia, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau, Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc., etc. Sua Majestade o Rei da Romania, Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia, e o Conselho federal suíço ;

Désirant établir des dispositions communes pour régler les conflits de lois et de juridictions en matière de divorce et de séparation de corps;

Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne,
Roi de Prusse, au nom de l'Empire
Allemand:

M. M. le Comte de Pourtalès, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, le Docteur Hermann Dungs, Son Conseiller Supérieur Intime de Régence, et le Docteur Johannes Kriege, Son Conseiller Intime de Légation;

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche,
Roi de Bohême, etc., etc., et Roi
Apostolique de Hongrie:

M. Okolicsányi d'Okolicsna, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas;

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. M. le Comte De Grelle Rogier, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, et Alfred van den Bulcke, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire, Directeur Général au Ministère des Affaires Etrangères;

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

M. Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny, Son Chargé d'Affaires intérimaire à la Haye;

Le Président de la République Française:

M. M. de Monbel, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Française près Sa Majesté la Reine de Pays-Bas, et Louis Renault, Professeur de Droit International à l'Université de Paris, Jurisconsulte du Ministère des Affaires Etrangères;

Sa Majesté le Roi d'Italie:

M. Salvatore Tugini, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas;

Son Altesse Royale le Grand Duc de
Luxembourg, Duc de Nassau:

Desejando estabelecer disposições comuns para regular os conflitos de leis e de jurisdições em materia de divorcio e de separação de pessoas;

Resolveram concluir uma Convenção para este fim e nomearam para seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade, o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio allemão:

Os Srs. conde de Pourtalès, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, Dr. Hermann Dungs, seu Conselheiro Superior Intimo de Regencia, e dr. Johannes Kriege, seu Conselheiro Intimo de Legação;

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria:

O Sr. Okolicsányi d'Okolicsna, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

Os Srs. Conde De Grelle Rogier, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, e Alfred van den Bulcke, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Director geral no Ministerio dos negocios estrangeiros;

Sua Majestade o Rei de Hespanha:

O Sr. Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny, seu Encarregado de negocios interino na Haya;

O Presidente da Republica Fran-
ceza:

Os Srs. de Monbel, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica Franceza junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, e Louis Renault, professor de Direito Internacional na Universidade de Paris, Jurisconsulto do Ministerio dos negocios estrangeiros;

Sua Majestade o Rei de Italia:

O Sr. Salvatore Tugini, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos;

Sua Alteza Real o Grão-Duque de
Luxemburgo, Duque de Nassau;

M. le Comte de Villers, Son Chargé d'Affaires à Berlio;

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

M. M. le Baron R. Melvil de Lynden, Son Ministre des Affaires Etrangères, J. A. Loeff, Son Ministre de la Justice, et T. M. C. Asser, Membre du Conseil d'Etat, Président de la Commission Royale pour le Droit International Privé, Président des Conférences de Droit International Privé;

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc., etc.:

M. le Comte de Selir, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays Bas;

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

M. Jean N. Papiniu, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays Bas;

Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, au nom de la Suède:

M. le Comte Wrangel, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays Bas; et

Le Conseil fédérale suisse:

M. Ferdinand Koch, Vice-Consul de la Confédération Suisse à Rotterdam;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

ARTICLE 1.

Les époux ne peuvent former une demande en divorce que si leur loi nationale et la loi du lieu où la demande est formée admettent le divorce l'une et l'autre.

Il en est de même de la séparation de corps.

ARTICLE 2.

Le divorce ne peut être demandé que si, dans le cas dont il s'agit, il est admis à la fois par la loi nationale des époux et par la loi du lieu où la demande est formée, encore que ce soit pour des causes différentes.

O Sr. Conde de Villers, seu Eucarregado de negocios em Berlim;

Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos:

Os Srs. Barão R. Melvil de Lynden, seu Ministro dos negocios estrangeiros, J. A. Loeff, seu Ministro da justiça, e T. M. C. Asser, membro do Conselho de Estado, presidente da Comissão Real de Direito internacional privado, presidente das Conferencias de Direito internacional privado;

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc., etc.:

O Sr. Conde de Selir, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos;

Sua Majestade o Rei da Romania:

O Sr. Jean N. Papiniu, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos;

Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia:

O Sr. conde de Wrangel, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos; e

O Conselho federal suíço:

O Sr. Ferdinand Koch, vice-consul da Confederação Suíça em Rotterdam;

Os quaes depois de se haverem comunicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO 1.º

Os conjuges não poderão intentar acção de divorcio senão quando a sua lei nacional e a lei do lugar em que a acção fôr intentada admittirem ambas o divorcio.

Esta disposição é extensiva á separação de pessoas.

ARTIGO 2.º

O divorcio não poderá ser requerido senão quando, no caso de que se tratar, fôr admittido a um tempo, posto que por causas diferentes, pela lei nacional dos conjuges e pela lei do lugar em que a acção fôr intentada.

Il en est de même de la séparation de corps.

ARTICLE 3.

Non obstant les dispositions des articles 1^{er} et 2, la loi nationale sera seule observée, si la loi du lieu où la demande est formée le prescrit ou le permet.

ARTICLE 4

La loi nationale indiquée par les articles précédents ne peut être invoquée pour donner à un fait, qui s'est passé alors que les époux ou l'un d'eux étaient d'une autre nationalité, le caractère d'une cause de divorce ou de séparation de corps.

ARTICLE 5

La demande en divorce ou en séparation de corps peut être formée :

1^o devant la juridiction compétente d'après la loi nationale des époux;

2^o devant la juridiction compétente du lieu où les époux sont domiciliés. Si, d'après leur législation nationale, les époux n'ont pas le même domicile, la juridiction compétente est celle du domicile du défendeur. Dans le cas d'abandon et dans le cas d'un changement de domicile opéré après que la cause de divorce ou de séparation est intervenue, la demande peut aussi être formée devant la juridiction compétente du dernier domicile commun. Toutefois, la juridiction nationale est réservée dans la mesure où cette juridiction est seule compétente pour la demande en divorce ou en séparation de corps. La juridiction étrangère reste compétente pour un mariage qui ne peut donner lieu à une demande en divorce ou en séparation de corps devant la juridiction nationale compétente.

ARTICLE 6.

Dans le cas où des époux ne sont pas autorisés à former une demande en divorce ou en séparation de corps dans le pays où ils sont domiciliés, ils peuvent néanmoins l'un et l'autre s'adresser à la juridiction compétente de ce pays pour solliciter les mesures provisoires que prévoit sa législation en vue de la cessation de la vie en commun. Ces mesures seront maintenues si, dans le délai d'un an, elles sont con-

Esta disposição é extensiva á separação de pessoas.

ARTIGO 3.º

Sem embargo das disposições dos artigos 1.º e 2.º, sómente será applicada a lei nacional, se assim o prescrever ou permitir a lei do logar onde a acção fôr intentada.

ARTIGO 4.º

A lei nacional, indicada pelos artigos precedentes, não poderá ser invocada para dar o caracter de causa de divorcio ou de separação de pessoas a um facto occorrido quando ambos os conjuges ou algum d'elles pertenciam a outra nacionalidade.

ARTIGO 5.º

A acção de divorcio ou de separação de pessoas poderá ser intentada:

1.º perante a jurisdição competente em conformidade da lei nacional dos conjuges;

2.º perante a jurisdição competente do logar onde os conjuges estiverem domiciliados. Se, conforme a sua legislação nacional, os conjuges não tiverem o mesmo domicilio, a jurisdição competente será a do domicilio do reu. No caso de abandono ou de mudança de domicilio, effectuada depois de se haver dado a causa de divorcio ou de separação de pessoas, poderá a acção também ser intentada perante a jurisdição competente do ultimo domicilio commun. Fica, todavia, reservada a jurisdição nacional, na medida em que esta jurisdição fôr a unica competente para a acção de divorcio ou de separação de pessoas. A jurisdição estrangeira subsiste competente quanto ao casamento, em relação ao qual não puder ser intentada acção de divorcio ou de separação de pessoas perante a jurisdição nacional competente.

ARTIGO 6.º

No caso de os conjuges não serem autorizados a intentar acção de divorcio, ou de separação de pessoas, no paiz onde estiverem domiciliados, poderão, comtudo, tanto um como o outro, dirigir-se á jurisdição competente d'esse paiz para solicitar as providencias provisórias que a sua legislação admittir na previsão de cessar a vida em commun. Estas providencias serão mantidas, se, no praso de um anno, forem

firmées par la juridiction nationale ; elles ne dureront pas plus longtemps que ne le permet la loi du domicile.

ARTICLE 7.

Le divorce et la séparation de corps, prononcés par un tribunal compétent aux termes de l'article 5, seront reconnus partout, sous la condition que les clauses de la présente Convention aient été observées et que, dans les cas où la décision aurait été rendue par défaut, le défendeur ait été cité conformément aux dispositions spéciales exigées par sa loi nationale pour reconnaître les jugements étrangers.

Seront reconnus également partout le divorce et la séparation de corps prononcés par une juridiction administrative, si la loi de chacun des époux reconnaît ce divorce et cette séparation.

ARTICLE 8.

Si les époux n'ont pas la même nationalité, leur dernière législation commune devra, pour l'application des articles précédents, être considérée comme leur loi nationale.

ARTICLE 9.

La présente Convention ne s'applique qu'aux demandes en divorce ou en séparation de corps formées dans l'un des États contractants, si l'un des plaideurs au moins est ressortissant d'un de ces États.

Aucun État ne s'oblige par la présente Convention à appliquer une loi que ne serait pas celle d'un État contractant.

ARTICLE 10.

La présente Convention, qu'elle s'applique qu'aux territoires européens des États contractants, sera ratifiée, et les ratifications en seront déposées à la Haye, dès que la majorité des Hautes Parties contractantes sera en mesure de le faire.

Il sera dressé de ce dépôt un procès-verbal, dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à chacun des États contractants.

ARTICLE 11.

Les États non signataires, qui ont été représentés à la troisième Conférence de

confirmadas pela jurisdição nacional ; não podendo prolongar-se por mais tempo do que o permittir a lei do domicilio.

ARTIGO 7.º

O divórcio e a separação de pessoas, julgados por um tribunal competente, nos termos do artigo 5.º, serão reconhecidos em toda a parte, sob a condição de haverem sido observadas as clausulas da presente Convenção, e de, no caso de a decisão ter sido proferida á revelia, o reu haver sido citado em conformidade das disposições especiaes exigidas pela sua lei nacional para reconhecimento dos julgados estrangeiros.

Serão reconhecidos igualmente em toda a parte o divórcio e a separação de pessoas julgados por uma jurisdição administrativa, se a lei de cada um dos conjugues reconhecer esse divórcio e essa separação.

ARTIGO 8.º

Se os conjugues não tiverem a mesma nacionalidade, deverá a sua ultima legislação commum ser considerada como sua lei nacional para a applicação dos artigos precedentes.

ARTIGO 9.º

A presente Convenção não se applicará senão ás acções de divórcio ou de separação de pessoas, intentadas n'um dos Estados contractantes, sendo um dos litigantes, pelo menos, subdito ou cidadão de algum d'esses Estados.

Nenhum Estado se obriga, pela presente Convenção, a applicar uma lei que não seja a de um Estado contratante.

ARTIGO 10.º

A presente Convenção, applicavel sómente aos territorios europeus dos Estados contratantes, será ratificada, e as respectivas ratificações serão depositadas na Haya, tanto que para esse effeito se achar habilitada a maioria das Altas Partes contractantes. D'esse deposito se lavrará uma acta, da qual, pela via diplomatica, será entregue a cada um dos Estados contractantes uma copia authentica.

ARTIGO 11.º

Os Estados não signatarios, que estiveram representados na terceira Conferencia

Droit International Privé, sont admis à adhérer purement et simplement à la présente Convention.

L'Etat qui désire adhérer notifiera, au plus tard le 31 décembre 1904, son intention par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays Bas. Celui-ci en enverra une copie, certifiée conforme, par la voie diplomatique à chacun des Etats contractants.

ARTICLE 12.

La présente Convention entrera en vigueur le soixantième jour à partir du dépôt des ratifications ou de la date de la notification des adhesions.

ARTICLE 13.

La présente Convention aura une durée de cinq ans à partir de la date du dépôt des ratifications.

Ce terme commencera à courir de cette date, même pour les Etats qui auront fait le dépôt après cette date ou qui auraient adhéré plus tard.

La Convention sera renouvelée tacitement de cinq ans en cinq ans, sauf dénonciation.

La dénonciation devra être notifiée, au moins six mois avant l'expiration du terme visé aux alinéas précédents, au Gouvernement des Pays-Bas, qui en donnera connaissance à tous les autres Etats contractants.

La dénonciation ne produira son effet qu'à l'égard de l'Etat qui l'aura notifiée. La Convention restera exécutoire pour les autres Etats.

En foi de quoi les Plénipotentiaires respectifs ont signé la présente Convention et l'ont revêtue de leurs sceaux.

Fait à La Haye, le douze juin mil neuf cent deux, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays Bas et dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à chacun des Etats qui ont été représentés à la troisième Conférence de Droit International Privé.

Pour l'Allemagne :

(L. S.) *F. Pourtalès.*

(L. S.) *Dungs.*

(L. S.) *Kriege.*

de Direito internacional privado, não admittidos a adherir pura e simplesmente à presente Convenção.

O Estado que desejar adherir notificará, até 31 de dezembro de 1904, inclusive, a sua intenção por documento que ficará depositado no arquivo do Governo dos Paizes Baixos, que d'elle enviara a cada um dos Estados contractantes uma copia autentica, pela via diplomatica.

ARTIGO 12.º

A presente Convenção entrará em vigor no sexagesimo dia depois do deposito das ratificações ou da data da notificação das adhesões.

ARTIGO 13.º

A presente Convenção vigorará durante cinco annos, contados da data do deposito das ratificações.

Este praso começará a correr desde a referida data, mesmo em relação aos Estados que ulteriormente fizerem o deposito ou adherirem.

A Convenção será renovada tacitamente de cinco em cinco annos, salvo denunciação.

A denunciação deverá ser notificada seis mezes, pelo menos, antes de findo o praso a que se referem as alíneas precedentes, ao Governo dos Paizes Baixos, que d'ella dará conhecimento a todos os demais Estados contractantes.

A denunciação não produzirá effeito senão a respeito do Estado que a tiver notificado. A Convenção continuará executoria em relação aos demais Estados.

Em firmeza do que os Plenipotenciarios respectivos assignaram a presente Convenção e lhe appuzeram os seus sinetes.

Feito na Haya, aos doze de junho de mil novecentos e dois, n'um unico exemplar, que será depositado no arquivo do Governo dos Paizes Baixos, e do qual uma copia autentica será, pela via diplomatica, entregue a cada um dos Estados que estiveram representados na terceira Conferencia de Direito internacional privado.

Pela Allemanha :

(L. S.) *F. Pourtalès.*

(L. S.) *Dungs.*

(L. S.) *Kriege.*

Pour l'Autriche et pour la Hongrie —
Le Ministre d'Autriche-Hongrie :
(L. S.) *Okolicsányi d'Okolicsna.*

Pour la Belgique :
(L. S.) *C.^{te} de Grelle Rogier.*
(L. S.) *Alfred van den Bulcke.*

Pour l'Espagne :
(L. S.) *Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny.*

Pour la France :
(L. S.) *Monbel.*
(L. S.) *L. Renault.*

Pour l'Italie :
(L. S.) *Tugini.*

Pour le Luxembourg :
(L. S.) *C.^{te} de Villers.*

Pour les Pays-Bas :
(L. S.) *Bn. Melvil de Lynden.*
(L. S.) *J. A. Loeff.*
(L. S.) *T. M. C. Asser.*

Pour le Portugal :
(L. S.) *Conde de Selir.*

Pour la Roumanie :
(L. S.) *J. N. Paniniu.*

Pour la Suède :
(L. S.) *C.^{te} Wrangel.*

Pour la Suisse :
(L. S.) *F. Koch Jr.*

Pela Austria e pela Hungria — O Mi-
nistro da Austria Hungria :
(L. S.) *Okolicsányi Okolicsna.*

Pela Belgica :
(L. S.) *C.^{te} de Grelle Rogier.*
(L. S.) *Alfred van den Bulcke.*

Pela Hespanha :
(L. S.) *Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny.*

Pela França :
(L. S.) *Monbel.*
(L. S.) *L. Renault.*

Pela Italia :
(L. S.) *Tugini.*

Pelo Luxemburgo :
(L. S.) *C.^{te} de Villers.*

Pelos Paizes Baixos :
(L. S.) *Bn. Melvil de Lynden.*
(L. S.) *J. A. Loeff.*
(L. S.) *T. M. C. Asser.*

Por Portugal :
(L. S.) *Conde de Selier.*

Pela Roumania :
(L. S.) *J. N. Papiniu.*

Pela Suecia :
(L. S.) *C.^{te} Wrangel.*

Pela Suissa :
(L. S.) *F. Koch Jr.*

Convention pour régler la tutelle des mineurs

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand, Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc., etc., et Roi Apostolique de Hongrie, Sa Majesté le Roi des Belges, Sa Majesté le Roi d'Espagne, le Président de la République Française, Sa Majesté le Roi d'Italie, Son Altesse Royale le Grand-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau, Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc., etc., Sa Majesté le Roi de Roumanie, Sa Majesté le Roi de Suède et de Norvège, au nom de la Suède, et le Conseil fédéral suisse :

Convenção para regular a tutela dos menores

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio allemão, Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria, Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Majestade o Rei de Hespanha, o Presidente da Republica Franceza, Sua Majestade o Rei de Italia, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau, Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc., etc., Sua Majestade o Rei da Romania, Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia, e o Conselho federal suíço :

Désirant établir des dispositions communes pour régler la tutelle des mineurs;
Ont résolu de conclure une Convention à cet effet et ont nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne,
Roi de Prusse, au nom de l'Empire Allemand:

M. M. le Comte de Pourtalès, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, le Docteur Hermann Dungs, Son Conseiller Supérieur Intime de Régence. et le Docteur Johannes Kriege, Son Conseiller Intime de Légation;

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche,
Roi de Bohême, etc., etc., et Roi Apostolique de Hongrie:

M. Okolicsányi d'Okolicsna, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas;

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. M. le Comte De Grelle Rogier, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, et Alfred van den Buleke, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire, Directeur Général au Ministère des Affaires Étrangères;

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

M. Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny, Son Chargé d'Affaires intérimaire à la Haye;

Le Président de la République Française:

M. M. de Monbel, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de la République Française près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, et Louis Renault, Professeur de Droit International à l'Université de Paris, Jurisconsulte du Ministère des Affaires Étrangères;

Sa Majesté le Roi d'Italie:

M. Salvatore Tugini, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas;

Son Altesse Royale le Gran-Duc de Luxembourg, Duc de Nassau:

M. le Comte de Villers, Son Chargé d'Affaires à Berlin;

Desejando estabelecer disposições comuns para regular a tutela dos menores;
Resolveram concluir uma Convenção para este fim, e nomearam por seus Plenipotenciarios, a saber:

Sua Majestade o Imperador da Alemanha, Rei da Prussia, em nome do Imperio allemão:

Os Srs. Conde de Pourtalès, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, Dr. Hermann Dungs, seu Conselheiro Superior Intimo de Regencia, e Dr. Johannes Kriege, seu Conselheiro Intimo de Legação;

Sua Majestade o Imperador da Austria, Rei da Bohemia, etc., etc., e Rei Apostolico da Hungria;

O Sr. Okolicsányi d'Okolicsna, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos;

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

Os Srs. Conde De Grelle Rogier, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, e Alfred van den Buleke, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Director geral no Ministerio dos negocios estrangeiros;

Sua Majestade o Rei de Hespanha: •

O Sr. Carlos Crespi de Valldanza y Fortunx, seu Encarregado de negocios interino na Haya;

O Presidente da Republica franceza:

Os Srs. de Monbel, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica franceza junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, e Louis Renault, professor de Direito internacional na Universidade de Paris, jurisconsulto do Ministerio dos negocios estrangeiros;

Sua Majestade o Rei de Italia:

O Sr. Salvatore Tugini, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos;

Sua Alteza Real o Grão-Duque de Luxemburgo, Duque de Nassau:

O Sr. conde de Villers, seu Encarregado de negocios em Berlim;

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas :

M. M. le Baron R. Melvil de Lynden, Son Ministre des Affaires Etrangères, J. A. Loeff, Son Ministre de la Justice, et T. M. C. Asser, Membre du Conseil d'Etat, Président de la Commission Royale pour le Droit International Privé, Président des Conférences de Droit International Privé ;

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc., etc. :

M. le Comte de Selir, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ;

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

M. Jean N. Papiniu, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ;

Sa Majesté Le Roi de Suède et de Norvège, au nom de la Suède :

M. le Comte Wrangel, Son Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près Sa Majesté la Reine des Pays-Bas ; et

Le Conseil fédéral suisse :

M. Ferdinand Koch, Vice-Consul de la Confédération Suisse à Rotterdam ;

* Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE 1.

La tutelle d'un mineur est réglée par sa loi nationale.

ARTICLE 2.

Si la loi nationale n'organise pas la tutelle dans le pays du mineur en vue du cas où celui-ci aurait sa résidence habituelle à l'étranger, l'agent diplomatique ou consulaire autorisé par l'Etat dont le mineur est le ressortissant pourra y pourvoir, conformément à la loi de cet Etat, si l'Etat de la résidence habituelle du mineur ne s'y oppose pas.

ARTICLE 3.

Toutefois, la tutelle du mineur ayant sa résidence habituelle à l'étranger s'établit

Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos :

Os srs. barão R. Melvil de Lynden, seu Ministro dos negócios estrangeiros, J. A. Loeff, seu Ministro da justiça, e T. M. C. Asser, membro do Conselho de Estado, presidente da Comissão Real de Direito internacional privado, presidente das Conferencias de Direito internacional privado :

Sua Majestade o Rei de Portugal e dos Algarves, etc., etc. :

O Sr. conde de Selir, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ;

Sua Majestade o Rei da Romania :

O Sr. Jean N. Papiniu, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ;

Sua Majestade o Rei da Suecia e da Noruega, em nome da Suecia :

O Sr. conde de Wrangel, seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario junto de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos ; e

O Conselho federal suíço :

O Sr. Ferdinand Koch, Vice Consul da Confederação suíça em Rotterdam ;

Os quaes, depois, de se haverem comunicado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convieram nas disposições seguintes :

ARTIGO 1.º

A tutela do menor será regulada pela sua lei nacional.

ARTIGO 2.º

Se a lei nacional não tiver organizado a tutela no paiz do menor, na previsão do caso d'este ter no estrangeiro a sua residencia habitual, poderá o agente diplomatico ou consular, auctorisado pelo Estado da nacionalidade do menor, provêr á constituição da tutela, em conformidade da lei d'esse Estado, se a isso se não oppuzer o Estado da residencia habitual do menor.

ARTIGO 3.º

Todavia, a tutela do menor que tiver a sua residencia habitual no estrangeiro esta-

et s'exerce conformément à la loi du lieu, si elle n'est pas ou si elle ne peut pas être constituée conformément aux dispositions de l'article 1.^{er} ou de l'article 2.

ARTICLE 4.

L'existence de la tutelle établie conformément à la disposition de l'article 3 n'empêche pas de constituer une nouvelle tutelle par application de l'article 1.^{er} ou de l'article 2.

Il sera, le plus tôt possible, donné information de ce fait au Gouvernement de l'Etat où la tutelle a d'abord été organisée. Ce Gouvernement en informera, soit l'autorité qui aurait institué la tutelle, soit, si une telle autorité n'existe pas, le tuteur lui-même.

La législation de l'Etat où l'ancienne tutelle était organisée décide à quel moment cette tutelle cesse dans le cas prévu par le présent article.

ARTICLE 5.

Dans tous les cas, la tutelle s'ouvre et prend fin aux époques et pour les causes déterminées par la loi nationale du mineur.

ARTICLE 6.

L'administration tutélaire s'étend à la personne et à l'ensemble des biens du mineur, quelque soit le lieu de leur situation.

Cette règle peut recevoir exception quant aux immeubles placés par la loi de leur situation sous un régime foncier spécial.

ARTICLE 7.

En attendant l'organisation de la tutelle, ainsi que dans tous les cas d'urgence, les mesures nécessaires pour la protection de la personne et des intérêts d'un mineur étranger pourront être prises par les autorités locales.

ARTICLE 8

Les autorités d'un Etat, sur le territoire duquel se trouvera un mineur étranger dont il importerait d'établir la tutelle, informeront de cette situation, dès qu'elle leur sera connue, les autorités de l'Etat dont le mineur est le ressortissant.

Les autorités ainsi informées feront connaître le plus tôt possible aux autorités qui

belecer-se-ha e exercer-se-ha em conformidade da lei do lugar, se não fôr ou não puder ser constituída em conformidade das disposições do artigo 1.^o ou do artigo 2.^o

ARTIGO 4.^o

A existencia da tutela estabelecida em conformidade da disposição do artigo 3.^o não tolherá o constituir-se nova tutela nos termos do artigo 1.^o ou do artigo 2.^o

No mais breve praso possível se dará informação d'esse facto ao Governo do Estado onde a tutela houver sido primitivamente organizada; o qual avisará a auctoridade que tiver instituido a tutela ou, na falta d'essa auctoridade, o proprio tutor.

A legislação do Estado onde tiver sido organizada a antiga tutela determinará o momento em que essa tutela ha de findar no caso previsto no presente artigo.

ARTIGO 5.^o

Em todos os casos, a tutela principiará e findará nas épocas e pelas causas determinadas na lei nacional do menor.

ARTIGO 6.^o

A administração tutelar abrange a pessoa e a totalidade dos bens do menor, qualquer que seja o lugar da sua situação.

Esta regra é susceptível de excepção quanto aos immoveis collocados pela lei da sua situação sob um regimen territorial especial.

ARTIGO 7.^o

Emquanto se não organizar a tutela, bem como em todos os casos urgentes, poderão as auctoridades locais adoptar as providencias necessarias para a protecção da pessoa e dos interesses do estrangeiro de menor idade.

ARTIGO 8.^o

As auctoridades do Estado em cujo territorio se achar um estrangeiro de menor idade, a respeito do qual se fizer mister organizar a tutela, informarão d'essas circumstancias, logo que d'ellas tiverem conhecimento, as auctoridades do Estado a que o menor pertencer.

As auctoridades assim informadas participarão, o mais breve possível, ás auto-

auront donné l'avis si la tutelle a été ou si elle sera établie.

ARTICLE 9

La présente Convention ne s'applique qu'à la tutelle des mineurs ressortissants d'un des Etats contractants, qui ont leur résidence habituelle sur le territoire d'un de ces Etats.

Toutefois, les articles 7 et 8 de la présente Convention s'appliquent à tous les mineurs ressortissants des Etats contractants.

ARTICLE 10

La présente Convention, que ne s'applique qu'aux territoires européens des Etats contractants, sera ratifiée et les ratifications en seront déposées à la Haye, dès que la majorité des Hautes Parties contractantes sera en mesure de le faire.

Il sera dressé de ce dépôt un procès-verbal, dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à chacun des Etats contractants.

ARTICLE 11

Les Etats non signataires, qui ont été représentés à la troisième Conférence de Droit International Privé, sont admis à adhérer purement et simplement à la présente Convention.

L'Etat qui désire adhérer notifiera, au plus tard le 31 décembre 1904, son intention par un acte qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas. Celui-ci en enverra une copie, certifiée conforme, par la voie diplomatique, à chacun des Etats contractants.

ARTICLE 12

La présente Convention entrera en vigueur le soixantième jour à partir du dépôt des ratifications ou de la date de la notification des adhésions.

ARTICLE 13

La présente Convention aura une durée de cinq ans à partir de la date du dépôt des ratifications.

Ce terme commencera à courir de cette date, même pour les Etats qui auront fait le dépôt après cette date ou qui auraient adhéré plus tard.

ridades que as tiverem avisado, se a tutela foi ou vae ser organizada.

ARTIGO 9.º

A presente Convenção não se applicará senão á tutela dos menores que forem subditos ou cidadãos de um dos Estados contractantes, e tiverem a sua residencia habitual no territorio de um d'esses Estados.

Os artigos 7.º e 8.º da presente Convenção serão, comtudo, applicaveis a todos os menores que forem subditos ou cidadãos dos Estados contractantes.

ARTIGO 10.º

A presente Convenção, applicavel sómente aos territorios europêus dos Estados contractantes, será ratificada, e as respectivas ratificações depositadas na Haya, tanto que para esse effeito se achar habilitada a maioria das Altas Partes contractantes.

D'esse deposito se lavrará uma acta, da qual, pela via diplomatica, será entregue a cada um dos Estados contractantes uma copia authentica.

ARTIGO 11.º

Os Estados não signatarios, que estiveram representados na terceira Conferencia de Direito internacional privado, serão admittidos a adherir pura e simplesmente á presente Convenção.

O Estado que desejar adherir notificará, até 31 de dezembro de 1904, inclusive, a sua intenção por documento que ficará depositado no archivo do Governo dos Paizes Baixos, que d'elle enviará a cada um dos Estados contractantes uma copia authentica, pela via diplomatica.

ARTIGO 12.º

A presente Convenção entrará em vigor no sexagesimo dia depois do deposito das ratificações ou da data da notificação das adhesões.

ARTIGO 13.º

A presente Convenção vigorará durante cinco annos, contados da data do deposito das ratificações.

Este praso começará a correr desde a referida data, mesmo em relação aos Estados que ulteriormente fizerem o deposito ou adherirem.

La Convention sera renouvelée tacitement de cinq ans en cinq ans, sauf dénonciation.

La dénonciation devra être notifiée, au moins six mois avant l'expiration du terme visé aux alinéas précédents, au Gouvernement des Pays-Bas, qui en donnera connaissance à tous les autres Etats contractants.

La dénonciation ne produira son effet qu'à l'égard de l'Etat qui l'aura notifiée. La Convention restera exécutoire pour les autres Etats.

En foi de quoi les Plénipotentiaires respectifs ont signé la présente Convention et l'ont revêtue de leurs sceaux.

Fait à la Haye le douze juin mil neuf cent deux, en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Gouvernement des Pays-Bas et dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à chacun des Etats qui ont été représentés à la troisième Conférence de Droit International Privé.

Pour l'Allemagne :

(L. S.) *F. Pourtalès.*

(L. S.) *Dungs.*

(L. S.) *Kriege.*

Pour l'Autriche et pour la Hongrie —
Le Miestre d'Autriche Hongrie :

(L. S.) *Okolicsányi d'Okolicsna.*

Pour la Belgique :

(L. S.) *C.^{te} De Grelle Rogier.*

(L. S.) *Alfred van den Bulcke.*

Pour l'Espagne :

(L. S.) *Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny.*

Pour la France :

(L. S.) *Monbel.*

(L. S.) *L. Renault.*

Pour l'Italie :

(L. S.) *Tugini.*

Pour le Luxembourg :

(L. S.) *C.^{te} de Villers.*

Pour les Pays-Bas :

(L. S.) *Bn. Melvil de Lynden.*

(L. S.) *J. A. Loeff.*

(L. S.) *T. M. C. Asser.*

Pour le Portugal :

(L. S.) *Conde de Selir.*

A Convenção será renovada tacitamente de cinco em cinco annos, salvo denunciação.

A denunciação deverá ser notificada seis mezes, pelo menos, antes de findo o praso a que se referem as alíneas precedentes, ao Governo dos Paizes Baixos, que d'ella dará conhecimento a todos os demais Estados contractantes.

A denunciação não produzirá effeito senão a respeito do Estado que a tiver notificado. A Convenção continuará executoria em relação aos demais Estados.

Em firmeza do que os Plenipotenciarios respectivos assignaram a presente Convenção e lhe appuzeram os seus sinetes.

Feito na Hya, aos doze de junho de mil novecentos e dois, n'um unico exemplar, que será depositado no archivo do Governo dos Paizes Baixos, e do qual uma copia authentica será, pela via diplomatica, entregue a cada um dos Estados que estiveram representados na terceira Conferencia de Direito internacional privado.

Pela Allemanha :

(L. S.) *F. Pourtalès.*

(L. S.) *Dungs.*

(L. S.) *Kriege.*

Pela Austria e pela Hungria — O Ministro da Austria-Hungria :

(L. S.) *Okolicsányi d'Okolicsna.*

Pela Belgica :

(L. S.) *C.^{te} De Grelle Rogier.*

(L. S.) *Alfred van den Bulcke.*

Pela Hespanha :

(L. S.) *Carlos Crespi de Valldanza y Fortuny.*

Pela França :

(L. S.) *Monbel.*

(L. S.) *L. Renault.*

Pela Italia :

(L. S.) *Tugini.*

Pelo Luxemburgo :

(L. S.) *C.^{te} de Villers.*

Pelos Paizes Baixos :

(L. S.) *Bn. Melvil de Lynden.*

(L. S.) *J. A. Loeff.*

(L. S.) *T. M. C. Asser.*

Por Portugal :

(L. S.) *Conde de Selir.*

Pour la Roumanie:
(L. S.) *J. N. Papiniu.*

Pela Romania:
(L. S.) *J. N. Papiniu*

Pour la Suède:
(C. S.) *C.^{te} Wrangel.*

Pela Suecia:
(L. S.) *C.^{te} Wrangel.*

Pour la Suisse:
(L. S.) *F. Koch Jr.*

Pela Suissa:
(L. S.) *F. Koch Jr.*

E sendo-me presente as Convenções, cujo teor fica acima inserido, bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'ellas se contém, e tendo sido approvadas pelas Côrtes Geraes, as ratifico e confirmo, assim no todo como em cada uma das suas partes, clausulas e estipulações; e pela presente as dou por firmes e válidas para haverem de produzir os seus devidos effeitos, promettendo observal-as e cumpril-as inviolavelmente, e fazel-as cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente Carta, por mim assignada, passada com o sello grande das minhas Armas, e referendada pelo Ministro e secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Paço das Necessidades, aos 7 dias do mez de fevereiro de 1907.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Luiz Cypriano Coelho de Magalhães.*—(Logar do sello grande das Armas Reaes).

Esta Carta de ratificação foi depositada no Ministerio dos negocios estrangeiros da Haya, aos 2 de março de 1907.

Ratificaram as tres Convenções a Allemanha, Belgica, Erança, Italia, Luxemburgo, Paizes Baixos, Portugal, Romania, Suecia e Suissa.

A Hespanha só ratificou a Convenção relativa á tutela dos menores.

(*Diario do Governo n.º 63*)

Tendo sido decretada em 29 de janeiro findo a organização do Supremo Conselho de defesa nacional, que incumbe ao mesmo Supremo Conselho estabelecer os principios fundamentaes a que se deve subordinar a organização geral e a mobilisação das tropas colonias, e bem assim o plano da organização defensiva das colonias: hei por bem dissolver a Comissão encarregada por decreto de 16 de novembro de 1905 de estudar e propôr as modificações que conviesse introduzir na vigente organização militar do ultramar, e louval-a pelo zelo e proficiencia que demonstrou no estudo dos trabalhos de que foi encarregada.

Os Ministros e secretarios d'Estado dos negocios da guerra e da marinha e ultramar assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 7 de fevereiro de 1907. — REI. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*—*Antonio Carlos Coelho Vasconcellos Porto.*

(*Diario do Governo n.º 57*)

Eu El-Rei faço saber aos que este meu alvará virem, que, sendo-me presentes os estatutos com que pretende constituir-se uma associação de classe com a denominação de «Associação commercial de Benguella», e séde em Benguella;

Visto o artigo 3.º do regulamento geral das associações de classe das provincias ultramarinas, de 10 de outubro de 1901, approved por decreto da mesma data:

Hei por bem approvar os estatutos da Associação commercial de Benguella, que constam de vinte e cinco artigos e baixam com este alvará assignados pelo Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, com a expressa clausula de que esta approvação será retirada quando a associação se desvie dos fins para que é instituida, não cumpra fielmente os seus estatutos, não preste ao meu Governo as informações que elle lhe pedir sobre os assumptos da sua especialidade, a que se refere o n.º 6.º do artigo 4.º do citado regulamento, não desempenhe devidamente as funcções que lhe forem incumbidas por leis especiaes, ou, finalmente, quando infrinja o mesmo decreto, por cujas disposições sempre e em qualquer hypothese se deverá regular.

Pelo que mando a todos os tribunaes, auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'este alvará competir, que o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'elle se contém.

Não pagou direitos de mercê por os não dever.

E, por firmeza do que dito é, este vae por mim assignado e sellado com o sello das Armas Reaes e com o de verba.

Dado no Paço, aos 7 de fevereiro de 1907. = EL-REI. = *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Logar do sello das Armas Reaes).

Alvará pelo qual Vossa Majestade ha por bem approvar os estatutos da associação de classe denominada «Associação commercial de Benguella».

Passou-se por despacho de 14 de novembro de 1906.

Estatutos da Associação commercial de Benguella

CAPITULO I

Denominação, fins e organização da associação

Artigo 1.º E' instituida em Benguella uma associação composta de commerciantes, agricultores e industriaes d'esta provincia, nacionaes e estrangeiros, com o nome de «Associação commercial de Benguella».

Art. 2.º Podem fazer parte d'esta associação todos os individuos comprehendidos na accepção do artigo 7.º do Codigo commercial portuguez, assim como os gerentes de estabelecimentos ou casas bancarias, ou commerciantes, corretores e agentes do commercio, agricultores, industriaes e guarda-livros.

Art. 3.º A associação é puramente destinada a indagar das necessidades do commercio, agricultura e industria, defender os interesses e direitos dos associados e promover o desenvolvimento de tudo que, directa ou indirectamente, possa contribuir para a sua prosperidade e illustração.

Art. 4.º A Associação commercial de Benguella é representada pela assembleia geral dos socios, regularmente constituida, a qual delega os seus poderes em uma Direcção annualmente eleita conforme as disposições d'estes estatutos.

§ unico. Não poderá subir consulta, proposta ou representação alguma aos Poderes publicos, sem que haja sido previamente discutida e votada pela assembleia geral, exceptuando-se, porém, os casos de reconhecida urgencia, nos quaes a Direcção fica auctorizada a praticar como entender mais conveniente e necessario, dando de tudo exacto conhecimento á assembleia geral na sua primeira reunião.

CAPITULO II

Da assembleia geral

Art. 5.º A assembleia geral compõe-se dos socios effectivos e correspondentes da Associação commercial de Benguella; o presidente e secretarios são os mesmos da Direcção, e na falta de algum d'estes quem a assembleia geral nomear.

§ unico. Fica a cargo do primeiro secretario o livro das actas de todas as reuniões da assembleia geral.

Art. 6.º A assembleia geral é convocada pelo presidente para dias, horas e local certos, por avisos directos aos socios com antecedencia de vinte e quatro horas, pelo menos.

§ unico. Em casos excepçionaes ou urgentes poder-se-ha fazer a convocação sem as formalidades estabelecidas n'este artigo.

Art. 7.º A assembleia geral poderá funcionar legalmente, quando cumpridas as disposições do artigo anterior, se á hora marcada estiverem presentes quinze associados, não incluindo aquelles de que se compõe a Mesa, e quando do numero dos presentes, dois terços, pelo menos, sejam portuguezes.

Art. 8.º Pertence á assembleia geral, cujos trabalhos são regulados pelo presidente :

1.º Eleger a Direcção;

2.º Eleger uma Comissão de tres membros para dar parecer sobre as contas e os actos da Direcção transacta;

3.º Discutir e resolver sobre o que possa interessar ao commercio ou á associação;

4.º Auctorisar as despesas extraordinarias;

5.º Approvar os regulamentos de quaesquer estabelecimentos dependentes d'esta associação;

6.º Discutir e votar sobre pareceres que lhe forem apresentados pela Direcção, ou por Comissões que a mesma assembleia nomear para o exame de quaesquer propostas.

Art. 9.º Haverá duas assembleias geraes ordinarias, a primeira em janeiro de cada anno e a segunda trinta dias depois.

§ 1.º Na primeira ser-lhe ha lido o relatorio da Direcção, do qual constem os principaes actos d'ella e as contas da sua gerencia.

Eleger se ha tambem a Comissão a que se refere o artigo 8.º, n.º 2.º

§ 2.º Na segunda assembleia geral serão discutidos o relatorio da Direcção e o parecer da Comissão, procedendo-se em seguida á eleição para os cargos administrativos da associação.

Art. 10.º A assembleia geral reúne-se extraordinariamente :

1.º Quando a Direcção o julgar conveniente ou quando se dérem os casos previstos pelo artigo 6.º, § unico;

2.º Quando seis ou mais socios requererem por escripto ao presidente a sua convocação, mostrando ou motivando o fim para que se pretende a reunião.

Art. 11.º Todas as deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos votos presentes. As eleições serão feitas por scrutinio secreto e vencem-se por maioria relativa.

§ unico. Dando a votação igual numero de votos a dois ou mais socios, prefere o mais velho.

CAPITULO III

Da Direcção

Art. 12.º A Direcção compõe-se de um presidente, um vice-presidente, um primeiro e um segundo secretarios, que formam a Mesa, um thesoureiro e dois directores.

§ 1.º A eleição para presidente e vice-presidente só poderá recahir em subditos portuguezes, e para os restantes cargos da Direcção apenas poderão ser eleitos dois subditos estrangeiros.

§ 2.º A eleição do presidente, vice-presidente, secretarios e thesoureiro será feita em separado da dos dois directores.

§ 3.º Havendo excusa ou impedimento de qualquer dos membros da Direcção designados no paragrapho antecedente, a assembleia geral terá de proceder a nova eleição.

§ 4.º Para supprir as excusas ou impedimentos dos dois directores effectivos serão eleitos juntamente com elles dois supplentes.

Art. 13.º A Direcção reunirá em sessão ordinaria uma vez por cada mez e, extraordinariamente, sempre que o presidente o determine e que um ou mais membros da Direcção a convoque por escripto dirigido á presidencia, ou a requeira vocalmente n'uma das sessões, constatando, em qualquer dos casos, os motivos da convocação.

Art. 14.º A Direcção durará um anno; os seus membros poderão ser reeleitos e as suas funções serão gratuitas e obrigatorias.

§ 1.º O socio ou socios eleitos pela assembleia geral para os cargos a que se refere o artigo 12.º, que se recusem a desempenhal-os, incorrem na pena de exclusão.

§ 2.º Exceptuam-se, porém, os casos em que os socios apresentem razão que justifique a sua recusa, a qual será apreciada e julgada pela Direcção.

§ 3.º Qualquer dos membros eleitos para a Direcção que, sem motivo justificado, faltar a quatro sessões consecutivas, quer estas sejam ordinarias, quer extraordinarias, incorre na pena comminada no § 1.º d'este artigo.

§ 4.º Das decisões da Direcção haverá recurso para a assembleia geral, o qual deverá ser dirigido por escripto ao presidente da associação no praso de oito dias, contados d'aquelle em que lhe fôr notificada a sua eleição.

Art. 15.º A Direcção poderá funcionar logo que estejam presentes quatro dos seus membros, e as suas deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes. Em caso de empate o presidente terá voto de qualidade.

Art. 16.º Pertence á Direcção:

1.º Representar e consultar sobre assumptos de interesse para o commercio, agricultura e industria;

2.º A administração economica da associação;

3.º Nomear os empregados que entender necessarios, estabelecer-lhes os ordenados e demittir aquelles que, por qualquer forma, deixarem de cumprir com os seus deveres;

4.º Elaborar, cumprir e fazer cumprir o regulamento interno da associação, em conformidade com os estatutos;

5.º Admittir e excluir socios, em harmonia com as disposições dos estatutos;

6.º Cumprir e fazer cumprir os estatutos e deliberações da assembleia geral;

7.º Ter um livro em que serão lançadas as actas de todas as reuniões, o qual ficará a cargo do segundo secretario.

CAPITULO IV

Dos socios, sua admissão, seus direitos e deveres

Art. 17.º Haverá tres classes de socios: effectivos, correspondentes e honorarios.

§ 1.º São socios effectivos os que residem em Benguella.

§ 2.º São socios correspondentes todos aquelles que não tenham domicilio na cidade, e a estes cumpre fornecer todos os esclarecimentos e informações que interessem ao commercio, agricultura e industria.

§ 3.º São socios honorarios os que, não podendo ser socios effectivos, mereçam esta distincção por serviços relevantes prestados á classe commercial, agricola e industrial. Esta distincção só poderá ser conferida pela assembleia geral, por proposta da Direcção, que fará uma narração succinta dos serviços prestados pelo proposto.

Art. 18.º Os individuos que pretenderem ser socios far-se-hão propôr por um ou mais associados. A proposta, assignada pelo proponente ou proponentes será dirigida ao primeiro secretario e conterá o nome do proposto, sua nacionalidade, genero de commercio a que se dedica e residencia.

§ 1.º Na primeira reunião que houver, depois de receber a proposta, o secretario fará a leitura d'ella, e na segunda reunião será votada pela Direcção por escrutinio secreto.

§ 2.º Os proponentes ficam responsaveis pela exactidão das declarações feitas nas propostas.

§ 3.º Quando a Direcção se recuse a admittir para socio alguém proposto, o proponente ou proponentes poderão recorrer para a assembleia geral, devendo o recurso ser dirigido por escripto ao presidente da associação.

Art. 19.º Os socios effectivos e correspondentes contribuirão com a joia de 10\$000 réis e com a quota mensal de 1\$500 réis paga adeantadamente.

Art. 20.º O socio que não cumprir as disposições dos estatutos e regulamentos d'esta associação, aquelle que deslustrar a sua classe por seu irregular comportamento, aquelle que o tribunal do commercio declarar fallido por fraude ou culpa propria, aquelle que sem causa justificada deixar de pagar a quota mensal no praso designado e aquelle que por qualquer forma perturbar a boa ordem da associação, poderá ser riscado da matricula pela Direcção, sem direito á restituição de qualquer parte da quota.

Art. 21.º A Direcção não poderá privar qualquer socio dos seus direitos, sem previamente o convidar a defender se da arguição, de que lhe dará conhecimento por escripto. O praso para a defesa é de quinze dias, passado o qual a Direcção deliberará por escrutinio secreto.

§ 1.º Da deliberação tomada pela Direcção pode o socio appellar para a assembleia geral dentro de quinze dias, sendo-lhe somente permittida a defesa por escripto, dirigida ao presidente, continuando, porém, privado de todos os direitos de socio até que seja julgado o seu recurso.

Art. 22.º Não poderá o socio riscado de matricula ser admittido, senão passados dois annos e com nova approvação da Direcção.

Art. 23.º Os socios effectivos são elegiveis para todos os cargos da associação, devendo, comtudo, observar-se sempre o que determina o § 1.º do artigo 12.º

Art. 24.º Todos os socios têm o direito de frequentar a casa da associação, gabinete de leitura e quaesquer outros estabelecimentos dependentes da mesma, a tomar conhecimento de tudo quanto se haja discutido e votado, a apresentar qualquer memoria e indicação que julguem convenientes para o bem da associação e interesse do commercio, agricultura e industria.

§ unico. Os socios effectivos e correspondentes têm mais o direito de assistir a todas as reuniões da assembleia geral, a tomar parte nas discussões e votações que n'ellas houver, a examinar as contas da receita e despesa e a apresentar como visitantes, ficando responsaveis pelo seu bom comportamento, pessoas de fóra da terra, que ficarão com o direito de frequentar a casa da associação durante um mez.

Art. 25.º Os presentes estatutos poderão ser alterados quando o exigirem os interesses da associação, não podendo, porém, em caso nenhum alterar-se o que dispõe a § 1.º do artigo 12.º

Benguella, 19 de junho de 1906. — (*Seguem-se as assignaturas*).

Paço, em 7 de fevereiro de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellas*.

(Diario do Governo, n.º 52.)

Nos termos do § unico do artigo 79.º do regulamento geral de contabilidade publica de 31 de agosto de 1881 e em virtude do disposto na carta de lei datada de 7 do corrente mez de fevereiro: hei por bem determinar, que a distribuição das despesas ordinaria e extraordinaria do ultramar, a realizar na metropole no exercicio de 1906-1907, se regule pela tabella provisoria, junta a este decreto e que d'elle faz parte e baixa assignada pelo Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo Ministro e secretario d'Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 14 de fevereiro de 1907. = REI. = *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

Resumo da tabella provisoria da distribuição das despesas ordinaria e extraordinaria do ultramar, a realizar na metropole, no exercicio de 1906-1907, nos termos da carta de lei de 7 do corrente mez de fevereiro a que se refere o decreto datado de hoje.

Despesa ordinaria

CAPITULO 1.º

Despesas de emigração para as possessões de Africa

Pessoal 10:000\$000

CAPITULO 2.º

Subsidio á Sociedade de Geographia de Lisboa

Museu colonial 1:000\$000

CAPITULO 3.º

Commissão de cartographia

Material.....	2:000\$000
---------------	------------

CAPITULO 4.º

Subsidio ao Instituto ultramarino creado por decreto de 11 de janeiro de 1891.	10:000\$000
---	-------------

CAPITULO 5.º

Cabo submarino até Loanda (garantia de palavras conforme se liquidar)	102:637\$000
---	--------------

CAPITULO 6.º

Caminho de ferro de Ambaca (garantia de juro)... ..	560:965\$000
---	--------------

CAPITULO 7.º

Caminho de ferro de Mormugão (garantia de juro), libras 73:000 (ouro). ..	333:317\$480
---	--------------

CAPITULO 8.º

Despesas de soberania, civilisação e administração geral

Deposito de praças do ultramar :	
Pessoal	41:672\$000
Material	3:780\$000
	45:452\$000
Dotação para o Collegio das missões ultramarinas.	11:200\$000
Dotação da Escola agricola colonial em Cintra...	3:600\$000
Vencimentos de empregados de obras publicas em serviço na Direcção geral do ultramar.....	1:200\$000
	61:452\$000

CAPITULO 9.º

Subsidio á Empresa nacional pela navegação entre Lisboa e Moçambique	70:000\$000	1.151:371\$480
--	-------------	----------------

Despesa extraordinaria

CAPITULO 1.º

Despesas geraes das provincias ultramarinas, realisadas na metropole, e transferencias para despesas nas mesmas provincias	800:000\$000
--	--------------

CAPITULO 2.º

Missões, delimitações de fronteiras e inspecções extraordinarias :

Pessoal	55:460\$000
Material	28:650\$000
	84:110\$000
	884:110\$000
	2 035:481\$480

Paço, em 14 de fevereiro de 1907. = *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo n.º 37).

Determinando o § 1.º do artigo 12.º do decreto com força de lei de 23 de agosto do anno findo, que reorganizou os lyceus coloniaes, que, quando haja necessidade de desdobramento das classes em turmas ou cursos parallelos, a regencia d'estes seja confiada de preferencia aos professores effectivos dos grupos, quando competentes e idoneos, e convindo, por isso, estabelecer a forma por que a competencia dos mesmos professores tem de ser regulada;

Sendo necessario fixar egualmente as condições de habilitação necessaria para a nomeação de professores auxiliares ou provisórios, quando occurram as circumstancias previstas no § 3.º do referido artigo, subordinando taes condições, tanto quanto possivel, ás regras estabelecidas sobre este assumpto para os lyceus do reino:

Ha por bem Sua Majestade El-Rei, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, determinar o seguinte:

1.º Quando nos lyceus nacionaes de Nova Gôa e Macau haja necessidade de desdobramentos das classes em turmas parallelas, a regencia d'essas turmas, nos termos da lei, será confiada de preferencia aos professores effectivos dos grupos, com a competencia e idoneidade precisas, que a queiram desempenhar, e, seguidamente a esses, aos professores addidos, ou de cadeiras annexas, nas mesmas condições de habilitação.

§ unico. Consideram-se com a necessaria competencia e idoneidade para os effectos do presente numero os effectivos que possuam as habilitações constantes do artigo 9.º do decreto de 23 de agosto do anno findo; que, anteriormente, tenham já exercido regencia das disciplinas cujo desdobramento se torna mistér; ou, finalmente, tenham desempenhado serviço effectivo de exames nas mesmas disciplinas.

2.º Resalvados os casos considerados pelo numero anterior, e depois de dada inteira observancia ás circulares da Direcção geral do ultramar de 4 de setembro e 28 de novembro do anno findo, a escolha dos professores provisórios é feita no Conselho escolar em que se trate da distribuição do serviço, no principio de cada anno lectivo, sendo as nomeações, sobre proposta do reitor, ouvido o mesmo Conselho, feitas pelo Governo local, válidas por um anno lectivo, tendo no anno immediato, mediante nova escolha, preferencia os que já tenham tido regencia anterior, com evidente zelo e proveito para o ensino, em identica disciplina.

3.º Para a escolha dos professores provisórios, consideram se aptos:

a) Os candidatos habilitados com os documentos exigidos pelo artigo 9.º do decreto de 23 de agosto do anno findo, não podendo além d'isso a escolha recahir em individuos que não sejam europêus, quando se trate do 1.º ou 2.º grupo;

b) Os individuos que já tenham tido regencia interina de disciplinas do ensino lyceal e que hajam dado provas inequivocas do seu saber, competencia pedagogica, zelo, assiduidade e espirito disciplinador;

c) Os individuos que possuam a habilitação provisoria a que se refere o § 2.º do artigo 46.º do regulamento de 14 de agosto de 1895.

4.º A proposta do reitor ao Governo da provincia para a regencia interina deve ser acompanhada da justificação individual dos motivos em que se baseia a escolha de cada um dos professores provisórios propostos, e da indicação das suas habilitações.

O que, pela referida Secretaria d'Estado, se communica ao governador geral do Estado da India e ao governador da provincia de Macau, para seu conhecimento e devidos effectos.

Paço, 20 de fevereiro de 1907.—*Ayres d'Ornellas de Vasconcellos.*

(Diario do Governo n.º 49).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Encarrega-me s. ex.º o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, que, por seu despacho de 15 do corrente mez, resolveu que aos afficiaes do ultramar, que desempenham o cargo de administradores de concelho cumulativamente com o de commandantes militares, deve ser abonado o subsidio de renda de casa, mas só quando os municipios lhes não forneçam habitações proprias, ficando assim satisfeita a duvida apresentada por v. ex.^a em seu officio, n.º 3, de 4 de janeiro do corrente.

Deus guarde a v. ex.^a—Inspecção geral de faze da do ultramar, em 20 de fevereiro de 1907.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. —O inspector geral, *José Navarro d'Andrade.*

(Boletim official de Cabo Verde n.º 9).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Satisfazendo ao solicitado por v. ex.^a, em seu officio, n.º 347, de 28 de dezembro ultimo, s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar incumbem-me de enviar a v. ex.^a a inclusa copia da consulta, que a secção veterinaria do Conselho escolar do Instituto de agronomia e veterinaria formulou ácerca da doença que tem victimado o gado cavallar na ilha de S. Thiago d'esse archipelago, e na qual se encontram as instrucções necessarias para combater a referida doença.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 21 de fevereiro de 1907. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral, F. F. Dias Costa.

Copia. — Instituto de agronomia e veterinaria. — Consulta. — Os elementos de observação ainda que insufficientes, colhidos pelo senhor Arnaldo Villela no laboratorio de Cabo Verde, permitem presumir que o parasita encontrado nas primeiras vias respiratorias do gado cavallar, na ilha de S. Thiago, pertence com effeito á familia dos Estrideos e, dentro d'esta familia, ao genero *Gastrophilus*, de que hoje são já conhecidas umas oito especies. Muito provavelmente a especie de que se trata é o *Gastrophilus equi*. Embora a localisação da larva do *Gastrophilus equi* se faça de preferencia no estomago dos equideos, não raro tem ella sido tambem encontrada nas fôssas nasaes, assim como na pharynge, larynge e trachêa, produzindo accidentes mais ou menos graves, como, por exemplo, a asphyxia. Na Russia, onde esses accidentes com mais frequencia têm sido notados, costumam os praticos servir se de uma zaragatôa embebida em oleo empyreumatico para destacarem da mucosa das primeiras vias respiratorias ou digestivas as larvas do *Gastrophilus*. Confessa o chefe do serviço de saude de Cabo Verde que na ilha de S. Thiago não se fizeram observações sobre a mucosa estomacal dos solípedes. E' prôvavel que n'essa ilha as larvas do *Gastrophilus* não se limitassem a fixar-se nas fôssas nasaes, pharynge, larynge e trachêa dos cavallo, mas fôsem deglutidas e levadas ao estomago, que é o caso mais frequente. Em Portugal, principalmente no Ribatejo, o *Gastrophilus* persegue muito o gado cavallar, mais ainda na idade nova, atrophyando os poldros pelas desordens que a larva produz no estomago d'esses animaes. Hoje os creadores ribatejanos desembaraçam facilmente os equideos do incommodo causado no estomago pela larva do *Gastrophilus*, fazendo-os ingerir sulfureto de carbonio em capsulas de gelatina, segundo o processo de Perroncito, professor da Escola veterinaria de Turim. O sulfureto de carbonio mata rapidamente as larvas do *Gastrophilus* e, como emite vapores extremamente diffusiveis, tudo é de suppôr que a sua acção gastrophilicida se faça tambem sentir efficazmente sobre as larvas adherentes á mucosa das primeiras vias respiratorias e digestivas. Por essa razão aconselhamos o tratamento pelas capsulas de Perroncito, que tão seguros effeitos produz na gastrite gastrophilica. Consiste o tratamento em ter os animaes, em jejum até ás onze horas da manhã, dando-lhes a essa hora quinhentos a mil grammas de grão de aveia ou cevada, e ás 5 horas da tarde cento e cincoenta a trezentos grammas de sulfato de soda na bebida, para determinar uma purgação sufficiente. Assim preparados os animaes administra-se a cada um, ás seis horas da manhã do dia seguinte, uma capsula de Perroncito e, de hora a hora, dá-se-lhes outra até perfazer o numero de quatro para os poldros e de seis para os cavallo adultos. A administração das capsulas effectua-se com facilidade do modo seguinte: O operador puxa para o lado a lingua do animal, abrindo-lhe bem a bôcca e, com a mão direita, calçada de grossa luva, segura na extremidade dos dedos a capsula e vae depô-la ao fundo da bôcca, na base da lingua, largando logo este orgão, para que o animal faça livremente a deglutição. As capsulas de Perroncito acham se á venda nas principaes drogarias de Lisboa ou obtêm-se de França, encommandando-as á casa Méré, de Chantilly, em Orleans. — Lisboa e sala das sessões da secção veterinaria do Conselho escolar, em trinta e um de janeiro de mil novecentos e sete. — Está conforme o original. — Secretaria do Instituto de agronomia e veterinaria, em dezeseis de fevereiro de mil novecentos e sete. — O secretario, Theotônio Julio Pimenta Rodrigues.

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar incumbem-me de comunicar a v. ex.^a, em referencia ao seu officio, n.º 1, de 3 de janeiro, que, por seu despacho de 15 do corrente, approvou a deliberação tomada por v. ex.^a quanto ao abono de subsidio de renda de casa a todos os officiaes do quadro de saude d'essa provincia, mesmo aos que servem ao abrigo do decreto de 2 de dezembro de 1869 e aos que estão sob o regimen da carta de lei de 28 de maio de 1896, exceptuando aquelles a quem o Estado forneça habitação.

Deus guarde a v. ex.^a — Inspeção geral de fazenda do ultramar, em 21 de fevereiro de 1907. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O inspector geral, *José Navarro de Andrade*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 13).

Hei por bem approvar, nos termos do artigo 13.º do decreto com força de lei de 18 de janeiro de 1906, o regulamento dos concursos para professores da Escola colonial, que faz parte integrante d'este decreto e baixa assignado pelo Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo Ministro e secretario d'Estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 22 de fevereiro de 1907. — REI. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

Regulamento dos concursos para professores da Escola colonial

Artigo 1.º Em observancia do determinado no artigo 7.º do regulamento da Escola colonial, o provimento dos logares de professores será feito exclusivamente por concurso de provas publicas e documentaes em todas as futuras admissões ao professorado da escola.

§ 1.º Quando haja professor substituto da cadeira a prover, será feito o provimento por meio de promoção do respectivo substituto a professor effectivo.

§ 2.º O Governo poderá contractar para o ensino, pelo tempo que julgar conveniente, professores de linguas coloniaes que tenham as necessarias habilitações.

Art. 2.º Logo que haja alguma vacatura no corpo docente, o director da Escola colonial convocará o Conselho escolar para tratar da elaboração do programma do concurso, submettendo-o em seguida á approvação superior, e, desde que seja sancionado, será affixado á porta da Secretaria da escola e publicado tres vezes no *Diario do Governo*, em dias alternados.

Art. 3.º O praso do concurso será de sessenta dias, contados do immediato áquelle em que pela primeira vez se publicar o programma no *Diario do Governo*.

Art. 4.º Os candidatos que pretenderem ser admittidos têm de apresentar os seus requerimentos na Secretaria da escola dentro do praso fixado, instruindo-os conforme o disposto no artigo seguinte. Da apresentação se lavrará termo, que será assignado pelo secretario e pelo portador do requerimento.

Art. 5.º Para ser admittido ao concurso é necessario:

- 1.º Ser cidadão portuguez, no gozo dos seus direitos civis e politicos;
- 2.º Ter attestado de bom procedimento moral e civil, passado pelo commissario de policia, ou, na falta d'este, pelo administrador do concelho da respectiva residencia;
- 3.º Certificado do registo criminal;
- 4.º Haver satisfeito á lei do recrutamento;
- 5.º Não soffrer de molestia contagiosa e ter as condições physicas necessarias para o exercicio do magisterio;
- 6.º Estar nas circumstancias a que se refere o artigo 9.º do decreto de 18.º de janeiro de 1906.

Art. 6.º As provas para o provimento dos logares de professores da Escola colonial consistem:

a) Na defesa de uma dissertação impressa sobre materia livremente escolhida pelo candidato de entre as questões mais importantes das disciplinas das cadeiras postas a concurso, devendo o interrogatorio ser feito por dois membros do jury, previamente nomeados, cada um dos quaes poderá interrogar até uma hora;

b) Em duas lições oraes, de uma hora cada uma, sobre as materias dos pontos tirados á sorte quarenta e oito horas antes, devendo seguir-se a cada lição um interrogatorio, que durará uma hora e será feito por dois membros do jury para esse fim nomeados.

Art. 7.º As provas para o provimento dos logares de professores de linguas indigenas coloniaes consistem:

a) Em uma lição oral de uma hora sobre o ponto tirado á sorte vinte e quatro horas antes, que constará estrictamente de leitura parcial, versão para a lingua portugueza, explanação grammatical e lexicologica e apreciação litteraria de um trecho em prosa ou verso. Em seguida á lição procede-se ao interrogatorio, durante uma hora, pelos dois membros do jury para esse fim nomeados, que versará sobre a materia comprehendida no ponto e sobre o methodo do ensino;

b) Na versão escripta, em praso não excedente a uma hora, de um trecho de portuguez para a lingua da cadeira a concurso, tirando ponto na occasião. Lida, pelo candidato, a versão, perante o jury, poderão dois dos seus membros, expressamente designados, proceder aos interrogatorios que entenderem necessarios durante uma hora.

c) Na versão escripta de um trecho da lingua cuja cadeira estiver a concurso, seguindo-se o processo adoptado na alinea b).

Art. 8.º São quinze os pontos para as provas dos candidatos, não podendo em caso algum repetir-se o ponto que uma vez sahisse em sorte e não devendo ser assumpto de lição, no mesmo concurso, as materias escolhidas pelos candidatos para thema das suas dissertações.

Art. 9.º Os pontos para as lições oraes estarão patentes na Secretaria da escola, na Sociedade de Geographia, para conhecimento dos candidatos admittidos, durante vinte dias anteriores á primeira lição, excepto nos concursos das cadeiras de linguas, em que estarão patentes apenas dez dias, não se publicando, n'estes concursos, pontos para as versões escriptas.

Art. 10.º Logo que termine o praso do concurso, o director da escola convocará o Conselho escolar para se constituir o jury e a este serem apresentados os requerimentos dos candidatos.

Art. 11.º O jury dos concursos para os logares de professor da escola colonial será formado por todos os professores effectivos ou em effectividade, sob a presidencia do director da escola.

O jury não poderá funcionar com menos de cinco vogaes.

Art. 12.º Se o presidente do jury não fôr professor da escola, não tem voto quando o jury, em qualquer votação a que tenha de proceder, estiver em numero impar, e tem voto simples sempre que esse numero seja par.

Art. 13.º Servirá de secretario do jury o secretario da escola.

Art. 14.º De todos os actos, do concurso se lavrarão os respectivos termos e actas, que serão assignados pelo presidente do jury e por todos os vogaes presentes.

Art. 15.º Os vogaes do jury, que deixarem de assistir a todas as provas e votações relativas aos candidatos sem justificarem legalmente a sua falta, ou, depois de haverem concorrido a parte dos actos do concurso, se esquivarem ao desempenho de alguma das obrigações impostas por este regulamunto, serão punidos com a pena de suspensão por um mez.

Art. 16.º Na mesma sessão em que se constituir o jury, ou na immediata, se procederá á votação sobre a admissibilidade dos candidatos, depois de examinados os documentos com que houverem instruido os seus requerimentos.

§ 1.º Para ser admittido é necessario que o candidato reuna os votos da maioria do numero dos votantes.

§ 2.º O resultado da votação será mencionado na acta da sessão do jury.

§ 3.º Nos requerimentos dos candidatos o presidente do jury lançará o despacho que traduza aquelle resultado, servindo-se dos vocabulos: «admittido», «excluido».

Art. 17.º Na sessão em que se votar sobre a admissibilidade dos candidatos, ou na immediata, o jury designará os dias e horas em que terão de ser dadas as provas do concurso, a ordem por que essas provas se hão de seguir e quaesquer outros preceitos que, segundo este regulamento, se devem adoptar.

§ 1.º Ao presidente do jury compete fazer affixar logo na porta da Secretaria da escola um edital contendo:

1.º Os nomes e categorias dos vogaes effectivos que compõem o jury ;

2.º Os nomes e categorias dos vogaes supplentes ;

3.º Os nomes dos candidatos admittidos ;

4.º Os dias e horas das provas ;

5.º Quaesquer outras resoluções tomadas pelo jury em harmonia com o preceituado n'este artigo.

§ 2.º Compete igualmente ao presidente remetter uma copia authentica d'este edital á Direcção geral do ultramar, para seu conhecimento e para se publicar no *Diario do Governo*.

Art. 18.º Nos concursos para que se exige dissertação impressa deverão os candidatos entregar na Secretaria da escola, quinze dias antes do designado para a primeira prova, tantos exemplares da d'ssertação, quantos forem os vogaes effectivos do jury, e mais tres.

Art. 19.º Sempre que haja mais de um candidato, a sorte decidirá a ordem por que elles devem dar as suas provas oraes.

§ unico. Em cada dia não podem dar provas oraes mais de dois candidatos.

Art. 20.º Os candidatos que dêrem provas no mesmo dia terão nas lições oraes o mesmo ponto, que será tirado pelo candidato que a ordem numerica designar em primeiro lugar, não podendo o segundo candidato ouvir o que o precedeu.

§ unico. A tiragem dos pontos deverão assistir sempre tres membros do jury.

Art. 21.º O candidato que faltar a tirar o ponto ou a alguma das provas no dia e hora marcada, sem ter prevenido o presidente do jury, perde o direito ao concurso a que tiver sido admittido.

§ 1.º Se o candidato, antes de tirar o ponto ou de principiar alguma das provas, prevenir o presidente do jury do motivo justificado que o inibe de comparecer, o mesmo presidente convoca o jury, que, verificada a legitimidade do impedimento, pode espaçar até quinze dias o concurso do candidato impedido, continuando sem interrupção as provas dos outros candidatos.

§ 2.º O candidato que, por motivo justificado, faltar a alguma prova para que houver tirado ponto, ou que por doença seja obrigado a interrompê-la, deverá, quando admittido a nova prova, tirar outro ponto.

Art. 22.º Se por alguma causa extraordinaria os actos do concurso forem interrompidos, as provas já dadas não se repetem.

Art. 23.º Finda a ultima prova o jury procede immediatamente á votação sobre o merito absoluto de cada candidato, por espheras brancas e pretas, em duas urnas, n'uma das quaes se lançam as espheras que exprimem o juizo da votação e na outra as que ficam inutilisadas, para o que as urnas terão externamente a competente designação escripta. As espheras brancas exprimem a approvação e as pretas a reprovação.

§ 1.º A cada membro votante do jury serão distribuidas duas espheras, uma branca e outra preta, para a votação sobre cada candidato.

§ 2.º O candidato, que n'esta votação não obtiver um numero de espheras brancas, igual ou superior á maioria do numero de votos, considera se não approvado em merito absoluto.

Art. 24.º Havendo mais de um candidato para um mesmo lugar a prover, terá de proceder-se seguidamente a outra votação, a fim de se estabelecer a preferencia entre os candidatos approvados em merito absoluto.

Art. 25.º Verificar-se-ha a preferencia votando-se em tantas urnas quantos forem os candidatos, devendo ter externamente cada uma d'aquellas o nome de cada um d'estes.

§ 1.º Para estas votações distribuir-se ha a cada membro votante do jury tantas espheras quantos os candidatos, sendo uma das espheras branca, para exprimir a preferencia, e as restantes pretas.

§ 2.º O candidato que obtiver mais de metade das espheras brancas distribuidas aos membros do jury é o classificado em primeiro lugar.

§ 3.º Se nenhum candidato obtiver no primeiro escrutinio maioria de votos, proceder-se-ha a segundo escrutinio, do qual será excluido o candidato menos votado no primeiro.

§ 4.º Se ainda no segundo escrutinio nenhum candidato tiver maioria absoluta, proceder-se-ha successivamente a tantos escrutinhos quantos sejam necessarios, excluindo

sempre de cada um o menos votado dos candidatos, até que a ultima votação se verifique entre dois concorrentes unicamente.

§ 5.º Se houver empate entre todos os candidatos ou entre dois ou mais dos menos votados, o jury procederá ao exame comparativo de todos elles, e votará separadamente sobre cada um por espheras brancas e pretas; mas o escrutinio abrir-se-ha só depois de feita a votação sobre todos os candidatos, ficando excluido o que tiver menor numero de espheras brancas.

§ 6.º Se ainda n'esta votação se dêr empate, preferirá para entrar nos escrutinios de que tratam os §§ 3.º e 4.º o candidato que fôr mais velho.

Art. 26.º Em todas as votações sobre merito absoluto e relativo dos candidatos só tomarão parte os vogaes do jury que tiverem assistido a todas as provas, e servirão de escrutinadores os dois vogaes mais antigos.

Art. 27.º Findas as votações, será affivado na porta da sala dos concursos um edital mencionando, pela ordem por que dêram as provas, os nomes dos candidatos approvados em merito absoluto, e seguidamente o nome do candidato classificado em primeiro logar.

Art. 28.º No livro dos termos dos actos dos concursos o secretario designará o resultado dos diversos escrutinios, escrevendo por extenso os votos que obtiver cada candidato.

No mesmo livro ficarão registadas as deliberações do jury e se fará menção, na integra, dos protestos e reclamações dos vogaes do jury e dos candidatos sobre a validade dos actos do concurso.

Art. 29.º O jury do concurso, por meio de consulta, proporá ao Governo o candidato classificado em primeiro logar e remetterá todo o processo, que deve conter:

1.º Os requerimentos documentados por candidatos;

2.º Copias authenticas dos programmas do concurso, das actas de todas as sessões do jury e dos termos dos actos do concurso;

3.º Um exemplar da dissertação de cada candidato, se o concurso exigir dissertação;

4.º Uma informação confidencial e circumstanciada do presidente do jury, ácerca do que tiver occorrido durante o concurso e sobre as qualidades moraes e intellectuaes dos candidatos.

Art. 30.º O Governo, ouvida a Direcção da Sociedade de Geographia de Lisboa, approvará o processo do concurso, ou, se se verificar que as prescripções legaes não foram observadas, mandará abrir novo concurso.

§ unico. Havendo mais de um logar a prover, e tendo sido aberto para todos o mesmo concurso, poderá este ser annullado sómente em relação a algum ou alguns dos logares vagos, se se reconhecer que em relação aos outros o processo foi em tudo regular.

Art. 31.º Os candidatos podem averbar de suspeitos os vogaes do jury do concurso, e a estes é licito darem-se por suspeitos, nos termos e para os effeitos determinados no regulamento das suspeições de 7 de fevereiro de 1866.

§ unico. A Direcção da Sociedade de Geographia exerce n'este caso as funções que, pelo regulamento citado, competiam á Direcção geral de instrucção publica e ao Conselho geral de instrucção publica.

Art. 32.º A nomeação, por concurso, para o logar de professor é temporaria e de tirocinio, devendo este durar dois annos completos de exercicio.

1.º Findos os dois annos o Conselho escolar da escola procederá á votação sobre se a nomeação ou provimento se deve tornar definitivo, ou se se deve abrir novo concurso, e remetterá ao Governo um parecer sobre a assiduidade do professor aos actos de serviço, e sobre o zelo e capacidade que tenha demonstrado.

2.º Ao director da escola incumbe tambem remetter ao Governo, juntamente com o parecer do Conselho, uma informação circumstanciada ácerca da maneira por que o professor houver desempenhado as funções do magisterio.

Art. 33.º O Governo, em vista d'estes documentos, da consulta da Direcção da Sociedade de Geographia e do parecer fundamentado da Direcção geral do ultramar, confirmará, ou não, a nomeação provisoria, nos termos e para os effeitos da lei.

Pago, em 22 de fevereiro de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos.*

(Circular). — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em conformidade do disposto no § 7.º da base 3.ª do decreto de 25 de janeiro de 1906, encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de pedir a v. ex.^a, que se digne enviar a esta Secretaria d'Estado um boletim mensal com as seguintes informações:

- 1.º Importação e exportação dos principaes generos de producção e consumo;
- 2.º Preços correntes dos mesmos generos nas transacções por grosso e na venda a retalho;
- 3.º Custo dos transportes, por unidade usual de peso ou volume, em via ordinaria, fluvial, maritima ou em caminho de ferro até aos portos de sahida d'essa possessão e d'estes aos portos de Lisboa, Londres, Anvers e Hamburgo;
- 4.º Quaesquer elementos que possam ter influencia na economia da producção e do commercio d'essa região.

As informações contidas n'este boletim devem referir-se ás sédes dos Governos geraes e districtaes, concelhos ou a quaesquer outros centros de producção e commercio cuja importancia justifique referencia especial.

Muito convirá que o boletim seja elaborado com exactidão e uniformidade, para serem comparaveis as suas indicações, e seja enviado com toda a regularidade.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de fevereiro de 1907. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — Pelo director geral, *Antonio Duarte Ramada Curto*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 12).

Sua Majestade El-Rei ha por bem, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, e nos termos do artigo 18.º do decreto de 20 de setembro de 1906, mandar que sejam vedados a pesquisas mineiras os terrenos situados ao Sul do caminho de ferro de Lourenço Marques.

O que se communica ao governador geral da provincia de Moçambique para seu conhecimento e devidos effeitos.

Paço, em 27 de fevereiro de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Boletim official de Moçambique n.º 20).

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes Geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º E' o Governo auctorizado a desistir da competencia attribuida aos consules portuguezes em Zanzibar, em materia civil e criminal, pela Convenção de 25 de outubro de 1879.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios estrangeiros a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço das Necessidades, aos 28 de fevereiro de 1907. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Luiz Cypriano-Coelho de Magalhães*. — (Logar do sello grande das Armas Reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Majestade tendo sancionado o decreto das Côrtes Geraes de 28 de janeiro de 1907, que auctorisa a desistencia, por parte de Portugal, da competencia attribuida aos consules portuguezes em Zanzibar, em materia civil e criminal, pela Convenção de 25 de outubro de 1879, o manda cumprir e guardar como n'elle se contém.

Para Vossa Majestade ver.

Conde das Alcaçovas a fez.

(Diario do Governo n.º 53).

MARÇO

Termo de contracto definitivo celebrado entre o Governo e as companhias Eastern Telegraph, Western Telegraph, Eastern and South African Telegraph e Europe and Azores Telegraph, para prorrogação dos privilegios para amarração de cabos submarinos.

Aos 4 dias do mez de março do anno de 1907, no Ministerio das obras publicas, commercio e industria e gabinete de S. Ex.^a o Ministro, onde vim eu, Ernesto Madeira Pinto, do Conselho de Sua Majestade, secretario geral do mesmo Ministerio, ahi se achavam presentes, de uma parte os Ill.^{mos} e Ex.^{mos} Srs. Conselheiro Ayres d'Ornellas de Vasconcellos, Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar e Conselheiro José Malheiro Reymão, Ministro e secretario d'Estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, como primeiros outorgantes em nome do Governo portuguez, e de outra parte, como segundo outorgante, o Sr. Carlos Ferreira dos Santos Silva, representante das companhias Eastern Telegraph, Western Telegraph, successora da Brazilian Submarine Telegraph, Eastern and South African Telegraph e Europe and Azores Telegraph, que provou ser por documentos authenticos archivados na Secretaria geral d'este Ministerio, assistindo tambem a este acto o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. conde de Paçô Vieira, ajudante do procurador geral da Corôa e Fazenda. E por elles Ex.^{mos} Ministros foi dito, na minha presença e na das testemunhas adeante indicadas, que, tendo sido celebrado em 11 de fevereiro de 1905 um contracto provisorio entre o Governo portuguez e as referidas companhias para prorrogação por quinze annos dos direitos e privilegios anteriormente concedidos á companhia Eastern Telegraph e á companhia Western Telegraph, successora da Brazilian Submarine Telegraph, e para concessão á companhia Eastern and South African Telegraph, por vinte annos, do direito de preferencia de amarração de cabos submarinos na costa oriental da Africa portugueza; que tendo esse contracto provisorio ficado dependente da approvação das Côrtes, e havendo sido dada essa approvação pela carta do lei de 29 de janeiro do corrente anno: em nome do Governo contractavam definitivamente com as referidas companhias a prorrogação e concessão de que se trata, nos termos e com as clausulas que constam do contracto provisorio de 11 de fevereiro de 1905, ficando, porém, entendido que o direito de preferencia concedido por vinte annos á companhia Eastern and South African Telegraph para amarração dos cabos submarinos na costa oriental da Africa Portugueza, de que trata a alinea c) da clausula 1.^a do referido contracto provisorio de 11 de fevereiro de 1905, será contado da data da lei que approvou o mesmo contracto, isto é, de 29 de janeiro de 1907, e que serão tambem contados da mesma data os pagamentos a que se refere a clausula 3.^a do referido contracto provisorio.

E pelo sr. Carlos Ferreira dos Santos Silva foi dito que, em nome das quatro companhias supra-mencionadas, para todos os effeitos e responsabilidades legais acceitava como definitivo esse contracto provisorio de 11 de fevereiro de 1905, nos termos e com as clausulas que d'elle constam.

Declararam mais todos os outorgantes que, em nome das entidades que representam, se obrigam a cumprir fielmente as condições exaradas no referido contracto provisorio, que ficam válidas para todos os effeitos como se aqui fôsem textualmente transcriptas.

E por esta forma dêram os outorgantes por feito e concluido este termo de contracto definitivo, assistindo como testemunhas o segundo official d'este Ministerio Carlos Augusto Elbling e o amanuense Arthur Eduardo Chichorro da Costa.

E eu, Ernesto Madeira Pinto, do Conselho de Sua Majestade, secretario geral do Ministerio das obras publicas, commercio e industria, em firmeza de tudo e para constar onde convier, fiz escrever, rubriquei e vou subscrever o presente termo de contracto, que vão assignar commigo as pessoas n'elle mencionadas, depois de a todas ser lido por mim.

Logar de duas estampilhas do imposto do sello na importancia total de 1\$300 réis, devidamente inutilisadas com a data de 4 de março e as seguintes assignaturas: — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos* = *José Malheiro Reymão* = *Carlos F. dos Santos Silva* — *Corlos Augusto Elbling* = *Arthur Eduardo Chichorro da Costa* = *Ernesto Madeira Pinto*. — Fui presente, *Conde de Paçô Vieira*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 16).

Tendo chegado ao conhecimento de Sua Majestade El-Rei que nas sédes de alguns Governos ultramarinos costuma ser içado em certas solemnidades officiaes e nos dias de grande gala o Estandarte Real, que é distinctivo especial e privativo de Rei, Rainha e Regente, como expressamente estatue a Ordenança geral da armada, cujas disposições relativas a distinctivos, honras, continencias, visitas e salvas foram, na parte applicavel, mandadas pôr em execução no ultramar por decreto de 23 de abril de 1896: ha por bem o mesmo Augusto Senhor, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, mandar recommendar aos governadores das provincias ultramarinas e do districto autonomo de Timor que adoptem as necessarias providencias para que as referidas disposições sejam sempre exacta e rigorosamente observadas.

Paço, em 8 de março de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo, n.º 57).

Attendendo ao que me representou o governador geral da provincia de Angola e o Reverendo Bispo da diocese de Angola e Congo, para, nos termos do decreto de 13 de setembro de 1906, se tornar effectiva a creação da escola do ensino primario da nova freguezia de Nossa Senhora do Carmo, da cidade de Loanda, visto se reconhecer a oportunidade da mesma creação;

Conformando-me com o parecer da Junta consultiva do ultramar:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º E' creada na freguezia de Nossa Senhora do Carmo, em Loanda, a escola de instrucção primaria a que se refere o § unico do decreto de 13 de setembro de 1906, que será considerada de 2.º grau, para os effectos do regulamento do ensino primario approved por decreto de 9 de maio de 1906.

Art. 2.º A Mesa administrativa da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco da Penitencia, de Loanda, fornecerá casa para o funcionamento da escola.

Art. 3.º A regencia do ensino compete ao coadjutor da freguezia, percebendo por esse serviço a gratificação de 100\$000 réis por anno.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 11 de março de 1907. — REI. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo, n.º 65).

Com fundamento no artigo 2.º do decreto de 27 de maio de 1905 e nas disposições do artigo 32.º, §§ 1.º e 2.º da carta de lei de 24 de novembro de 1904, provisoriamente mandadas vigorar no exercicio de 1906 1907, nos termos do artigo 7.º da carta de lei de 3 de abril de 1896, pela Portaria de 21 de junho ultimo: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de ministros e guardadas as prescripções do § 9.º do artigo 1.º da carta de lei de 30 de junho de 1891 e do artigo 1.º do decreto n.º 2, de 15 de dezembro de 1894, determinar que no Ministerio dos negocios da fazenda seja aberto um credito especial, devidamente registado na Direcção geral da contabilidade publica, a favor do Ministerio da marinha e ultramar, Direcção geral do ultramar, pela importancia de 110:000\$000 réis, destinada a satisfazer despesas com a construcção de um caminho de ferro desde o

porto de Mossamedes ao planalto da Chella, que será incripta em capitulo novo a adicionar á tabella da despesa extraordinaria do Ministerio da marinha e ultramar, Director do ultramar, do exercicio de 1906-1907, sob o n.º 3.º e rubrica seguinte:

Despesas com a construcção do caminho de ferro de Mossamedes — 110:000\$000 réis.

N'este capitulo serão opportunamente inscriptos os creditos abertos para o mesmo fim e para o corrente exercicio de 1906-1907, por decretos de 16 de julho e 31 de dezembro de 1906, na somma de 240:000\$000 réis.

O Tribunal de contas declarou achar-se este credito nos termos legais de ser decretado.

O Conselheiro d'Estado, presidente do Conselho de ministros, Ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'Estado das outras Reparações assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 11 de março de 1907. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco — José de Abreu do Couto de Amorim Novaes — Ernesto Diesel Schröter — Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto — Ayres d'Ornellas de Vasconcellos — Luiz Cypriano Coelho de Magalhães — José Malheiro Reymano.*

(Diario do Governo n.º 66)

Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. — A bem do serviço publico encarrega-me s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de rogar a v. ex.^a se digne ordenar aos agronomos e regentes agricolas em serviço n'essa provincia, que elaborem e enviem a esta Secretaria d'Estado, no mais curto praso possivel, um relatorio sobre os serviços que tenham desempenhado e em que condições os effectuaram, relativo ao anno de 1906.

Os referidos funcionarios devem annualmente elaborar o seu relatorio que será enviado a esta Secretaria por intermédio de v. ex.^a

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 18 de março de 1907. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official d'Angola, n.º 47).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — S. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar incumbem-me de dizer a v. ex.^a que, por seu despacho de 14 do corrente, approvou a proposta constante do officio de v. ex.^a, n.º 39, de 31 de janeiro ultimo, para que cessem os destacamentos dos cirurgiões militares da guarnição d'essa provincia para a praça da Aguada, passando o respectivo serviço medico-militar a ser desempenhado por um facultativo civil com as vantagens e attribuições dos delegados de saude, mas não pertencendo ao quadro e podendo ser dispensado do serviço quando o Governo assim o julgue conveniente.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 18 de março de 1907. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral do Estado da India. — O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official da India n.º 28).

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} sr. — Encarrega-me s. ex.^a o Ministro da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.^a que a percentagem de 5 %, que o § unico do artigo 43.º do decreto de 18 de janeiro do anno findo concede aos mestres das officinas das escolas praticas de aprendizagem d'essa provincia, e a qual consta da condição 6.ª dos respectivos contractos, se deve entender como deduzindo-se do valor do trabalho executado pelos alumnos nas respectivas officinas.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria de Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 20 de março de 1907. — Ill.^{mo} ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde.
— O director geral, *F. F. Dias Costa*.

(Boletim official de Cabo Verde n.º 44).

Sendo-me presente a representação em que o Reverendo Bispo da diocese de Angola e Congo pede seja concedido ao respectivo seminario diocesano o terreno inculto denominado «Arimo de Santo Antonio da Barra do Bengo», que pertenceu á extincta missão dos padres capuchinhos italianos e que tem em ruínas a antiga capella e as casas do hospicio d'aquelles missionarios, a fim de que possa ser destinado á serventia do mesmo seminario;

Conformando-me com as informações obtidas sobre o assumpto, e visto o disposto no artigo 2.º do decreto de 23 de julho de 1853 e no artigo 11.º da carta de lei de 4 de abril de 1861:

Hei por bem conceder, provisoriamente, ao referido seminario diocesano de Angola o mencionado terreno denominado «Arimo de Santo Antonio da Barra do Bengo», situado na margem direita do rio Bengo, para o fim de servir de abastecimento de generos alimenticios para a vida diaria do mesmo estabelecimento e com a clausula de ser sujeito á reversão para o Estado, sem indemnisação alguma, no caso de não ter a mencionada applicação ou quando ao Estado convenha dar outra applicação ao mesmo terreno.

O Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de março de 1907. — REI. — *Ayres de Ornellas de Vasconcellos*.

(Diário do Governo n.º 66).

Tendo o governador geral da provincia de Angola submettido á sanção do Governo a Portaria provincial, n.º 771, de 13 de dezembro ultimo, pela qual approvou provisoriamente a demarcação da nova freguezia do Carmo da cidade e concelho de Loanda, creada por decreto de 13 de setembro precedente, e das restantes freguezias da mesma cidade: hei por bem, conformando-me com o parecer da Estação competente, ouvida sobre o assumpto, confirmar, para todos os effeitos legais, a mencionada Portaria, publicada no *Boletim official* do Governo geral da referida provincia, n.º 50, de 15 de dezembro de 1906.

O Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 20 de março de 1907. — REI. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diário do Governo n.º 67).

Portaria provincial a que se refere o decreto supra

N.º 771:

Tendo-me sido presente o auto da demarcação da nova freguezia de Nossa Senhora do Carmo, da cidade e concelho de Loanda, creada por decreto de 13 de setembro ultimo, e das restantes freguezias da mesma cidade e concelho, a que procedeu a Comissão para esse fim nomeada em Portaria d'este Governo, n.º 755, de 10 do corrente:

Tendo em attenção a conveniencia de sancionar, embora provisoriamente, a demarcação feita, a fim de que a nova freguezia possa ser canonicamente erecta e principie a funcionar brevemente:

Hei por conveniente approvar, provisoriamente, e até decisão definitiva do Governo central, a demarcação feita das quatro freguezias da cidade e concelho de Loanda, e determinar que o respectivo auto seja publicado no *Boletim official* em seguida á presente Portaria.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento d'esta cômpetir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 13 de dezembro de 1906. — *Eduardo Augusto Ferreira da Costa*, governador geral.

Auto de demarcação das freguezias da cidade e concelho de Loanda

Aos doze dias do mez de dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e seis, n'esta cidade de São Paulo da Assumpção de Loanda, em uma das salas do Paço episcopal, se reuniu a Comissão composta do vigario geral, Manuel Alves da Cunha, como representante do Ex.^m e rev.^m sr. Bispo da diocese, do engenheiro Joaquim Faustino de Poças Leitão, presidente da Comissão municipal d'esta cidade, e do conductor de 2.^a classe das obras publicas, José Trindade dos Santos, como vogaes, nomeados por Portaria provincial de dez do corrente mez de dezembro, a fim de a mesma Comissão proceder á demarcação da freguezia de Nossa Senhora do Carmo, creada n'esta cidade por decreto de treze de setembro ultimo, com séde na igreja do Carmo, e constituida com territorios desagregados das freguezias de Nossa Senhora dos Remedios e de Nossa Senhora da Conceição, d'esta cidade, de harmonia com o disposto no citado decreto, e ao mesmo tempo demarcar as restantes freguezias da cidade e concelho de Loanda. Depois de colhidos os devidos esclarecimentos e informações, concordou a Comissão em resumir pela seguinte forma os trabalhos a que procedeu em conformidade com a Portaria provincial referida e dito decreto, ficando as quatro freguezias da cidade e concelho de Loanda com os seguintes limites, em parte indicados em dois exemplares da planta da cidade de Loanda elaborada em 1900 pelo capitão de estado maior, José Augusto Alves Roçadas, e devidamente assignados pela Comissão:

Freguezia de Nossa Senhora do Carmo: — A partir do limite do concelho da Barra do Bengo, segue a linha da praia até em frente do angulo occidental do estabelecimento da Companhia commercial de Angola (Bungo), e d'esse ponto em recta até á Calçada da Companhia das Aguas. D'ahi segue pelo centro das seguintes ruas: Calçada da Companhia das Aguas, Calçada das Cruzes, rua oriental do Largo da Mutamba, Calçada de Paiva de Andrade, avenida Alvaro Ferreira, rua nova (sem nome) entre esta avenida e a avenida Neves Ferreira (estrada da Maianga) em direcção á estação do caminho de ferro, avenida Neves Ferreira, avenida Brito Godins até á passagem de nivel no caminho de ferro, caminho de ferro até á paragem no kilometro 5, e d'ahi pela extrema dos terrenos pertencentes ao hospital de tuberculosos em direcção a Camama (estrada de Calumbo). D'este ponto em deante os limites da freguezia são os dos concelhos de Calumbo e da Barra do Bengo com o de Loanda.

Freguezia de Nossa Senhora dos Remedios: — Partindo da praia em recta ao angulo saliente mais a Leste da fortaleza de São Miguel, segue d'este ponto até ao meio das Calçadas do Possolo e Enforcados, e d'ahi pelo sopé da encosta (Coqueiros) até á meia laranja da Calçada de Alvaro Castellões (Pelourinho). D'este ponto em deante segue ao meio das seguintes ruas: Calçada de Paiva de Andrade, rua oriental do Largo da Mutamba, Calçada das Cruzes, Calçada da Companhia das Aguas, e linha que liga a extremidade d'esta rua com o angulo mais occidental do estabelecimento da Companhia commercial de Angola e a praia.

Freguezia de Nossa Senhora da Conceição: — Comprehendida, no continente, entre os limites acima indicados para as duas freguezias do Carmo e dos Remedios, o mar, e os limites do concelho de Calumbo com o de Loanda. As ilhas ao Sul da barra da Corimba ficam pertencendo a esta freguezia.

Freguezia de Nossa Senhora do Cabo, da ilha de Loanda: — Conserva os seus antigos limites, que são os da ilha de Loanda, desde o pharol Dantas até á barra da Corimba.

E não havendo mais nada a tratar, a Comissão deu por findos os seus trabalhos, lavrando se o presente auto em duplicado, que, depois de lido, vae ser assignado pelos membros da Comissão.

E eu, José Trindade dos Santos, vogal da referida Comissão, o subscrevi e assigno. — Manuel Alves da Cunha. — Joaquim Faustino de Poças Leitão. — José Trindade dos Santos.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte :

Artigo 1.º São approvadas as alterações á legislação em vigor sobre contabilidade publica, constantes das bases annexas a esta lei.

Art. 2.º Fica o Governo auctorizado a codificar e regulamentar todas as disposições sobre contabilidade publica.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos, portanto, a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O Conselheiro de Estado, presidente do Conselho de ministros e Ministro e secretario de Estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios de Estado dos negocios das outras Repartições, a façam imprimir, publicar e correr. Paço, em 20 de março de 1907. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *José de Abreu do Couto de Amorim Novaes* — *Ernesto Driesel Schröeter* — *Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto* — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos* — *Luiz Cypriano Coelho de Magalhães* — *José Malheiro Reyndão*. — (Logar do sello grande das Armas Reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Majestade, tendo sancionado o decreto das Côrtes Geraes de 6 de março corrente, que approva as alterações á legislação em vigor sobre contabilidade publica, conforme as bases annexas á presente lei, e auctorisa o Governo a codificar e regulamentar todas as suas disposições, manda cumprir e guardar o predito decreto como n'elle se contém, pela forma retro declarada.

Para Vossa Majestade ver. — *Ernesto Augusto da Costa Campos Branco* a fez.

Bases para a reforma da contabilidade publica

Artigo 1.º O serviço da contabilidade publica é referido a annos economicos, que comecem em 1 de julho e terminam em 30 de junho.

§ unico. As gerencias coincidem com os annos economicos e tomam a respectiva denominação.

Art. 2.º Finda a gerencia, as receitas por cobrar pertencerão á gerencia em que se arrecadarem, escripturando-se as dos ultimos cinco annos com a designação dos annos economicos a que respeitem.

Art. 3.º Caducam as auctorisações para as despesas que, porventura, não cheguem a ser liquidadas até trinta dias depois do encerramento do anno economico.

§ 1.º As despesas liquidadas, mas não pagas, até o fim do anno economico e as liquidadas nos trinta dias seguintes passam em saldo para as gerencias immediatas, em capitulos especiaes, havendo um para cada anno economico.

§ 2.º Os saldos de que trata o paragrapho antecedente serão annullados quando decorridas cinco gerencias.

Art. 4.º As contas de gerencia, em relação ao orçamento, abrangem o resultado das contas do anno economico que dá o nome á gerencia, e, para comparação, o resultado das do anterior anno economico, desenvolvendo as receitas votadas, as processadas e as cobradas, as despesas votadas, as ordenadas e as pagas, classificando a receita por classes de impostos e rendimentos e a despesa por encargos geraes, divida publica, serviço proprio dos Ministerios e Caixa geral de depositos, e apresentando os saldos d'estas contas; e bem assim, no seu conjunto, as mesmas receitas, despesas e saldos e a respectiva comparação. Abrangem também, com o mesmo desenvolvimento, o resultado da liquidação das despesas dos cinco annos anteriores, que successivamente passaram em saldo nos termos do § 1.º do artigo 3.º

§ 1.º Em especial a conta de operações de thesouraria descreve, não só as transferencias de fundos de uns para outros cofres, como o movimento das contas e respectivos saldos, devendo, em regra, estes figurar no passivo do Theouro.

§ 2.º As contas da gerencia, em relação á divida publica e aos encargos geraes do Estado, indicam a situação da divida fundada, amortisavel, fluctuante e da representada por titulos de renda vitalicia ou de outra forma.

Art. 5.º As contas de patrimonio, que descrevem os valores activos e passivos do Estado, mobiliarios e immobiliarios, fazem parte da conta geral do Estado.

Art. 6.º A publicação das contas das gerencias far-se-ha dentro de quatro mezes, a contar do termo do anno economico.

§ unico. O responsável pela não publicação das contas dentro do praso designado n'este artigo será punido com a pena de suspensão de exercicio e vencimentos durante seis mezes. A reincidencia será punida com a pena de demissão.

Art. 7.º A remessa das tabellas e nota, a que se refere o artigo 6.º da lei de 25 de junho de 1881, deve fazer-se até o dia 20 do mez seguinte áquelle a que disserem respeito; a remessa do mappa e resumo, a que se refere o artigo 30.º da mesma lei, no praso de trinta dias, a contar do ultimo do mez a que disserem respeito, devendo fazer-se no mesmo praso a remessa do resumo, a que se refere o artigo 31.º da lei citada e que comprehenderá as operações de thesouraria.

§ 1.º Para os effeitos do artigo 31.º da lei de 25 de junho de 1881, deverão os delegados do Thesouro remetter, até o dia 15 de cada mez, á Direcção geral da thesouraria ou Caixa geral de depositos todos os documentos de despesa, que ahi devam ser, respectivamente, escripturados e que digam respeito ao mez immediatamente anterior.

§ 2.º As infracções ao disposto n'este artigo applicar se-ha o disposto no § unico do artigo anterior.

Art. 8.º Dentro do praso de quarenta e cinco dias, a contar do fim de cada mez, deverá a Direcção geral da contabilidade publicar no *Diario do Governo* as contas provisórias da receita e despesa do Estado, consignando as faltas ou insufficiencias a que tenha dado logar o atrazo por pa te de quaesquer entidades ou Repartições, a que pertença fornecer os elementos necessarios para a organização das mesmas contas.

§ unico. Não poderá, sob qualquer pretexto, deixar de se fazer a publicação mensal a que se refere este artigo.

Art. 9.º No orçamento são descriptas, sem excepção alguma, todas as receitas e despesas ordinarias e extraordinarias do Estado, incluindo mesmo as das entidades publicas que tenham administração especial, podendo as despesas respectivas ser descriptas em capitulos proprios.

§ unico. As despesas serão descriptas no orçamento em partes distinctas: *encargos geraes, divida publica e serviço proprio dos Ministerios*.

Na da «divida publica» descrever-se-ha separadamente a divida a cargo do Thesouro e a divida a cargo da Junta do credito publico.

Art. 10.º Os diversos Ministerios, a Junta do credito publico e todas as entidades que tenham administração especial remetterão, até o dia 15 de setembro, os orçamentos respectivos ao Ministerio da fazenda.

§ 1.º O ministro da fazenda, logo que receba os orçamentos dos outros Ministerios, mandará organizar pela Direcção geral da contabilidade uma relação de todos os augmentos de despesa propostos, que na sua opinião não sejam justificados ou que seja conveniente adiar em virtude da situação financeira.

§ 2.º Essa relação será presente ao Conselho de ministros, e nenhuma das despesas n'ella inscripta poderá incluir-se no orçamento sem que o Conselho de ministros a tenha approvedo.

Art. 11.º Não terá applicação o disposto no artigo 23.º do regulamento de 31 de agosto de 1881, quando as receitas são fixadas por lei ou contracto, ou quando as alterações legaes no regimen de qualquer imposto devam produzir differenças no resultado da respectiva cobrança.

Art. 12.º As despesas certas com os vencimentos do pessoal, segundo os quadros das organizações dos diversos serviços publicos, quando uma vez hajam sido incluidas em orçamento approvedo, não ficam sujeitas a nova discussão e votação orçamentaes e só podem ser alteradas por lei especial.

Art. 13.º Não podem os membros das duas Camaras, na discussão do orçamento, apresentar quaesquer propostas que envolvam augmento de despesa ou diminuição de receita.

Art. 14.º Quando seja necessario, por quebra na receita orçamental, ou pela urgencia de fazer face a despesas auctorizadas por creditos extraordinarios, poderá, precedendo

decreto, em Conselho de ministros, devidamente fundamentado e publicado no *Diário do Governo*, elevar-se, na quantia correspondente, o limite maximo estabelecido no artigo 34.º da lei de 25 de junho de 1881.

§ unico. No caso de quebra na receita orçameetal, a resolução do Governo será precedida de consulta do Conselho d'Estado, nos termos do artigo 25.º da lei de 25 de junho de 1881.

Art. 15.º A Direcção geral da thesouraria deverá publicar no *Diário do Governo*, até o fim do mez, a nota do estado da divida fluctuante no ultimo dia do mez anterior, devendo consignar-se na publicação qualquer falta ou insufficiencia, motivada pelo atrazo dos elemetos necessarios para a organização da mesma nota.

Art. 16.º Fica expressamente prohibida a venda de titulos de divida publica disponiveis na posse da Fazenda, quando não haja disposição legal que a auctorise e determine expressamente a importancia nominal a alienar.

§ unico. De todas as operações de vendas de titulos na posse da Fazenda será publicada, por trimestres, nota succinta no *Diário do Governo*, até o fim do trimestre seguinte.

Art. 17.º Ao Governo é permittido abrir creditos extraordinarios para occorrer a despesas indispensaveis e urgentes, não previstas na lei annual de receitas e despesas, nem em leis especiaes, quando provenham de visitas de chefes d'Estado estrangeiros, de casos de força maior, como inundação, incendio, epidemia, guerra interna ou externa e outros similhantes, ou ainda de casos imprevisitos.

Art. 18.º É tambem permittido ao Governo abrir creditos especiaes para o pagamento de despesas auctorisadas por leis posteriores á lei annual de receitas e despesas, bem como para as despesas de q e tratam os n.ºs 2.º e 3.º do § unico do artigo 59.º do regulamento de 31 de agosto de 1881 e que serão pagas na gerencia em que se liquidarem.

Art. 19.º Não será admissivel a abertura de creditos fóra dos casos dos dois artigos anteriores, e tanto os creditos extraordinarios como os especiaes são sujeitos ás disposições dos artigos 25.º, 26.º alinea 2.ª e 29.º da lei de 25 de junho de 1881.

§ unico. Os creditos extraordinarios são sujeitos tambem ao disposto na primeira parte do artigo 26.º e no artigo 28.º da referida lei.

Art. 20.º As sommas votadas para qualquer despesa publica não podem ter applicação diversa.

§ unico A transferencia de verbas de artigo para artigo, dentro do mesmo capitulo, poderá ser feita p r decreto fundamentado, em Conselho de ministros, que será logo publicado no *Diário do Governo* e apresentado ás Côrtes conforme o determinado no regulamento de 31 de agosto de 1881.

Art. 21.º As remunerações extraordinarias a funcionarios não podem ser pagas sem ordem referida a verba inscripta no orçamento ou em lei especial, e sem que o despacho com o processo justificativo seja publicado no *Diário do Governo*.

Art. 22.º Os trabalhos extraordinarios nas Secretarias e Repartições do Estado só poderão realisar-se sob a forma de tarefas e quando haja verba no orçamento ou lei especial, devendo preceder proposta fundamentada do respectivo director geral ou chefe de serviço, em que se exponham os motivos de utilidade e urgencia dos trabalhos e de não poderem ser prestados dentro das horas do expeliente ordinario, e em que se indiquem os empregados que melhor possam desempenhar as tarefas, o praso e o preço d'estas. A auctorisação para os trabalhos extraordinarios deverá ser concedida e os termos e o preço das tarefas fixados em decreto especial, publicado no *Diário do Governo* juntamente com a proposta do director geral ou chefe de serviço.

§ unico. As disposições d'este artigo não se applicam aos trabalhos extraordinarios dos serviços dos correios e telegraphos, regulados pela lei organica respectiva, de 31 de dezembro de 1901, ou por lei que vier a substituil-a, e bem assim a quaesquer outros serviços que se achem ou venham a estar regulados por leis especiaes.

Art. 23.º Os adiantamentos a funcionarios só poderão ser feitos pela Caixa geral dos depositos, nos termos do regulamento, cabendo aos ministros e a quem pagar a responsabilidade pessoal pela infracção d'esta disposição.

Art. 24.º Os contractos de creditos concedidos ao Governo, quer no paiz, quer no estrangeiro, conterão uma clausula determinando que só ao director geral da thesouraria, por delegação do Governo, compete o movimento de fundos, quer em dinheiro, quer em papeis de credito, em conta dos mesmos contractos.

§ 1.º O preceito d'este artigo será applicavel ás operações sobre todas as agencias e cofres do Governo no estrangeiro.

§ 2.º Procurar-se-ha addicionar a clausula, a que se refere este artigo, aos contractos celebrados anteriormente á vigencia d'esta lei.

Art. 25.º As concessões e quaesquer contractos, de que resultem encargos para o Estado superiores a 10:000\$000 réis, só podem celebrar-se precedendo minuta, que será registada na Repartição de contabilidade do Ministerio competente e visada pela Direcção geral da contabilidade publica.

§ 1.º Serão averbados na minuta o *visto* e o registo a que se refere o presente artigo.

§ 2.º Importa nullidade a falta dos registos e do *visto*, e da menção d'estes actos, nos instrumentos das concessões e demais contractos a que se refere o presente artigo.

§ 3.º Os funcionarios que lavrarem os referidos instrumentos e não observarem, ou não fizerem observar as formalidades prescriptas, incorrerão na pena de demissão, independentemente de responsabilidade criminal se procederem com dolo.

Art. 26.º Nenhum contracto definitivo de arrendamento poderá ser celebrado sem prévia auctorisação legislativa, quando a renda a pagar pelo Estado exceda a 2:000\$000 réis annuaes ou o praso do arrendamento seja superior a cinco annos.

§ unico. O Estado não pode, em caso algum, dar de arrendamento edificios publicos, por qualquer Ministerio, senão em hasta publica.

Art. 27.º Nenhum contracto poderá ser celebrado quando os encargos que d'elle resultem não tenham cabimento, juntamente com outras despesas que hajam de ser satisfeitas pelas mesmas verbas, nas importancias legalmente auctorisadas nas tabellas que estiverem em vigor á data da celebração dos mesmos contractos, e em importancias identicas com relação ás gerencias seguintes.

Art. 28.º As Repartições de contabilidade do Estado só podem processar, alterar ou emendar as folhas de pagamento do seu serviço privativo.

Quando quaesquer folhas de pagamento não estejam em termos de ser ordenadas, serão devolvidas ás Repartições respectivas a fim de serem substituidas.

Art. 29.º O Estado não poderá garantir as obrigações de terceiros por meio de fiança, aval ou por qualquer outra forma, directa ou indirecta, de caução.

§ unico. Será nulla qualquer obrigação contrahida pelo Estado contra o disposto n'este artigo.

Art. 30.º Toda a ordem de pagamento de dinheiros publicos deve ser visada pelo Director geral da contabilidade, sem o que o pagamento não poderá effectuar-se, ainda que haja sido auctorisado por despacho do respectivo ministro.

§ 1.º A disposição d'este artigo comprehende os pagamentos por operações de thesouraria, cujo ordenamento é, porém, da responsabilidade do respectivo director geral.

§ 2.º O director geral da contabilidade publica será auxiliado no desempenho do serviço do *visto*, nos termos do artigo 36.º, § 2.º, por empregados da sua livre escolha, ficando sempre solidariamente responsavel com elles.

§ 3.º O director geral da thesouraria em caso algum poderá passar ordens, por operações de thesouraria, auctorisando entrega de fundos para despesas proprias de qualquer Ministerio.

Art. 31.º O *visto* do director geral da contabilidade publica substituirá, para todos os effeitos, o *visto* prévio que pela legislação vigente pertence ao Tribunal de contas. Todas as ordens de pagamento continuarão a ser enviadas ao mesmo tribunal, que as registará, para o effeito do exame e comprovação de despesas a que tem de proceder.

Art. 32.º Todas as ordens de pagamento são remettidas á Direcção geral da contabilidade publica, que, achando-as comprehendidas dentro da auctorisação legal e conformes ao artigo do orçamento a que vêm referidas, as visa e faz registar, depois do que serão mandadas pagar, pela Direcção geral da thesouraria, nos respectivos cofres.

Art. 33.º Quando a despesa ordenada não esteja auctorisada, exceda a auctorisação legal, ou se ache erradamente referida a alguns artigos do orçamento, o director geral da contabilidade publica recusará o *visto*. Nos dois primeiros casos motivará a recusa, e no ultimo devolverá a ordem á Repartição respectiva para ser corrigida.

§ 1.º Poderá o Conselho de ministros, apreciando o parecer fundamentado da recusa, manter a ordem dada, a qual, porém, só será exequivel depois da publicação, no *Diario do Governo*, d'aquelle parecer e do despacho que o desattendeu.

§ 2.º No caso do paragrapho antecedente, o director geral da contabilidade visará a ordem, mencionando, porém, o numero do *Diario do Governo* em que se fez a publicação do parecer e do despacho.

§ 3.º Tendo duvidas ácerca de pagamentos ordenados pelo ministro da fazenda em conta de operações de thesouraria, o director geral da thesouraria formulará n'esse sentido parecer, que só poderá ser desattendido por despacho em Conselho de ministros, devidamente fundamentado e publicado no *Diario do Governo*.

§ 4.º Logo que esteja constituida a Camara dos senhores deputados, o director geral da contabilidade publica e o director geral da thesouraria enviarão á Commissão parlamentar de contas publicas os processos respeitantes, respectivamente, ás recusas e ás duvidas formuladas nos termos dos paragraphos antecedentes.

Art. 34.º Fica sujeito ás penas de peculato e a responsabilidade civil o director geral da contabilidade publica, que visar qualquer ordem de despesa que não esteja autorisada, exceda a auctorisação, ou se ahe erradamente referida a qualquer artigo do orçamento, excepto se se houver observado o disposto no artigo anterior e seus §§ 1.º e 2.º, ou se se tratar de ordenamento da responsabilidade do director geral da thesouraria.

§ unico. Fica tambem sujeito ás penas de peculato e a responsabilidade civil o director geral da thesouraria, que ordenar qualquer operação de thesouraria contra o disposto no § 3.º do artigo 30.º ou em qualquer outra disposição legal, excepto se houver observado o disposto no § 3.º do artigo anterior.

Art. 35.º Os funcionarios de qualquer ordem ou categoria, que auctorisem pagamentos de dinheiros publicos sem o visto do director geral da contabilidade, ficam criminal e civilmente responsaveis.

Art. 36.º O director geral da contabilidade publica é um funcionario de livre nomeação do Governo, inamovivel, e com o vencimento annual de 4:500\$000 réis, sendo 1:500\$000 réis de categoria e 3:000\$000 réis de exercicio. A suspensão e demissão só podem ser-lhe impostas por erro de officio ou abuso de funções, verificados pela Commissão parlamentar de contas publicas.

Incumbe-lhe:

1.º Dirigir superiormente todos os serviços de contabilidade publica, organizar o orçamento geral do Estado e verificar como é executado;

2.º Visar as ordens de pagamento de todas as despesas publicas;

3.º Enviar á Commissão parlamentar de contas publicas, logo que esteja constituida a Camara dos senhores deputados, relatorio circunstanciado do modo por que se executaram, durante o anno economico, as leis de receita e auctorisação das despesas, e os processos respeitantes ás recusas do visto;

4.º Dar o seu parecer sobre todos os projectos de regulamentos e instrucções concernentes a serviço da contabilidade, os quaes lhe devem ser presentes, bem como sobre os diplomas relativos a serviços da administração publica, quando contenham disposições que possam influir nas regras estabelecidas para a contabilidade do Estado;

5.º Reclamar a annullação das disposições sobre contabilidade que forem tomadas pelos diversos Ministerios, quando não tenha sido ouvido e sejam contrarias aos preceitos da lei;

6.º Mencionar no relatorio a que se refere o n.º 3.º todas as disposições sobre contabilidade que tenham sido tomadas contra a lei, quando não hajam sido attendidas as reclamações formuladas nos termos do numero anterior;

7.º Dirigir e uniformisar o serviço da contabilidade, exercendo fiscalisação sobre todas as Repartições dependentes, ou não, do Ministerio da fazenda, que tenham a seu cargo escripturar elementos de receita ou de despesa; podendo manter correspondencia directa com ellas, inspecionar a escripturação e exigir a apresentação dos livros e de quaesquer documentos.

§ 1.º O director geral da contabilidade publica e os funcionarios em que elle delegar o visto não podem ser ordenadores de despesas.

§ 2.º O director geral da contabilidade publica poderá requisitar para o serviço do visto até dez empregados, de sua livre escolha e confiança, das Repartições de contabilidade e outras dependentes do Ministerio da fazenda.

§ 3.º Cada um dos funcionarios a que se refere o paragrapho anterior receberá a quantia de 400\$000 réis annuaes, como gratificação especial de exercicio.

§ 4.º O empregado mais graduado de entre aquelles a que se referem os paragraphos antecedentes substituirá, quanto ao serviço do *visto*, o director geral da contabilidade publica nos seus impedimentos.

Art. 37.º É condição indispensavel para a admissão no concurso publico, a que se refere o n.º 2.º do § 1.º do artigo 41.º da lei de 25 de junho de 1881, a carta de um curso superior, do curso commercial secundario ou superior dos Institutos industriaes e commerciaes de Lisboa ou Porto, ou do curso geral dos lyceus.

§ unico. Em egualdade de classificação, é motivo de preferencia para a primeira nomeação de empregados do quadro da Direcção geral da contabilidade publica ter um curso commercial, serviço nas Repartições de fazenda, ou a pratica commercial em estabelecimentos de notoria importancia.

Art. 38.º As funcções do director geral da contabilidade publica, e dos seus delegados no exercicio do *visto*, são incompativeis com as funcções legislativas. Estes funcionarios e todos os empregados do quadro da contabilidade não podem exercer qualquer outro emprego ou commissão de serviço publico, nem cargos fiscaes e administrativos em quaesquer sociedades civis ou commerciaes.

Art. 39.º É instituida, com o nome de Commissão parlamentar de contas publicas, uma Commissão composta do presidente da Camara dos senhores deputados, que presidirá, e de seis outros membros da Camara.

§ 1.º A Commissão parlamentar de contas publicas constituir-se ha no começo de cada legislatura, e os seus vogaes serão nomeados pelo presidente da Camara.

§ 2.º O presidente da Camara escolherá quatro vogaes pertencentes ás minorias e dois ás maiorias.

§ 3.º A Commissão terá os mais amplos poderes de inquerito e investigação, podendo para esse fim corresponder se com todas as Repartições e examinar n'ellas directamente todos os documentos de que carecer para bem se assegurar de que o orçamento, a lei annual de receitas e despesas e as leis especiaes promulgadas, na sua parte financeira, foram pontualmente cumpridas.

§ 4.º A Commissão submeterá á approvação da Camara na sessão legislativa immediata a cada gerencia, ou, não sendo isto possivel, na sessão seguinte, um parecer fundamentado sobre a execução que tiveram os diplomas a que se refere o paragrapho anterior, e n'elle indicará quaesquer infracções commettidas e os nomes dos responsaveis.

§ 5.º Discutido e votado o parecer, a Commissão promoverá, pelos meios competentes e sem prejuizo dos direitos de quaesquer outras entidades, que se torne effectiva a responsabilidade dos infractores.

§ 6.º No caso de encerramento das Camaras por qualquer motivo, a Commissão parlamentar funcionará até que seja devidamente substituida.

§ 7.º A Camara dos senhores deputados poderá votar uma retribuição aos seus membros que façam parte da Commissão.

Art. 40.º A declaração de conformidade e a declaração e relatorio ácerca da contabilidade geral do Estado, a que se refere o artigo 55.º da lei de 25 de junho de 1881, serão pelo Tribunal de contas enviados á Commissão parlamentar de contas publicas, que os apresentará á Camara dos senhores deputados juntamente com o seu parecer.

Art. 41.º As cauções dos exactores só poderão ser alteradas por virtude de resolução tomada em Conselho de ministros e publicada no *Diario do Governo*.

§ unico. Dentro de trinta dias depois de entrar em vigor a reforma da contabilidade publica, todos os exactores de fazenda, cujas cauções não estiverem nos termos da tabella n.º 1, annexa ao decreto de 30 de novembro de 1898, deverão regularisar a sua situação, ficando sem effeito quaesquer despachos que tenham reduzido as mesmas cauções ou modificado a forma de as prestar.

Art. 42.º Caducam todas as auctorisações, que existam em quaesquer diplomas, permitindo a ampliação ou modificação dos differentes quadros dos serviços publicos.

Art. 43.º Observar-se-hão, quanto ás operações de contabilidade das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor, as disposições da presente lei na parte applicavel, devendo proceder-se n'esta conformidade á revisão dos respectivos regulamentos.

Art. 44.º Os governadores das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor serão responsaveis civilmente, e incorrerão nas penas de peculato, quando ordenarem a applicação illegal de qualquer quantia.

Art. 45.º As importancias provenientes da emissão de vales do correio ultramarinos devem ser entregues ás agencias ou caixas filiaes do Banco ultramarino, que as escripturarão em conta de deposito á ordem do ministro da fazenda.

§ 1.º Devem igualmente ser entregues ás agencias ou caixas filiaes do Banco ultramarino as importancias provenientes de outras receitas de conta da metropole, que serão escripturadas em conta de deposito á ordem do ministro da marinha e ultramar.

§ 2.º Serão civilmente responsaveis e punidos com as penas de peculato os funcionarios que infringirem os preceitos d'este artigo e seu § 1.º, bem como os agentes ou gerentes das caixas filiaes do Banco ultramarino, que sem ordem do respectivo ministro dispuzerem das quantias a que as mesmas disposições se referem.

Art. 46.º Ficam expressamente prohibidos quaesquer pagamentos, na metropole, de conta das provincias ultramarinas e districto autonomo de Timor, além dos credits concedidos pela lei do orçamento ou decretados extraordinariamente, quando não tenha dado entrada no Banco de Portugal a receita correspondente, por transferencia de fundos ou por qualquer outra forma.

Art. 47.º As disposições da nova reforma de contabilidade são applicaveis á Junta do credito publico em tudo quanto não represente alteração das disposições dos decretos de 14 de agosto de 1893 e 8 de outubro de 1900, que regulam a constituição, funções e attribuições da Junta do credito publico.

Art. 48.º De harmonia com o disposto no artigo 42.º da lei de 27 de junho de 1902, e sem embargo do disposto no n.º 1.º, § unico, artigo 65.º do regulamento de contabilidade publica, de 31 de agosto de 1881, em cada Ministerio os fornecimentos de qualquer ordem ou natureza para o expediente das Secretarias e suas dependentes, pagos pelas quantias destinadas ás despesas diversas das mesmas Estações, serão feitos em concurso publico, nos termos dos artigos 73.º e 78.º do citado regulamento, perante uma Commissão composta de um director geral do respectivo Ministerio, nomeado pelo ministro, do chefe da respectiva Repartição da Direcção geral da contabilidade publica ou do chefe da Repartição da contabilidade dos diversos Ministerios, de um official do respectivo Ministerio, nomeado pelo ministro.

§ unico. Esta Commissão fiscalisará todo o serviço de que se trata, e tambem será competente para informar sobre a necessidade de quaesquer despesas de material dos serviços, e sem a sua informação nenhuma despesa d'esta ordem será auctorisada.

Art. 49.º O ministro da fazenda installará uma Commissão presidida pelo director geral da contabilidade publica e de que serão vogaes o director geral da Secretaria da Junta do credito publico, o vogal do Conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado encarregado da direcção do expediente e contabilidade do mesmo Conselho e os chefes das Repartições de contabilidade dos diversos Ministerios.

Ficará competindo a esta Commissão:

1.º Propôr o novo regulamento geral da contabilidade publica, devendo sobre o projecto ser ouvidos o director geral do Tribunal de contas e o director geral da thesauraria.

§ unico. No regulamento a Commissão procurará harmonisar os preceitos da lei com as organizações dos serviços dos correios e telegraphos, dos caminhos de ferro do Estado, exploração do porto de Lisboa, tanto no que respeita ás suas contabilidades especiaes como ao ordenamento provisorio de fundos por antecipação, e ainda á admissão e retribuição do pessoal que seja urgente admittir, antes da reunião das Côrtes, por virtude da abertura ao publico de novas estações de caminho de ferro ou telegrapho-postaes.

2.º Proceder á revisão dos quadros da Direcção geral e das Repartições de contabilidade de cada Ministerio, segundo as exigencias dos serviços e em harmonia com estas bases, formulando parecer fundamentado, que será presente ao ministro da fazenda para apresentar na primeira sessão legislativa a respectiva proposta de lei.

Art. 50.º A administração dos caminhos de ferro do Estado continuará a reger se pela sua actual legislação especial em vigor, na parte em que não é modificada por esta lei.

Art. 51 A conta da gerencia do anno economico de 1906-1907 e as dos exercicios findos até 31 de dezembro de 1906 entram em liquidação no dia 30 de junho de 1907. A liquidação d'estas contas será feita abrindo-se os credits necessarios para encerramento das respectivas operações.

§ 1.º Deverá opportunamente dar-se conta desenvolvida d'essa liquidação em relatório especial.

§ 2.º A liquidação de que trata este artigo deve estar completa em 30 de junho de 1909.

Art. 52.º A nova reforma da contabilidade publica começará a vigorar no anno economico de 1907-1908.

Paço, aos 20 de março de 1907. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco* — *José de Abreu do Couto de Amorim Novaes* — *Ernesto Driesel Schröter* — *Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto* — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos* — *Luiz Cypriano Coelho de Magalhães* — *José Mulheiro Reymão*.

(Diário do Governo n.º 71)

Ex.^{mo} e rev.^{mo} snr. — Respondendo ao officio de 3 de janeiro ultimo, no qual v. ex.^a pede ser esclarecido sobre se as disposições do decreto de 20 de setembro de 1906, relativas a licenças, são applicaveis aos missionarios, encarrega-me o ex.^{mo} Ministro e Secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de dizer a v. ex.^a que o citado decreto, regulando o processo para a aposentação dos funcionarios civis do ultramar, nenhuma applicação pode ter aos funcionarios ecclesiasticos, e muito menos aos que são missionarios, visto que os vencimentos, subsidios e mais direitos d'estes são regidos pela lei organica do serviço das missões ultramarinas, que é o decreto de 3 de dezembro de 1884.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de março de 1907. — Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. Bispo da diocese de Angola e Congo. — O director geral — *F. F. Dias Costa*.

(Indito)

Ill.^{mo} e ex.^{mo} snr. — Tendo chegado ao conhecimento de s. ex.^a o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar que nas alfandegas da provincia tem sido exigido o pagamento do imposto municipal por paramentos e alfaías religiosas requisitadas pelo reverendo prelado, a despeito dos fundamentos e dos precisos termos do decreto com força de lei de 2 de maio de 1904, encarrega-me s. ex.^a de solicitar de v. ex.^a que se digne dar as instrucções necessarias ás alfandegas a fim de que a isenção de direitos auctorizada por aquelle diploma seja mantida em absoluto, de modo a comprehender tambem a do pagamento de todo e qualquer imposto municipal, que, de resto, sómente pode ser lançado nos limites e nas condições do art. 142.º e seus paragraphos do Codigo administrativo.

Deus guarde a v. ex.^a. — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 27 de março de 1907. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador da provincia de Cabo Verde. — O director geral. — *F. F. Dias Costa*.

(Indito.)

ABRIL

Tendo o conde de Vizella requerido que lhe seja permittido levantar a quantia de 5:000\$000 réis que depositou, á ordem do Governo, como garantia do contracto em que lhe foi concedido o exclusivo de carreiras de automoveis em varias estradas dos districtos de Loanda e da Lunda, e cuja renuncia apresenta; mas

Considerando que as disposições do referido contracto não têm sido cumpridas; e Conformando-me com os pareceres da Procuradoria geral da Corôa e Fazenda e da Junta consultiva do ultramar:

Hei por bem declarar rescindido para todos os effeitos o contracto celebrado em 20 de julho de 1903 entre o Governo e o conde de Vizella, revertendo para o Estado, nos

termos do artigo 17.^o e seu paragrapho do referido contracto, o deposiio de 5:000\$000 réis que o mesmo conde effectuou na Caixa geral de depositos para garantia do cumprimento do dito contracto.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de abril de 1907. — REI. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos.*

(Diario do Governo, n.º 76).

Tomando em consideração a proposta do reverendo Bispo da diocese de Angola e Congo: hei por bem determinar que o quadro capitular da respectiva sé cathedral seja composto de um deão, das quatro dignidades de chantre, arcediogo, thesoureiro-mór e magistral, e de cinco conegos, incluindo o penitenciario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 4 de abril de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos.*

(Diario do Governo n.º 77)

Com fundamento na base 3.^a da carta de lei de 7 de setembro de 1899, na alinea c) do artigo 1.^o do decreto de 15 de julho de 1903 e nas disposições do artigo 32.^o, §§ 1.^o e 2.^o, da carta de lei de 24 de novembro de 1904, provisoriamente mandadas vigorar no exercicio de 1906-1907 nos termos do artigo 7.^o da carta de lei de 3 de abril de 1896, pela Portaria de 21 de junho ultimo: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de ministros e guardadas as prescripções do § 9.^o do artigo 1.^o da carta de lei de 30 de junho de 1891 e do artigo 1.^o do decreto n.º 2, de 15 de dezembro de 1894, determinar que no Ministerio dos negocios da fazenda seja aberto um credito especial, devidamente registado na Direcção geral da contabilidade publica, a favor do Ministerio da marinha e ultramar, Direcção geral do ultramar, pela importancia do 250:000\$000 réis, parte do producto do emprestimo emitido nos termos do decreto de 16 de março de 1905, destinada a satisfazer as despesas com as obras da 1.^a secção do plano geral para melhoramentos do porto de Lourenço Marques e construcção do caminho de ferro da Swazilandia, que será inscripta em capitulo novo a addicionar á tabella da despesa extraordinaria do Ministerio da marinha e ultramar, Direcção geral do ultramar, do exercicio de 1906-1907, sob o n.º 4.^o e rubrica seguinte:

Despesas com a construcção do caminho de ferro da Swazilandia — 250:000\$000 réis.

N'este capitulo serão opportunamente inscriptos os creditos abertos, para o mesmo fim e para o corrente exercicio de 1906-1907, por decretos de 16 de julho e de 8 de novembro de 1906, na somma de 500:000\$000 réis.

O Tribunal de contas declarou achar-se este credito nos termos legaes de ser deorado.

O Conselheiro de Estado, presidente do Conselho de ministros, ministro e secretario d'Estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'Estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 4 de abril de 1907. — REI. — *João Ferreira Franco Pinto Castello Branco — José de Abreu do Couto de Amorim Novaes — Ernesto Driesel Schröter — Antonio Carlos Coelho de Vasconcellos Porto. — Ayres d'Ornellas de Vasconcellos — Luiz Cypriano Coelho de Magalhães — José Malheiro Reymão.*

(Diario do Governo n.º 77)

Tendo sido presente a Sua Majestade El-Rei a representação que, por via do governador geral do Estado da India, lhe foi dirigida pela Commissão nomeada em comicio dos proprietarios reunidos nos Paços do municipio de Nova Gôa, reclamando contra a forma da organização do cadastro do concelho das Ilhas de Gôa, Penolém e Corjuém, ultimamente concluido, e o exaggero do rendimento collectavel dos predios, e solicitando

providencias em ordem a que elle não seja approvedo, sem ser rectificado nos devidos termos, e a que os contribuintes não fiquem privados de direito das reclamações e recursos que em materia de impostos lhes são garantidos pelas leis vigentes;

Vistas as informações da Comissão municipal da capital da provincia, do inspector de fazenda, da Direcção das obras publicas e o parecer do procurador da Corôa e Fazenda, que acompanharam os officios do mencionado governador geral do Estado da India sobre o assumpto;

Considerando que do exame de todos estes documentos e dos mencionados officios do governador geral resulta a existência de erros ou falsas apreciações que déram logar ao exaggero do rendimento collectavel, que é unanimemente reconhecido;

Informando o inspector de fazenda que, entre as providencias necessarias sobre o assumpto, se torna impreterivel que ao contribuinte sejam facultadas todas as reclamações e recursos e avaliações contradictorias que lhes garantem as leis vigentes sobre contribuição predial;

Sendo certo, como pondéra o procurador da Corôa e Fazenda, que o regulamento provincial de 12 de setembro de 1904 é antinomico com os regulamentos legaes em vigor sobre a contribuição predial, e carece de ser substituido por um diploma novo que o ponha em harmonia com essas leis e garanta ao proprietario toda a amplitude nas reclamações e recursos contra as classificações do cadastro;

E indicando o governador geral, visto o assumpto ser de toda a gravidade e de grande interesse para a Fazenda e para os povos, a conveniencia de uma nova regulamentação, clara e precisa, promulgada pelo Governo da metropole;

Mas considerando que, embora o cadastro tenha de servir para a formação das matrizes prediaes depois de completo, o processo da sua organização é differente do da organização das ditas matrizes para o lançamento e cobrança da contribuição predial;

Considerando além d'isto, que o regulamento provincial de 12 de setembro de 1904, que ordenou, além do serviço da delimitação dos bens do Estado, a dos predios das differentes corporações, dos particulares e das aldeias e concelhos do mesmo Estado da India, não prescreveu incluir no cadastro quaesquer indicações relativas ao valor e rendimento dos predios; e as reclamações e recursos a que se referem os seus artigos 35.º e 42.º versam sobre assumptos differentes dos que são objecto das reclamações e recursos contra o lançamento da contribuição predial;

Considerando que, mesmo em relação aos trabalhos do cadastro dos bens do Estado, elle não pode considerar-se vigente, como pondéra o governador geral, sem que a classificação dos terrenos tenha definitiva approvação superior, segundo é expresso do artigo 36.º do regulamento approvedo por decreto de 2 de setembro de 1901;

Considerando igualmente que as reclamações e recursos sobre os trabalhos do cadastro não podem deixar de ter tanta ou ainda mais larga latitude com a faculdade de avaliações contradictorias como a têm os que se interpõem contra o lançamento e cobrança da contribuição predial;

Considerando, finalmente, que, sendo o serviço das matrizes da contribuição predial, já estabelecido de ha longos annos, inteiramente differente e independente do da organização do cadastro dos bens do Estado e da delimitação e demarcação da propriedade particular, as quaes, depois de completas e approvadas, serviriam apenas, de futuro, de um novo elemento, embora importante, para a formação das mesmas matrizes, não pode o mesmo serviço ficar suspenso pelo facto de se tentar a remodelação dos outros serviços;

E conformando-se com as indicações apontadas pelo governador geral;

Sua Majestade El-Rei ha por bem determinar o seguinte:

1.º Continuam em vigor no Estado da India as actuaes matrizes prediaes da contribuição predial, devendo o lançamento e cobrança da contribuição predial continuar a serem regulados pelas disposições vigentes e cumprindo que a formação das matrizes, que não esteja concluida, e o aperfeiçoamento successivo das actuaes, se realizem mediante inspecção directa aos predios em conformidade com as leis em vigor;

2.º Continúa em execução, em conformidade com a carta de lei de 9 de maio de 1901, regulamentada pelo decreto de 2 de setembro do mesmo anno, o cadastro ou tombo dos terrenos pertencentes ao Estado, o qual, apenas se ache concluido, e acompanhado da informação do Governo geral, deverá ser submettido á approvação do Governo, como se acha preceituado no artigo 36.º do citado regulamento;

3.º Continúa em execução o serviço da delimitação e demarcação dos predios do Estado, das differentes corporações, dos particulares e das aldeias e concelhos em conformidade com o regulamento approved por Portaria provincial n.º 254, de 12 de setembro de 1904, devendo o cadastro d'estes predios ser organizado nos precisos termos d'este regulamento, sem incluir, portanto, indicações algumas relativas ao seu valor e rendimento, que o mesmo regulamento não manda apresentar; e ficando o governador geral auctorisado a introduzir no mesmo regulamento, nos termos dos artigos 16.º e 30.º do decreto de 1 de dezembro de 1869, as modificações que julgar convenientes no sentido de harmonisal-o com as disposições vigentes e de facilitar as reclamações e recursos aos interessados, em conformidade com os preceitos da boa administração que regulam semelhantes processos;

4.º A fim de serem organisadas novas matrizes prediaes para a garantia de um justo e equitativo lançamento de contribuição predial, o governador geral do Estado da India nomeará uma Comissão composta de pessoas competentes que, tendo em vista os trabalhos cadastraes já executados e os estudos já realizados sobre avaliação de terrenos, e consultando todos os elementos de boa e justa informação, bem como os relatorios e tratados que sobre o assumpto julgar convenientes, apresente um projecto de regulamento para a avaliação do rendimento collectavel de todos os predios, rústicos e urbanos, cultivados e não cultivados, do Estado da India, em que seja fixado para os diversos concelhos e aldeias, e segundo a sua situação, classificação e mais circumstancias que possam influir no seu valor, o rendimento de unidade de superficie, e em que se permittam, indicando a forma de serem apreciadas, todas as reclamações por parte dos interessados, não sómente sobre o rendimento fixado para esta unidade, mas também sobre o rendimento dos respectivos predios; projecto que, depois de ser ouvido sobre elle o Conselho do Governo, será enviado pelo mesmo governador geral ao Governo da metropole com as propostas que entender convenientes, em conformidade com o artigo 17.º do citado decreto de 1 de dezembro de 1869;

5.º Depois de approved este regulamento pelo Governo da metropole e publicado no *Boletim official*, será o mesmo successivamente posto em execução nos diversos concelhos mediante Portaria do governador geral; e em harmonia com elle e com os decretos de 1 de setembro de 1881 e 21 de novembro de 1903 irão sendo successivamente também organisadas as matrizes prediaes. O que, pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao referido governador geral do Estado da India para o seu conhecimento e devida execução.

Paço, em 5 de abril de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(*Boletim official da India* n.º 38)

(Circular). — Ill.º e ex.º sr. — Tendo o Governo da provincia de Cabo Verde solicitado esclarecimentos ácerca da interpretação a dar ao artigo 114.º do regulamento postal de 11 de dezembro de 1902, quanto á concessão de licenças especiaes ou ao abono suplementar dos respectivos vencimentos ao pessoal dos correios ultramarinos, que não haja dado faltas ao serviço durante o anno civil anterior áquelle em que forem requeridas, encarrega-me s. ex.ª o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar de comunicar a v. ex.ª a que, por despacho de 23 do mez findo, exarado no parecer da Junta consultiva do ultramar, fica comprehendido que as disposições do referido artigo 114.º só podem aproveitar aos funcionarios que durante todo o anno civil não tenham soffrido qualquer pena disciplinar, nem dado nenhuma falta ao serviço seja de que natureza fôr.

Deus guarde a v. ex.ª — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, 8 de abril de 1907. — Ill.º e ex.º sr. Conselheiro governador geral do Estado da India. — Pelo director geral, *Antonio Duarte Ramada Curto*.

(*Boletim official da India* n.º 35)

Sendo presentes a Sua Majestade El-Rei os projectos de obras hydraulicas, emprendidos officialmente no Estado da India e cujo objectivo é não sómente o melhoramento do serviço da navegação interna e a resolução de um antigo problema que ainda

ali não está resolvido, como é o abastecimento da agua na cidade de Nova Gôa, mas tambem o serviço da hydraulica agricola, com o fim de promover a accumulção da agua das chuvas para ser empregada na rega de terrenos durante a estiagem, beneficio importante que desde muito estão reclamando as condições agricolas e economicas da provincia;

Considerando que os projectos relativos a reservatorios de aguas são do interesse particular das respectivas Communidades agricolas de aldeias; e o resto das obras e melhoramentos que pertencem e interessam directamente ao Estado são orçados em réis 182:200\$000;

Considerando que todas estas obras, apesar da sua importancia e urgencia, não podem e não devem ser executadas simultaneamente, a fim de evitar uma demasiada procura de braços e a crise economica que se seguiria á conclusão d'ellas;

Considerando que d'esta maneira os projectados melhoramentos podem ser realisados por meio de recursos proprios do Estado, sendo a despesa respectiva custeada pelo producto da venda, já auctorizada por decreto com força de lei de 15. de setembro de 1880, das numerosas pequenas propriedades e terrenos do Estado espalhados por varias localidades dos concelhos de Gôa, dos terrenos actualmente desaproveitados e sem destino determinado que tinham sido expropriados para o estabelecimento das extinctas estações destillatorias officiaes dos espiritos indigenas, dos redditos dos denominados *interesses* ou *acções* de Communidades agricolas que o Estado possui e dos fóros do chamado *Palmar Ponte e Japão*, de Pangim, que ainda restam de ser remidos nos termos da carta de lei de 10 de junho de 1867 e respectivo regulamento de 20 de abril de 1870;

Considerando, porém, que, não obstante haver nas indicadas vendas os recursos sufficientes para a realisação dos projectados melhoramentos, cumpre attender em todo o caso á conveniencia de não forçar a praça com a pressa de realisar as referidas vendas; ao contrario ha toda a vantagem em promover-as mediante a maxima publicidade e com prazos largos para o inteiro conhecimento da população indo-portugueza que constitue a nossa importante e numerosa colonia no Imperio inglez da India; — condições em que, para occorrer a possiveis urgencias, se pode inscrever a necessaria verba no proximo futuro orçamento da receita e despesa das provincias ultramarinas;

Considerando, finalmente, que, embora os projectos das obras dos reservatorios de interesse particular das Communidades agricolas de aldeia não devam correr por conta do Estado, é certo que d'esses melhoramentos e do incremento da respectiva agricultura lhe resultarão, bem como ás suas receitas e á riqueza publica, assignaladas e incontestaveis vantagens; e tambem lhe cumpre auxilia-las de sua parte para que ellas possam lançar mão d'aquelles uteis empreendimentos;

E visto o parecer interposto sobre o assumpto pela Commissão superior technica das obras publicas do ultramar;

Ha por bem o mesmo Augusto Senhor determinar o seguinte:

1.º E' concedida approvação aos mencionados projectos de obras hydraulicas e auctorizada a execução das mesmas obras, que se acham orçadas na importancia total de 182:200\$000 réis, e vão em seguida designadas:

- a) Melhoramentos nas tres aldeias que o Estado possui no concelho de Salsete;
- b) Idem, no canal de Parodá;
- c) Idem, no canal de Combarjúa e no rio Zuary;
- d) Idem, no rio Mapuçá;
- e) Idem, no canal de Tivim;
- f) Abastecimento de agua em Pangim;

2.º Todas estas obras ficarão a cargo da Direcção das obras publicas do Estado da India, devendo umas ser effectuadas por administração directa, e as outras, por empreitadas geraes ou parciaes, como as do aprofundamento do canal de Combarjúa e da abertura do canal de Tivim, as dragagens no rio de Mapuçá e o assentamento da tubagem para o abastecimento de agua em Pangim;

3.º A execução das referidas obras será levada a effeito gradualmente umas apóz outras, principiando pela que fôr mais urgente e devendo esta graduacão ser estabelecida por ordem da sua urgencia relativa em Portaria do Governo geral da provincia, sob consulta das Estações locais competentes e com o voto do Conselho do Governo;

4.º A fim de fazer face á despesa necessaria para a execução d'estas obras é exclusivamente destinado o producto da venda dos terrenos e propriedades que o Estado

possue em varios concelhos do districto de Gôa, dos terrenos desaproveitados em que estavam collocadas as extinctas estações destillatorias officiaes dos espiritos do abkari, dos sapaes e terrenos do Estado proprios para edificações, dos *interesses* ou *acções* das Comunidades agricolas na posse do Estado e dos fóros do *Palmar Ponte* e *Japão*, de Pangim;

5.º Serão tambem de futuro destinados a occorrer aos encargos resultantes da referida despesa o rendimento que provier dos melhoramentos calculados, e o producto do imposto local de portagem que terá de ser opportunamente creado nos termos do n.º 12.º d'esta Portaria;

6.º As vendas auctorisadas no n.º 4.º serão tambem levadas a effeito gradual e successivamente, sendo precedidas de anuncios expedidos com grande antecipaçaõ e mandados publicar, tanto nos jornaes da provincia, como nos principaes jornaes da cidade de Bombaim, de modo que tenham a mais larga publicidade e aos pretendentes á compra seja facilitado um praso sufficientemente disponivel para poderem concorrer;

7.º Para os casos em que, por não se terem realisado as vendas de que trata o artigo antecedente, seja indispensavel algum recurso, será inscripta no proximo orçamento uma verba de 25 contos de réis destinada ás despesas mais urgentes, e serão superiormente auctorisadas as operações que se tornarem necessarias com applicação ao mesmo fim;

8.º O producto das vendas a que se referem os n.ºs 4.º e 6.º, á proporção que se forem gradualmente effectuando, irá sendo successivamente depositado na agencia do Banco nacional ultramarino em Nova Gôa, á ordem do governador geral.

9.º E' expressamente prohibido distrahir com applicação diversa as importancias designadas n'esta Portaria para occorrer ás obras n'ella auctorisadas;

10.º São egualmente approvados os projectos de trabalhos de hydraulica agricola nos quatro reservatorios de Chimbél, de Carambolim e Gorqui-Tolém, de Gancim e de Bondvoil em que são directamente interessadas as respectivas Comunidades agricolas da aldeia;

11.º Opportunamente o governador geral da India convidará as Comunidades agricolas directamente interessadas nos trabalhos dos quatro reservatorios, de que trata o n.º antecedente, a examinarem os respectivos projectos e a reunirem as suas assembleias geraes para deliberarem sobre a execuçaõ das obras necessarias e sobre a maneira de crear recursos para occorrer ás despesas pelos meios facultados nos seus estatutos e regulamentos;

Esses projectos serão offerecidos gratuitamente ás mesmas associações; e, creados os recursos, as respectivas obras serão por ellas executadas nos termos das disposições dos seus regulamentos e estatutos, mas sob a fiscalisação do governador geral do Estado da India, pela Direcção das obras publicas do mesmo Estado.

12.º A' medida que ficarem completas as obras de cada um dos canaes mencionados no n.º 1.º d'esta Portaria, será estabelecido o respectivo imposto local de portagem a que se refere o n.º 5.º, o qual será fixado pelo governador geral, depois de ouvidas as Estações competentes, com o voto affirmativo do Conselho do Governo e sujeito á approvação do Governo da metropole. A sua cobrança principiará depois de os canaes melhorados serem abertos ao uso e exploração do publico e será feita por meio de adjudicação em hasta publica.

O que tudo, pela Secretaria de Estado dos negocios da marinha eultramar, se comunica ao governador geral do Estado da India para o seu conhecimento e devida execuçaõ.

Paço, em 9 de abril de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Boletim official da India n.º 38).

Sendo conveniente tornar extensivo á estação postal de Chai-Chai, na provincia de Moçambique, o serviço de permutação de fundos por intermédio do correio: hei por bem nos termos dos decretos de 19 de outubro de 1900 e 27 de novembro de 1902, auctorisar a referida estação postal a permutar vales provinciaes, devendo este serviço começar a executar-se no dia 1 de julho do corrente anno.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 11 de abril de 1907. = REI. = *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo n.º 84).

Usando da auctorisação conferida pela base IX da carta de lei de 24 de dezembro de 1906: hei por bem decretar a reorganisação da Secretaria de Estado dos negocios da marinha, que faz parte d'este decreto e baixa assignada pelo Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar que assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 11 de abril de 1907. = REI. = *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

Reorganisação da Secretaria de Estado dos negocios da marinha

Artigo 1.º O ministro da marinha dirige superiormente todos os serviços de marinha, por intermédio das seguintes divisões autonomas da Secretaria de Estado dos negocios da marinha:

- 1.ª A Repartição do gabinete;
- 2.ª A Majoria general da armada;
- 3.ª A Direcção geral da marinha;
- 4.ª A Administração dos serviços fabris.

Repartição do gabinete

Art. 2.º É instituida a Repartição do gabinete, a que incumbe o registo e distribuição de toda a correspondencia directamente dirigida ao ministro ou á propria Repartição, e bem assim as relações e respectiva correspondencia com quaesquer entidades, quando os assumptos não forem das attribuições especiaes de qualquer outra Repartição.

Art. 3.º A Repartição do gabinete é constituída por Portaria régia, em completa independencia de quaesquer outros serviços, cabendo ao ministro a livre escolha do respectivo pessoal, que d'essa situação não poderá ser deslocado por outro motivo senão por demissão ou exoneração concedida pelo mesmo ministro.

Art. 4.º A Repartição do gabinete é composta por:

- 1 chefe do gabinete, official superior da armada;
- 1 ajudante de campo, official subalterno da armada;
- 1 official ás ordens, idem;
- 1 secretario particular, official subalterno de qualquer classe da corporação da armada, funcionario publico de qualquer Secretaria, ou individuo da classe civil não funcionario.

§ unico. Tambem pode servir na Repartição do gabinete um amanuense destacado de qualquer das Secretarias de Estado.

Art. 5.º Todo o pessoal da Repartição do gabinete está sob as immediatas ordens do ministro, que por elle distribue os diferentes serviços da Repartição, e é responsavel para com o ministro, directamente, por todas as communicações officiaes ou privadas, verbaes ou escriptas, que fizer.

Art. 6.º Todo o pessoal da Repartição do gabinete é contado como em commissão ordinaria de serviço da sua arma ou quadro, com direito a perceber todos os vencimentos de effectividade que como tal lhe pertençam pelo orçamento geral do Estado.

Majoria general da armada

Art. 7.º O major general da armada exerce o commando superior em materia disciplinar e de serviço com respeito ás forças navaes constituídas, aos officiaes e praças da armada em qualquer situação não especificada por lei em contrario.

Art. 8.º A Majoria general da armada, como quartel-general de marinha, completa-se com os seguintes officiaes :

- a) 1 contra-almirante ou capitão de mar e guerra com tirocinio, chefe do estado maior general da armada;
- b) 2 capitães de fragata, chefes de Repartição;
- c) 1 official hydrographo, ou official da armada com pratica de trabalhos hydrographicos, chefe da Repartição de hydrographia;
- d) 2 capitães-tenentes, sub-chefes de Repartição;
- e) 1 medico naval sub-chefe, chefe de secção;
- f) 4 primeiros-tenentes, ou segundos tenentes com tirocinio, adjuntos;
- g) 2 primeiros-tenentes, ou segundos-tenentes com tirocinio, ajudantes de ordens do major general da armada;
- h) 1 primeiro-tenente, ou segundo-tenente com tirocinio, ajudante de ordens do chefe do estado maior, quando este fôr contra-almirante.

§ 1.º O medico naval inspector e o machinista chefe servirão como adjuntos á Majoria general da armada.

§ 2.º Adjunto á Majoria general da armada servirá o auditor de marinha, que accumulará este cargo com o de consultor, dependente da Direcção geral da marinha, nos termos dos artigos 242.º, 243.º e seus paragraphos do decreto com força de lei de 1 de setembro de 1899.

§ 3.º O chefe do estado maior general é substituido nos seus impedimentos pelo chefe de Repartição mais antigo.

Art. 9.º A Majoria general da armada terá uma Secretaria, cujo serviço será dirigido e inspecionado pelo chefe do estado maior general, composta por tres Repartições, pela seguinte forma :

1.ª Repartição -- Pessoal, e serviço de saude naval.

2.ª Repartição — Instrucção naval, disciplina, justiça militar naval, informações, e publicações regulamentares.

3.ª Repartição — Assumptos referentes á hydrographia, e todos os de immediato interesse para a navegação.

Art. 10.º O Conselho superior de saude naval reúne e consulta por ordem da Majoria general da armada, ou por iniciativa propria, obtida auctorisação do major general da armada.

Art. 11.º Os officiaes da armada sem collocação immediata podem ser empregados como adjuntos a qualquer das divisões autonomas a que se refere o artigo 1.º do presente decreto.

Direcção geral da marinha

Art. 12.º Á Direcção geral da marinha incumbe a parte administrativa dos serviços da armada, aquisição e reparação do material naval, departamentos maritimos e capitancias dos portos, marinha mercante e pescas, serviços de pharões e construcções civis da marinha.

Art. 13.º A Direcção geral da marinha terá uma Secretaria a cargo da qual ficará o expediente dos serviços designados no artigo anterior, distribuidos por seis Repartições pela forma seguinte :

1.ª Repartição — Aquisição e reparação de material naval;

2.ª Repartição — Departamentos maritimos e capitancias dos portos; marinha mercante e pescas.

3.ª Repartição — Pharões.

4.ª Repartição — Construcções civis.

5.ª Repartição — Fiscalisação naval.

6.ª Repartição — Archivo geral das divisões autonomas designadas no artigo 1.º.

Art. 14.º A actual Commissão de pescarias, creada por Portaria de 20 de agosto de 1878 e reorganizada por decreto de 17 de agosto de 1901, funciona junto á Direcção geral da marinha.

Art. 15.º A Commissão technica de artilharia naval, organizada por decreto de 29 de dezembro de 1898, funciona junto á Direcção geral da marinha.

Art. 16.º O pessoal da Direcção geral da marinha completa se com :

- a) 3 capitães de fragata ou capitães-tenentes, chefes da 1.ª, 2.ª e 5.ª Repartições;

b) 1 official hydrographo, ou official da armada com pratica de trabalhos hydrographicos, chefe da 3.^a Repartição;

c) 2 engenheiros civis ou militares, chefe e sub-chefe da 4.^a Repartição;

d) 3 capitães-tenentes ou primeiros-tenentes, sub-chefes da 1.^a, 2.^a e 3.^a Repartições;

e) 1 commissario inspector, sub-chefe da 5.^a Repartição;

f) 1 primeiro-tenente, ou segundo-tenente com tirocinio, adjunto;

g) 1 primeiro-tenente, ou segundo-tenente, com tirocinio, ajudante de ordens do director geral da marinha.

h) 1 official do quadro de auxiliares do serviço naval, archivista encarregado da 6.^a Repartição,

§ unico. Um engenheiro constructor naval e um machinista naval sub-chefe servirão como adjuntos á Direcção geral da marinha.

Art. 17.^o Em materia de administração, á Direcção geral da marinha, sob a direcção superior do ministro, cabe prover por meio dos recursos postos á sua disposição pelo Estado ás necessidades constantes, regulares e accidentaes, quer do material, quer do pessoal que faz parte da marinha de guerra. Abrange no seu todo a criação, a repartição e a vigilancia dos meios para satisfazer ao pagamento das despesas, e para o estabelecimento das contas; e a sua acção desenvolve-se em dirigir as operações, examinar o resultado d'ellas e apresentar as contas.

Art. 18.^o Como delegados d'esta administração central, nas estações e estabelecimentos dependentes do Ministerio da marinha e nos navios surtos no Tejo, armados ou em meio armamento, serão creados, sem augmento de despesa, Conselhos administrativos para superintenderem e fiscalisarem as despesas auctorisadas para os respectivos serviços, nos termos da legislação existente para os navios em commissão de serviço fóra do porto de Lisboa.

Art. 19.^o O Governo regulamentará o funcionamento d'estes Conselhos administrativos e a escripturação e fiscalisação das despesas em que elles superintendem, no sentido de melhorar e aperfeiçoar a referida organização, dentro dos preceitos legais em vigor.

Art. 20.^o Os Conselhos administrativos não poderão exceder as verbes orçamentaes respectivas, e serão responsaveis, nos termos da lei, pela applicação d'essas verbas.

Art. 21.^o A fiscalisação technica e administrativa de todos os actos dos Conselhos administrativos de marinha, bem como de todas as despesas, quer pecuniarias quer de material, será commettida a uma inspecção de fiscalisação naval.

Art. 22.^o Esta fiscalisação será exercida por uma Commissão permanente liquidatoria de responsabilidades composta do:

a) Director geral da marinha, presidente;

b) Chefe da Repartição de contabilidade de marinha, vogal;

c) Chefe da Repartição de fiscalisação naval, vogal;

d) Um official superior do corpo dos officiaes da administração naval, vogal secretario.

§ 1.^o Os pareceres da Commissão são tomados em conferencia, lavrando-se acta das suas decisões.

§ 2.^o O expediente d'esta Commissão será exercido pela 5.^a Repartição da Direcção geral da marinha.

§ 3.^o Sempre que a Commissão o julgar conveniente, consultará os diversos chefes de serviço na sua especialidade.

Art. 23.^o Compete á Repartição de fiscalisação naval:

a) A verificação e o ajustamento de responsabilidades;

b) Centralisar todos os serviços de expediente da fiscalisação naval e da Commissão permanente liquidatoria de responsabilidades, e a verificação, ajustamento e coordenação de contas dos responsaveis para com a Fazenda por valores materiaes.

Art. 24.^o A Repartição de fiscalisação naval é composta de:

a) 1 chefe, official superior de marinha militar;

b) 1 sub chefe, official superior da administração naval;

c) dois dos officiaes mais antigos de cada classe da administração naval com tirocinios completos;

d) os officiaes da administração naval desembarcados sem commissão;

e) os auxiliares do serviço naval e empregados civis disponíveis, e os officiaes do corpo de administração naval reformados, que ali queiram e possam prestar serviço.

Art. 25.º Esta Repartição ministrará todos os elementos e informações para que a contabilidade geral do Ministerio possa desempenhar os serviços que lhe são commettidos nos termos do regulamento geral da contabilidade publica.

Art. 26.º Todas as despesas de qualquer ordem ou natureza, effectuadas pelas administrações secundarias de marinha, só depois de submittidas ao exame da Commissão serão, nos termos da lei geral da contabilidade publica, definitivamente auctorisadas, liquidadas e ordenadas.

Art. 27.º Para a verificação e ajustamento das responsabilidades serão apresentados á Commissão os documentos comprovativos da receita e despesa.

Art. 28.º Como delegado da Commissão, exercerá as funcções de inspector fiscal, com as attribuições que lhe forem designadas, o secretario da Commissão permanente liquidatoria de responsabilidades designado na alinea d) do artigo 22.º

Art. 29.º Como delegado da Commissão, prestará serviço na Repartição de contabilidade de marinha um commissario de 1.ª ou 2.ª classe, que coadjuvará no serviço de fiscalisação e liquidação de contas.

Art. 30.º Por determinação do ministro ou por proposta da Direcção geral da marinha auctorisada por aquelle, serão examinadas ou mandadas examinar as escripturações de quaesquer Conselhos administrativos navaes, quer no continente do reino e ilhas, quer nas divisões ou estações navaes.

Administração dos serviços fabris

Art. 31.º A Administração dos serviços fabris incumbe a construcção e reparação do material naval superiormente auctorisado, reparações a conservação do armamento naval, factura e concerto do apparelho e velame.

Art. 32.º A Administração dos serviços fabris terá sob a sua dependencia as Direcções de:

- a) Construcções navaes;
- b) Cordoaria nacional, apparelho e velame;
- c) Material de guerra;
- d) Depositos de marinha;
- e) Serviços maritimos.

Art. 33.º Todos os trabalhos confiados á Administração dos serviços fabris serão feitos segundo as auctorisações superiormente concedidas sobre os orçamentos por ella formulados, e sob a responsabilidade do seu Conselho de gerencia, que será composto dos:

- a) administrador dos serviços fabris, presidente;
- b) directores de serviços, vogaes;
- c) um commissario naval, secretario.

§ 1.º A aquisição de todo o material de construcção, apparelhos motores e auxiliares para as officinas e para os navios, ferramentas, utensilios, material electrico, e, em geral, de todos os artigos de material fixo necesarios para completa promptificação fabril de navios em construcção ou reparação, será feita directamente pelos Conselhos administrativos das Direcções por onde sejam executados os respectivos trabalhos.

§ 2.º Em regulamento especial será indicado o pessoal que constitue a Administração dos serviços fabris.

Disposições diversas

Art. 34.º Ao major general da armada, ao director geral da marinha e ao administrador dos serviços fabris incumbe:

1.º Despachar directamente com o ministro sobre todos os assumptos relativos ás divisões autonomas que respectivamente dirigem, fazendo que estejam instruidos com o parecer escripto das competentes Repartições ou Direcções, e com a sua propria informação;

2.º Accordar em conferencia prévia ao despacho ministerial, e instruir com os pareceres de todos, os assumptos que interessem a mais de uma das referidas divisões autonomas, cabendo a apresentação do processo áquelle em cuja divisão tiver tido origem;

3.º Expedir as ordens que resultem d'esse despacho;

4.º Ordenar a factura dos diplomas que devam subir á assignatura superior, relativos a assumptos a cargo das suas respectivas divisões autonomas.

Art. 35.º O major general da armada será um vice-almirante, o director da geral da marinha e o administrador dos serviços fabris serão vice-almirantes ou contra-almirantes, todos da livre escolha do Governo, e sem praso de tempo marcado para o exercicio d'esses cargos.

§ unico. Os referidos cargos serão considerados, para todos os effeitos, commissões de commando.

Art. 36.º Os cargos de major general da armada, director geral da marinha, administrador dos serviços fabris, chefe do estado maior general da armada, directores de serviços e chefes de Repartição, serão providos por nomeações em decreto. Todos os outros cargos serão providos por nomeações em Portaria régia.

Art. 37.º Os cargos de chefes e sub chefes de Repartições da Majoria general da armada e da Direcção geral da marinha serão considerados, para effeito de escalas de serviços, equivalentes a commissões de embarque no Tejo, e deverão recahir de preferencia em officiaes já habilitados com o tirocinio para promoção ao posto immediato.

Art. 38.º E' mantida ao pessoal artistico da officina de instrumentos de precisão, que passa a ficar sob a direcção do chefe da 3.ª Repartição da Majoria general da armada, a actual situação com os mesmos vencimentos.

Art. 39.º São extinctas as actuaes Majoria general da armada, Direcção geral da marinha, Inspecção do arsenal da marinha e sua secretaria, Direcção dos serviços maritimos, Direcção do material de guerra da marinha, Direcção technica do arsenal da marinha, Direcção da fabrica nacional da cordoaria, Commissão de compras, e os actuaes Depósitos de marinha.

Art. 40.º O Governo mandará elaborar os regulamentos internos de serviço necessarios á rapida implantação da presente reorganisação.

Art. 41.º O pessoal civil existente nas extinctas Majoria general da armada e Direcção geral da marinha continúa fazendo serviço nas novas divisões autonomas, creadas pelo presente decreto.

Art. 42.º Fica revogada a legislação em contrario.

Paço, em 11 de abril de 1907. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos.*

(Diario do Governo n.º 87).

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.º 92, de 1 de março ultimo, sequencia do n.º 592, de 1 de outubro do anno passado, encarrega-me o ex.^{mo} Ministro dos negocios da marinha e ultramar de communicar a v. ex.^a, que sómente carecem de confirmação por decreto régio os despachos de empregados aduaneiros feitos por Portaria régia ou Portaria provincial, por serem provisorios nos termos do § 1.º do artigo 15.º da organisação de 25 de outubro de 1899, sendo definitivos os feitos por decreto régio, forma esta que se adoptou desde 1903 para as promoções, cuja base é a aptidão e idoneidade reconhecidas, para facilitar a immediata inscripção no Montepio official, desde 1902 obrigatoria para os funcionarios aduaneiros de Africa oriental, logo que elles atinjam o vencimento de categoria exigido para isso.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em 12 de abril de 1907. Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. Conselheiro governador geral da provincia de Angola. — O director geral, *F. F. Dias Costa.*

(Boletim official de Angola n.º 29.)

Convinde estabelecer a interpretação que deve ser dada ao § unico do artigo 33.º do Codigo de justiça militar, manda Sua Majestade El-Rei publicar a consulta, de 13 de abril do corrente anno, do Supremo Conselho de justiça militar sobre tal assumpto:

Supremo Conselho de justiça militar — n.º 11 — Senhor. — Ao Supremo Conselho de justiça militar foi presente a Portaria de 14 de março de 1907, expedida pela Secretaria d'Estado dos negocios da marinha e ultramar, em que Vossa Majestade determina que, tendo-se o Conselho de guerra da provincia de Angola abtido de condemnar o sol,

dado do batalhão disciplinar, Manuel Francisco Braz, que se achava n'aquella provincia cumprindo a pena de deportação por cinco annos imposta no reino, apesar de ter sido dado como provado o crime de que era accusado, com o fundamento de não poder ser-lhe augmentada essa pena, que estava já no seu maximo, consulte este tribunal sobre se o referido Conselho de guerra procedeu erradamente na interpretação do § unico do artigo 33.º do Codigo de justiça militar, e no caso affirmativo qual o procedimento a haver para com o dito soldado e outras praças que deixaram igualmente de ser condemnadas pelo mesmo motivo.

Acompanharam a consulta o processo instaurado em Loanda contra o soldado Manuel Francisco Braz e outros, um officio do ex.^{mo} governador geral relativo a esse processo, a copia de uma nota dirigida á respectiva Secretaria pelo commandante do batalhão disciplinar, e o parecer do chefe da 4.^a Repartição da Direcção geral do ultramar.

O assumpto a que esta consulta se refere é bastante melindroso, attentas as difficuldades a qua a redacção deficiente e obscura do § unico do artigo 33.º do Codigo de justiça militar tem dado lugar.

Como preliminar convem ter presente o seguinte :

O Codigo de justiça militar de 10 de janeiro de 1895 no § unico do artigo 34.º admittia, em regra, no caso de successão de crimes, as penas successivas. Isto deu lugar a inconvenientes a que se procurou obviar no novo Codigo.

Com esse intuito acabou-se ahi com essas penas, cortando se a parte que lhes dizia respeito e substituindo-se o § unico do artigo 34.º do Codigo de 1895 pelo § unico do artigo 33.º do codigo de 1896.

Importa accentuar ainda que a redacção d'este § unico do artigo 33.º, que vem na edição de 1899 para o ultramar, está bem. A da edição do Ministerio da guerra feita em 1897 é que está errada, como se fez sentir já nos accordãos d'este Supremo Conselho de 26 de janeiro de 1899, 14 de dezembro de 1899 e 31 de agosto de 1905. Conforme se disse ahi, quando as disposições legaes divergem nas differentes edições, a que prevalece é a que se ajusta com o texto official da lei publicado no *Diario do Governo* e ordem do exercito, e aquelle no seu n.º 120 de 9 de maio de 1896, e esta no n.º 11 da 1.^a serie do mesmo anno traz esse paragrapho pela forma por que vem na edição do ultramar de 1899.

Não houve pois n'isso erro, mas proposito por se ter votado a eliminação das penas successivas. E por esse motivo não procedem as considerações que a tal respeito se fazem no officio do governador geral e na nota do commandante do batalhão disciplinar.

Posto isto vejamos qual a interpretação a dar a essa provisão legal.

Não se encontrava a materia consignada no artigo 33.º e seu § unico do Codigo de justiça militar vigente incluída no Codigo penal ordinario de 10 de dezembro de 1852, e, consequentemente, não foi transportada, com ou sem modificações, para o Codigo de justiça militar de 9 de abril de 1875, que n'aquelle se baseou ao compendiar as regras e preceitos contidos no seu livro I, respectivo aos delicto e penas.

Foi o Codigo penal ordinario de 16 de setembro de 1886 que estabeleceu novas regras para definir os diversos casos de reincidencia, classificando-os em dois agrupamentos, o primeiro dos quaes, definido no artigo 35.º, foi designado pelo sobredito termo de reincidencia, e o segundo, definido no artigo 37.º, pelo de successão de crimes.

Por Portaria de 30 de junho de 1886 nomeou o Governo uma Commissão composta de magistrados e officiaes do exercito para proceder á revisão do Codigo de justiça militar, harmonisando as disposições d'este com as da reforma penal de 1884.

Como uma das consequencias d'esta determinação appareceu no Codigo de justiça militar, approvado por carta de lei de 13 de maio de 1896, a reincidencia militar igualmente dividida em dois egrupamentos, o primeiro dos quaes, definido no artigo 32.º, continúa a ser designado pelo termo de reincidencia, e o segundo, definido no artigo 33.º, pelo de successão de crimes.

Por esta simples exposição se vê que o intento do legislador foi, effectivamente, o de harmonisar a lei militar com a civil, como havia sido recommendado na Portaria de 30 de junho de 1886.

Na lei penal de 16 de setembro de 1886, ao prescrever-se no artigo 101.º a regra a seguir na applicação das penas no caso de successão de crimes communs, differenciaram-se tres casos :

1.º Sendo applicavel pena mais grave do que a estabelecida na lei para o crime

pelo qual já tivesse havido condenação passada em julgado, observar-se hiam as regras estabelecidas para a reincidência;

2.º Sendo applicavel a mesma pena, seria esta applicada no maximo da sua aggravação, se fôr pena fixa, e aggravada segundo as regras geraes, mas nunca inferior um terço da sua duração maxima, se fôr temporaria;

3.º Sendo applicavel pena menos grave, será applicada esta, aggravando-se segundo as regras geraes.

Na lei militar, ao determinar no § unico do artigo 33.º a regra a seguir na applicação das penas no dito caso de successão de crimes, preceituou-se, analogamente, mas em termos mais breves, o seguinte :

— Augmentar-se a pena do primeiro crime, se fôr superior á que por lei corresponda ao crime praticado posteriormente, e, no caso contrario, applicar-se aggravada a pena do segundo crime. *A pena imposta não poderá exceder, em caso algum, o maximo da mesma pena estabelecida na lei.*

A parte precedentemente sublinhada é que tem dado origem á disparidade da jurisprudencia. Ao passo que uns entendem que o aggravamento preceituado no § unico do artigo 33.º não pode exceder o maximo da pena correspondente ao primeiro ou segundo crime, conforme a sua gravidade, outros entendem que o aggravamento referido tem por limite, não o maximo da pena correspondente aos ditos crimes, mas o maximo da aggravação de pena em absoluto.

Exemplificando: para um caso de deserção em tempo de paz, a que corresponde a pena de deportação militar, entendem os primeiros que no caso de successão de crimes se não pode aggravar a deportação além de cinco annos, que é o maximo correspondente á pena de deserção (n.º 1.º do artigo 128.º), emquanto os segundos admittem o aggravamento até dez annos, que é o maximo da sua duração (artigo 21.º).

Desde que a lei commum serviu de base á revisão da lei militar, e ainda pelo proprio principio de hermeneutica juridica que, nos casos de divergencia, manda interpretar a lei especial pelos principios consignados na lei geral, não parece a este tribunal que seja admissivel a interpretação da lei militar seguida pelo Conselho de guerra de Loanda.

Assim, como regra, no caso de successão de crimes manda o principio da harmonia na interpretação das leis penaes que o aggravamento das penas seja referido ao seu maximo absoluto, e não ao maximo relativo aos differentes crimes a que ellas são applicaveis.

E' este mesmo principio o que se encontra estabelecido no artigo 93.º do Codigo penal ordinario, que diz textualmente o seguinte : «As penas temporarias de prisão maior e de grado aggravam-se e attenuam-se unicamente quanto á duração dentro do maximo e minimo das mesmas penas».

Portanto, ou seja pelo principio da harmonia entre a lei commum e a lei militar, a qual serviu de base á revisão do Codigo de justiça militar, ou pela propria natureza do direito geral militar, que de sua natureza deve ser mais inflexivel e severo do que o direito commum nos casos de reincidencia ou successão de crimes, para que a repressão seja efficaz, é opinião d'este tribunal que o Conselho de guerra de Loanda errou na sua sentença de 9 de outubro de 1906.

Nem o accordão por elle citado d'este Supremo Conselho, de 31 de agosto de 1905, tal autorisava. Ao contrario o accordão de 30 de outubro de 1905, junto por copia sob o n.º 3, onde se versou um caso em circumstancias perfeitamente identicas ás do processo do reu Manoel Francisco Braz, estabeleceu claramente a doutrina da pena de deportação poder ser elevada ao limite maximo de dez annos do artigo 21.º, quando pela successão de crimes se tornasse necessario eleva-la até ahi para os delictos perpetrados pelos deportados não ficarem impunes.

As sentenças do reu Manoel Francisco Braz, e das mais praças nas mesmas condições, têm de ser respeitadas por haverem transitado em julgado.

Convirá, porém, ordenar ao Ministerio publico que recorra sempre para este Supremo Conselho, quando se dêem casos identicos, a fim das respectivas sentenças serem submettidas á apreciação d'esta superior instancia. E importará tambem que sejam attendidas as reclamações do ex.^{mo} governador geral de Angola para que a provincia seja dotada com os estabelecimentos penaes, de que tanto precisa para que os delinquentes possam cumprir as penas que lhe forem applicadas.

Sala das conferencias do Supremo Conselho de justiça militar, 13 de abril de 1907. — *José Frederico Pereira da Costa*, general de divisã reformado, presidente — *Cypriano Lopes de Andrade*, vice-almirante — *Sebastião de Sousa Dantas Baracho*, general de brigada — *José Estevão de Moraes Sarmiento*, general de brigada — *José A. Pimenta de Avellar Machado*, general de brigada — *João Augusto Botto*, contra-almirante — *Françisco Roberto de Araujo Magalhães Barros*.

(*Diário do Governo* n.º 152).

Sendo-me presente a consulta do Supremo tribunal administrativo ácerca do recurso n.º 12:550, em que é recorrente *Mac Intosh Findlay & C.^a* (firma commercial da praça de Lourenço Marques), recorrido o governador geral da provincia de Moçambique, e de que foi relator o Conselheiro de Estado, vogal effectivo, *Julio Marques de Vilhena*;

Mostra-se que em 23 de novembro de 1904 a firma recorrente requereu perante o governador geral da provincia de Moçambique que lhe fôsse dado titulo de aforamento sobre a parte em que se acha constituido o arrendamento, feito por contracto de 3 de fevereiro de 1903, de um terreno na margem esquerda do porto de Lourenço Marques, para montante da ponte neerlandeza, nos termos do decreto com força de lei de 13 de agosto de 1902;

Mostra-se que este requerimento foi indeferido em 21 de junho de 1905, vindo d'este despacho o presente recurso, com os seguintes fundamentos:

1.º Que o referido contracto é um titulo de arrendamento;

2.º Que n'estes termos está o recorrente ao abrigo do artigo 5.º do decreto de 21 de setembro de 1904, ou do artigo 2.º do decreto de 15 de julho de 1903, e, portanto, com o direito de o transformar em contracto de aforamento;

Mostra-se que, ouvida a auctoridade recorrida, allegou esta em opposição que não é o assumpto da competencia do contencioso administrativo, porque se trata de uma questão sobre direitos emergentes de um contracto, considerando a recorrente como direito emergente da licença da occupação o da conversão d'ella em aforamento, e que quando o fôsse não é lícito concluir que o artigo 5.º do decreto de 21 de setembro de 1904 auctorise transformação d'essas licenças em aforamento:

O que visto e o parecer do Ministerio publico;

Considerando que o primeiro ponto que ha a decidir é saber qual é a natureza do contracto de 3 de fevereiro de 1903, isto é, se é ou não um verdadeiro contracto civil de arrendamento, ou uma simples concessão de licença para occupação de terrenos;

Considerando que não compete ao contencioso administrativo apreciar a natureza do contracto, verificando se elle tem, ou não, validade como contracto de arrendamento, nem os direitos d'elle emergentes para quaesquer effectos que os pactuantes pretendam dar-lhes (decreto de 2 de setembro de 1901, artigo 1.º, n.º 2.º):

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, rejeitar o recurso por não ser da competencia d'este Supremo tribunal.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 18 de abril de 1907. — REI — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(*Diário do Governo* n.º 90.)

Attendendo ao que me representou a Camara municipal de Benguela, com informações favoraveis do governador do districto e do governador geral da provincia, pedindo para ser concedida a isenção de direitos ao material destinado ás installações de luz electrica, a que se refere o contracto approved por decreto de 27 de junho de 1906 e que não esteja ao abrigo das isenções fixadas nas pautas de 16 de abril de 1892 e aclaradas pela régia Portaria de 11 de novembro de 1904;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros; e

Usando da auctorisação concedida ao Governo pelo § 1.º do artigo 15.º do Acto additional á Carta constitucional da monarchia de 5 de de julho de 1852:

Hei por bem decretar o seguinte :

Artigo 1.º É concedida a isenção de direitos a todo o material e mais accessorios, não isentos por lei, que o concessionario da illuminação electrica em Benguella, a que se refere o decreto de 27 de junho de 1906, haja de importar, seja qual fôr a sua procedencia, com destino á installação e funcionamento inicial da illuminação, ficando as importações posteriores sujeitas ao regimen pautal vigente de 16 de abril de 1892, com as aclarações da régia Portaria de 11 de novembro de 1904.

§ unico. A disposição d'este artigo não envolve isenção do pagamento dos emolumentos, que sejam legalmente devidos aos funcionarios aduaneiros, nem dispensa das formalidades de despacho.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 18 de abril de 1907. — REI. — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo, n.º 88).

Sendo de reconhecida conveniencia alterar os typos e algumas taxas de sêllos e mais formulas de franquia postaes do ultramar actualmente em vigor: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os sêllos e mais formulas de franquia para as colonias de Africa serão das taxas de 2 1/2, 5, 10, 20, 25, 50, 75, 100, 200, 300, 400 e 500 réis para os sêllos postaes; de 25 e 50 réis para os cartões postaes simples e de 25 + 25 réis para os cartões postaes com resposta paga; de 10 e 20 réis para os bilhetes postaes simples e de 10 + 10 e 20 + 20 réis para os bilhetes postaes com resposta paga.

§ unico. Serão emitidos sêllos postaes com legenda especial para as colonias africanas e districtos de Cabo Verde, Guiné, S. Thomé e Príncipe, Angola, Congo, Moçambique, Lourenço Marques, Inhambane e Zambesia.

Art. 2.º Os sêllos e mais formulas de franquia para o Estado da India serão das taxas de 1, 1 1/2, 2, 2 1/2, 3, 4 1/2, 6 e 9 réis, 1, 2, 3, 4, 8 e 12 tangas e de 1 e 2 rupias para os sêllos postaes; de 6 réis, 1 e 2 tangas para os cartões postaes simples, de 6 + 6 réis e de 1 + 1 tangas para os cartões postaes com resposta paga; de 3, 5 e 10 réis para os bilhetes postaes simples e de 3 + 3, 5 + 5 e 10 + 10 réis para os bilhetes postaes com resposta paga.

Art. 3.º Os sêllos e mais formulas de franquia para a provincia de Macau e para o districto autonomo de Timor serão para cada uma d'estas possessões, das taxas de 1 1/2, 1, 2, 3, 4, 5, 10, 14, 18, 37, 56 e 74 avos da pataca e de 1 pataca para os sêllos postaes; de 3, 5 e 10 avos da pataca para os cartões postaes simples e de 3 + 3 e 5 + 5 avos da pataca para os cartões postaes com resposta paga; de 1, 2 e 4 avos da pataca para os bilhetes postaes simples e de 1 + 1, 2 + 2 e 4 + 4 avos da pataca para os bilhetes postaes com resposta paga.

Art. 4.º Os bilhetes postaes simples e com resposta paga terão a frente dividida em duas partes iguaes por um traço vertical, sendo a parte direita destinada ao endereço e a parte esquerda assim como o verso reservados para a correspondencia.

Art. 5.º Os sêllos de *porteeado* serão para cada uma das provincias ultramarinas de Africa das taxas de 5, 10, 20, 30, 40, 50, 100 e 200 réis; para o Estado da India, das taxas de 1, 2, 3, 5 e 9 réis, 1, 2, 4 e 8 tangas; para a provincia de Macau e para o districto autonomo de Timor, das taxas de 1, 2, 4, 5, 6, 7, 10 19 e 37 avos da pataca.

Art. 6.º Quando os sêllos e mais formulas de franquia de que trata este decreto houverem chegado ás estações competentes, será annunciada oficialmente a sua substituição nos respectivos Boletins do ultramar, ficando entendido que durante tres mezes, contados da data da respectiva publicação nas colonias, será ainda permittida a circulação dos sêllos e mais formulas de franquia actualmente em vigor.

§ unico. Findo o praso de tres mezes indicado n'este artigo, não serão admittidos nem considerados válidos, para os effeitos postaes, os sêllos e mais formulas de franquia de anteriores emissões, podendo, comtudo, ser trocados pelos dos novos typos durante o periodo de mais tres mezes nas Repartições dos correios do ultramar.

Art. 7.º A circulação dos novos sêllos, cartões postaes e bilhetes postaes, simples e

com resposta paga, de que trata o presente decreto, deverá começar em 1 de janeiro de 1908.

Art. 8.º Todos os sellos e mais formulas de franquia retirados da circulação, devem ser inutilizados pela Casa da moeda com as formalidades legais.

O Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 18 de abril de 1907. = REI. = *Ayres d'Ornelas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo n.º 89).

Tendo sido assignado em Nova Gôa, aos 28 de janeiro, e, em Calcuttá, aos 11 de fevereiro do corrente anno, respectivamente pelo governador geral da India portugueza e pelo Vice-Rei e governador geral da India britannica, um Accordo para a permutação de artigos sujeitos a embolso entre os correios d'aquellas duas colonias: hei por bem, usando da auctorisação conferida pelo § unico do artigo 1.º da lei de 7 de julho de 1898, approvar o dito Accordo, que vae junto ao presente decreto e d'elle fica fazendo parte.

Os ministros e secretarios d'Estado dos negocios da marinha e ultramar e dos negocios estrangeiros assim o tenham entendido e façam executar. Paço, aos 18 de abril de 1907. = REI. = *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*. = *Luiz Cypriano Coelho de Magalhães*

Accordo a que se refere o decreto de 18 de abril de 1907

Accordo para a permutação de artigos sujeitos
a embolso entre os correios
da India portugueza e India britannica

Agreement for the exchange of value-payable articles
between Portuguese India and British India

A fim de se estabelecer a troca de artigos sujeitos a embolso entre os correios da India britannica e India portugueza, os abaixo assignados concordam no seguinte Accordo provisório:

In order to establish an exchange of value-payable articles between *British India* and *Portuguese India*, the undersigned have agreed upon the following temporary agreement:

ARTIGO I

ARTICLE I

Todas as classes de correspondencia registada, cartas com valor declarado, e encomendas com ou sem valor declarado, serão trocadas pelo systema de embolso entre os correios da India portugueza e India britannica. Esses artigos ficam sujeitos ao mesmo regulamento geral e ás taxas como os outros artigos das mesmas classes.

All classes of registered correspondence, insured letters, and parcels, both insured and uninsured, may be exchanged under the value-payable system between Portuguese India and British India. Such articles shall be subject to the same general regulations and rates as other articles of the same classes.

Os correios que trocam os artigos sujeitos a embolso serão na India portugueza os de Gôa, Damão e Diu, e na India britannica o de Bombaim.

The offices of exchange for value-payable articles shall be, on the side of Portuguese India, Goa, Daman and Diu, and on the side of British India, Bombay.

ARTIGO II

ARTICLE II

O valor maximo que pode ser arrecadado por cada artigo será de 600 rupias.

The maximum charge which may be collected on any one article shall be Rs. 600.

ARTIGO III

Todos os artigos sujeitos a embolso terão um carimbo ou etiqueta com as palavras «Value-payable».

ARTIGO IV

Os artigos sujeitos a embolso deverão entrar na lista da correspondencia registada, nas facturas de cartas de valor declarado ou nas encomendas, da mesma forma como os outros artigos registados, cartas com valor declarado, e encomendas com ou sem valor declarado, segundo o caso; mas com o accrescentamento, na columna de observações, das palavras «Value-payable», seguidas da menção, tanto por extenso como por algarismos, sem rasura ou emenda, da quantia em moeda corrente de rupias para *ser enviada ao remittente*, e bem assim o nome e a residencia do remittente escriptos com clareza.

ARTIGO V

A quantia que tiver de ser enviada ao remittente, juntamente com o respectivo premio (pela taxa em vigor de vales ordinarios sacados contra o paiz d'onde vieram os artigos sujeitos a embolso), será arrecadada do destinatario. A quantia que deve ser remittida ao remittente ser-lhe-ha enviada por meio de vale postal, conservando-se o premio em poder da Administração que emittir o vale.

ARTIGO VI

Os vales de embolso serão enviados ao paiz do destino da mesma forma que os vales ordinarios, mas em listas separadas. Na columna de observações da lista far-se-ha menção, na linha correspondente a cada vale de embolso, das letras «V. P.» seguidas das palavras «Remittida por conta do artigo V. P. incluido no n.º ... da lista de *correspondencia registada* (factura das cartas de valor declarado e encomendas), datada de ... A quantia do vale d'esta especie, que não for entregue, ficará em poder da Administração do paiz da origem do objecto sujeito a embolso.

ARTIGO VII

As transacções de vales de embolso serão incorporadas na conta trimensal rela-

ARTICLE III

Each value-payable article shall be stamped or labelled with the words «Value-payable».

ARTICLE IV

Value-payable articles shall be entered in the registered list, insured letter invoice, or parcel bill, in the same way as other registered articles, insured letters, and insured or uninsured parcels, as the case may be, but with the addition, in the column for «Remarks», of the words «Value-payable», followed by an entry both in words and figures, without erasure or alteration, of the amount in rupie currency to be remitted to the sender, and also of the sender's name and full adress in clear characters.

ARTICLE V

The amount to be remitted to the sender, together with the commission thereon (at the rate in force for ordinary money orders drawn on the country of origin of the value-payable article), shall be collected from the addressee. The amount to be remitted to the sender shall be transmitted to the latter by postal money order, and the commission shall be retained by the Administration which issues the money order.

ARTICLE VI

Value-payable money orders shall be advised to the country of payment in the same way as ordinary money orders, but in separate lists. In the column for remarks of the list shall be entered opposite each value-payable money order, the letters «V. P.» followed by the words «Remitted on account of V. P. article entered at N.º ... of registered list (*insured letter invoice parcel bill*), dated the ... The amount of an undeliverable money order of this kind shall remain at the disposal of the Administration of the country of origin of the value-payable article.

ARTICLE VII

Value-payable money order transactions shall be embodied in the quarterly account

tiva á troca de vales ordinarios entre os correios da India portugueza e da India britannica, sendo os creditos respectivos incluídos na conta dos mesmos vales ordinarios. No caso de encommendas enviadas pelo systema de embolso, as quotas do porte pertencentes a cada Administração serão ajustadas, como de ordinario, nas contas de encommendas entre os correios da India portugueza e da India britannica, e, no caso de cartas e encommendas com valor declarado, expedidas pelo systema de embolso, a quota do premio de seguro devido a cada Administração será ajustada, como de ordinario, nas contas das cartas e encommendas entre ambas as Administrações.

ARTIGO VIII

Se o destinatario do artigo sujeito a embolso não pagar a quantia a que é obrigado, dentro do prazo prescripto pelo regulamento interno do paiz do destino, o artigo será devolvido ao correio originario. Ambos os paizes darão mutuamente conhecimento do seu regulamento interno a esse respeito.

ARTIGO IX

No caso de perda de um artigo registado, de embolso, ou quando uma carta de embolso com valor declarado, ou uma encommenda de embolso com ou sem valor declarado, tiver sido perdida ou avariada, ou o seu conteúdo subtraído, a responsabilidade será fixada, sendo a indemnização paga nas mesmas condições como no caso dos outros artigos registados, cartas com valor declarado ou encommendas com ou sem valor declarado, segundo o caso. Quando, porém, semelhante artigo, carta, ou encommenda, tiver sido uma vez entregue, a Administração do paiz de destino será responsavel pela quantia arrecadada, e deve, sendo necessario, provar que foi remetida ao remetente, menos o premio estipulado.

ARTIGO X

As disposições do presente Accordo serão applicaveis exclusivamente aos artigos sujeitos a embolso procedentes da India portugueza, ou da India britannica, segundo o caso.

ARTIGO XI

O presente Accordo começará a vigorar desde 1 de abril de 1907, e continuará em

relating to the exchange of ordinary money orders between Portuguese India and British India, the credits to be given or taken being the same as in the case of ordinary money orders. In the case of parcels sent under the value-payable system, the share of the postage belonging to each Administration shall be accounted for as usual in the parcel accounts between Portuguese India and British India, and in the case of insured letters and insured parcels sent under the value-payable system, the share of the insurance fee due to each Administration shall be accounted for as usual in the insured letter and insured parcel accounts between the two Administrations.

ARTICLE VIII

If the addressee of a value-payable article does not pay the amount of the charge within the limit of time prescribed by the internal regulations of the country of delivery, the article shall be sent back to the office of origin. Each country shall communicate to the other its internal regulations in this respect.

ARTICLE IX

In the event of the loss of a value-payable registered article, or when a value-payable insured letter or a value-payable insured or uninsured parcel, has been lost or damaged or its contents abstracted, the responsibility shall be fixed and compensation paid under the same conditions as in the case of other registered articles, insured letters, or insured or uninsured parcels, as the case may be. When, however, such an article, letter, or parcel has once been delivered, the Administration of the country of destination shall be responsible for the sum collected and must, if necessary, prove that it has remitted it, less the prescribed commission, to the sender.

ARTICLE X

The provisions of the present Agreement shall apply exclusively to value-payable articles originating in Portuguese India or British India, as the case may be.

ARTICLE XI

The present Agreement shall take effect on the 1st April 1907. It shall then continue

vigor enquanto não seja modificado, ou dado por terminado por mutuo consento de ambas as partes contractantes, ou um anno depois da data em que uma das partes notificar á outra o seu desejo de o dar por terminado.

in force until it shall be modified or determined by mutual consent of the contracting parties or until one year after the date on which one of the contracting parties shall have notified the other of its intention to determine it.

Feito em duplicado, e assignado :
Em Calcuttá aos 11 de fevereiro de 1907.

Em Nova Gôa, aos 28 de janeiro de 1907.
O Vice-Rei e governador geral da India britannica, *Minto*.

O governador geral da India portugueza, *Arnaldo de Novaes Guedes Rebello*.

Executed in duplicate and signed :
At Calcuttá the 11 th February 1907.

At Nova Goa the 28th January 1907.
The Vice-Roy and Governor General of British India, *Minto*.

The Governor General of Portuguese India, *Arnaldo de Novaes Guedes Rebello*.

(Diário do Governo. n.º 94).

Tendo o decreto de 24 de dezembro de 1903 estabelecido e prescripto no reino a forma do pagamento de emolumentos, contribuição industrial e imposto do sêllo nos processos, papeis e mais actos judiciais ;

Attendendo á reconhecida vantagem de tornar extensivas as disposições d'aquelle diploma ás provincias ultramarinas, onde por maioria de razões é reclamada a adopção de tão util providencia ;

E usando da faculdade concedida pelo § 1.º do artigo 15.º do primeiro Acto addicional á Carta constitucional da monarchia, depois de ouvida a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros ;

Hei por bem decretar o seguinte :

Artigo 1.º É extensivo ás provincias ultramarinas, desde a sua publicação nos respectivos Boletins officiaes, o decreto de 24 de dezembro de 1903, que regula no reino a forma do pagamento de emolumentos, contribuição industrial e imposto do sêllo nos processos, papeis e mais actos judiciais.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 25 de abril de 1907. = REI. = *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diário do Governo n.º 94)

Diploma a que se refere o decreto supra

Usando da auctorisação concedida ao Governo pelo § 2.º do artigo 1.º da carta de lei de 24 de maio de 1902 :

Hei por bem decretar o seguinte :

Artigo 1.º Desde o dia 1 de janeiro de 1904, no continente do reino, e desde o dia 20 do mesmo mez, nas ilhas adjacentes, começarão a ser pagos por meio de guias nos processos, papeis e mais actos judiciais :

1.º Os emolumentos e salarios que constituam receita do Estado ;

2.º A contribuição industrial devida pelos emolumentos e salarios dos funcionarios ;

3.º O sêllo dos recibos que os funcionarios passem dos emolumentos ou salarios e todo o mais sêllo devido no processo.

§ unico. Nas certidões, certificados, cartas de sentença e de arrematação, formas de partilha, documentos e quaesquer outros papeis avulsos, sujeitos a emolumentos ou salarios que não devam ser recebidos com as custas de qualquer processo, bem como nos actos de processo para que tenha precedido preparo especial, os emolumentos que constituam receita do Estado, a contribuição industrial e o sêllo dos recibos continuarão

a ser pagos por meio de estampilhas, que serão inutilizadas pelo escrivão ou por quem suas vezes fizer.

Art. 2.º Em todos os processos ou papeis avulsos que forem á conta, o contador, além das obrigações que lhe são impostas pela tabella dos emolumentos e salarios judiciais em vigor, e pelo artigo 147.º do regulamento do imposto do sêllo de 9 de agosto de 1902, fará no fim da conta uma recopilação do que fôr devido ao Estado, especificando as verbas de emolumentos, contribuição industrial e sêllo.

§ 1.º Em todos os papeis avulsos que não tenham de ir ao contador, por terem emolumentos ou salarios fixos, as contas serão feitas pelo escrivão do processo ou por quem suas vezes fizer, e observar-se-ha o disposto no artigo 39.º da citada tabella.

§ 2.º A responsabilidade por qualquer erro ou engano na conta pertence exclusivamente ao funcionario que a tiver feito.

§ 3.º O contador, quando lhe fôr qualquer processo para contar, verificará se o escrivão fez bem as contas a que se refere o § 1.º, e, quando encontrar algum engano ou erro, apontal-o-ha e informará o Ministerio publico.

Art. 3.º Pagas que sejam as custas de qualquer processo, o escrivão respectivo ou quem suas vezes fizer lavrará immediatamente no processo o competente termo, e passará em duplicado guias para o pagamento do que fôr devido ao Estado, pagamento que deverá ser effectuado no praso de tres dias a contar do mencionado termo. Nas guias se fará especificação igual á que o contador tem de fazer no fim das contas.

§ unico. As guias serão apresentadas, em Lisboa, ao escrivão da receita eventual, e, nos restantes concelhos do paiz, ao respectivo escrivão de fazenda, para exararem a competente verba, nos termos regulamentares.

Um dos exemplares da guia ficará na recebedoria onde se effectuar o pagamento, e o outro, com recibo do recebedor, será junto ao respectivo processo.

Art. 4.º Aos juizes e agentes do Ministerio publico compete fiscalisar o cumprimento das disposições contidas n'este decreto, e não poderão receber o que lhes competir de emolumentos sem que esteja junta ao processo a guia que prove estar pago ao Estado tudo o que lhe pertencer.

§ unico. O Ministerio publico, além da vista que tem nos processos, nos termos do artigo 102.º doCodigo do processo civil, terá vista de todos os processos em que seja devida alguma importancia ao Estado, vista que lhe será aberta no praso de dez dias, a contar do pagamento das custas, a fim de poder fiscalisar se o escrivão e o contador cumpriram as suas obrigações.

Art. 5.º Todos os actos creados de novo em virtude das disposições do presente decreto, com excepção das guias, serão isentos de sêllo e gratuitos.

Art. 6.º Os documentos e papeis a que se refere o § unico do artigo 1.º do presente decreto, que não tiverem as respectivas estampilhas, não serão admittidos nem produzirão effeito em Juizo, ou perante qualquer auctoridade ou Repartição publica, sem que se lhes affixem novas estampilhas, quando existam vestigios de as haverem tido, ou sem que se mostrem revalidados pela forma determinada no regulamento vigente do imposto do sêllo, quando a falta provenha da não affixação das estampilhas.

§ unico. A despesa com as novas estampilhas ou com a revalidação será paga por quem quizer fazer uso do documento, mas, no caso de revalidação, poderá quem a tiver pago exigir a respectiva importancia do funcionario que houver dado causa á omissão.

Art. 7.º Todos os funcionarios, a quem compete cumprir e fazer cumprir as disposições d'este decreto, ficam sujeitos ás penas disciplinares pela não observancia das suas disposições.

Art. 8.º Nas inspecções aos cartorios que se effectuarem em virtude do disposto no artigo 7.º do regulamento de 24 de setembro de 1892, e nas visitas fiscaes realisadas pelos empregados dependentes da Inspecção geral dos impostos, serão levantados autos de transgressão e enviados pelas vias competentes ao Ministerio da justiça, sempre que tenham deixado de ser observadas algumas das disposições do referido regulamento ou do presente decreto.

Art. 9.º Fica revogada por este decreto toda a legislação em contrario.

Os ministros e secretarios d'Estado dos negocios de justiça e da fazenda assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 24 de dezembro de 1903. — REI. — *Arthur Alberto de Campos Henriques* — *Antonio Teixeira de Sousa*.

Attendendo ao que me representou o Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar;

Tendo ouvido a Junta consultiva do ultramar e o Conselho de ministros;

E usando da auctorisação concedida ao Governo pelo § 1.º do art. 15.º do primeiro Acto adicional á Carta constitucional da monarchia;

Hei por bem decretar o seguinte:

Art. 1.º E' auctorisado o Governo a pôr em execução nas provincias ultramarinas e no districto autonomo de Timor o decreto de 14 d'agosto de 1889, relativo á criação dos tribunaes de arbitros-avindores, com as alterações seguintes:

1.º Supprimir o § unico do art. 1.º;

2.º Ficar da competencia dos governadores geraes, governadores de provincias e do districto autonomo de Timor as nomeações do presidente e vice-presideate, a que se refere o § 1.º do art. 6.º;

3.º Elevar a 100\$000 réis o valor das causas a que se refere o art. 8.º.

Art. 2.º São igualmente applicaveis ás mesmas provincias e districto autonomo o «regulamento para o recenseamento e eleição nos collegios para constituição dos tribunaes de arbitros-avindores» e o «regulamento de processo perante os tribunaes de arbitros-avindores» approvados por decreto de 19 de março de 1891.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

O Ministro e secretario d'Estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 25 d'abril de 1907 — REI — *Ayres d'Ornellas de Vasconcellos*.

(Diario do Governo n.º 94).

Diplomas a que se refere o decreto supra

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as Côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º E' o Governo auctorisado a crear tribunaes de arbitros-avindores nas localidades em que houver centros industriaes importantes, quando estes os requererem, ou quando os reclamarem as respectivas corporações administrativas.

§ unico. Em Lisboa e Porto poderá haver mais de um d'estes tribunaes, conforme o agrupamento de industrias que para tal fim se effectuar.

Art. 2.º São da competencia dos tribunaes de arbitros-avindores, qualquer que seja o valor da causa: em geral todas as controversias sobre a execução de contractos ou convenções de serviço, em assumptos industriaes ou commerciaes, entre patrões, de uma parte, e os seus operarios ou empregados, da outra; ou entre operarios ou empregados entre si, quando trabalhem para o mesmo patrão; e em especial as que disserem respeito a salarios, preço e qualidade de mão de obra, horas de trabalho, contractadas ou devidas, observancia de estipulações especiaes, imperfeição na mão de obra, compensações de salarios por alteração na qualidade da materia prima fornecida ou por modificações nas indicações do trabalho; indemnisação pelo abandono de fabrica, ou por licenciamento ou abandono antes de findo o trabalho ajustado e indemnisação por não cumprimento do contracto de aprendizagem.

Art. 3.º Os tribunaes de arbitros-avindores poderão tambem funcionar como Camaras syndicaes quando assim lhes seja requerido, ou pela maioria dos operarios ou empregados, ou pelo respectivo patrão, para tomarem conhecimento das reclamações contra as estipulações do serviço ou contracto do trabalho em vigor, e emitirem o seu parecer sobre a oportunidade e equidade que, porventura, assistam a essas reclamações.

Art. 4.º Além das attribuições de conciliação e de judicatura, mencionadas nos artigos antecedentes, compete aos tribunaes de arbitros-avindores vigiar sobre o modo como se executam as leis e regulamentos que respeitam á industria; receber queixas e reprehender disciplinarmente os patrões, seus empregados ou operarios pelo esquecimento das boas normas de equidade, doçura, respeito e obediencia, que devem presidir ás relações entre uns e outros; e levantar autos, enviando-os para as auctoridades competentes, quando estas transgressões sejam bastante graves para deverem determinar a intervenção do Juizo criminal ou simplesmente da acção policial.

§ unico. O operario ou operarios, que houverem motivado a reprehensão disciplinar ou uma decisão do tribunal contraria ao patrão, não podem ser despedidos por este senão tres mezes depois, salvo sentença do mesmo tribunal, promovida pelo patrão interessado, encerramento ou suspensão da sua industria.

Art. 5.º O decreto da criação de cada um dos tribunaes de arbitros-avindores determinará:

1.º A séde e circumscripção de cada tribunal;

2.º As industrias ou grupos de industrias affins sujeitas á sua jurisdicção e cujos patrões, operarios ou empregados devam constituir collegios especiaes para eleição dos vogaes do tribunal;

3.º O numero de vogaes de que deve ser composto.

Art. 6.º Cada um dos tribunaes de arbitros-avindores será composto de um presidente, de dois vice-presidentes e de um numero par de vogaes, nunca inferior a oito nem superior a dezeseis.

§ 1.º O presidente e vice-presidentes de cada tribunal serão nomeados annualmente pelo Governo de entre sete cidadãos estranhos ás classes directamente interessadas nas controversias que tenham de ser por elle julgadas, e propostos pela Camara municipal do concelho, onde o tribunal tiver a sua séde, e por ella eleitos em escrutinio secreto.

§ 2.º Metade dos vogaes será eleita por um collegio de patrões e metade por um collegio de operarios ou empregados das industrias sujeitas á jurisdicção do tribunal.

§ 3.º Aos vogaes eleitos pelo collegio de operarios ser-lhes-ha abonada, pelo tempo que funcionarem como arbitros, a importancia da sua collecta industrial, em virtude de communicação feita ao respectivo escrivão de fazenda pelo presidente do tribunal.

§ 4.º Os vogaes servirão por dois annos, sendo annualmente substituidos por metade em cada um dos grupos. No primeiro far-se-ha a substituição por sorteio.

§ 5.º Na falta ou impedimento do presidente e vice-presidentes, o juiz commercial, se o houver na séde, ou o juiz da respectiva comarca, designará quem presida, até que cesse o impedimento ou que o Governo nomeie de novo pelo processo estabelecido.

Art. 7.º Nenhuma controversia poderá ser julgada pelos tribunaes de arbitros-avindores sem se haver tentado conciliação prévia.

§ 1.º A conciliação será tentada perante dois vogaes, um de cada grupo, eleitos pelo tribunal e presididos pelo presidente d'este.

§ 2.º Qualquer das partes poderá exigir que um dos substitutos do tribunal do seu respectivo grupo funcione como adjunto no Juizo de conciliação; n'esse caso, poderá a outra parte nomear outro substituto do seu grupo, ou o nomeará o tribunal *ex-officio*. Os substitutos que assim funcionarem não poderão em caso algum tomar parte no julgamento definitivo de controversia.

§ 3.º Em qualquer estado da causa poderá fazer-se nova tentativa de conciliação, por accordo das partes, sendo n'esse caso os vogaes designados por ellas e sem distincção de grupos.

Art. 8.º Das decisões dos tribunaes de arbitros-avindores poderá haver sempre recurso por motivo de incompetencia, ou quando o valor da causa exceda a 30\$000 réis.

§ 1.º A excepção de incompetencia não poderá ser attendida, se não fôr allegada antes de começar a audiencia do julgamento.

§ 2.º A' livre ás partes reconhecer préviamente competencia no tribunal e sujeitar-se á sua decisão.

§ 3.º Quando estes tribunaes funcionarem como Camaras syndicaes, no caso do artigo 3.º d'esta lei, os seus pareceres só terão força de sentença quando as partes préviamente tiverem n'isso consentido.

§ 4.º O valor da causa, quando seja omisso no pedido ou quando as partes não estejam de accordo sobre elle, será sempre julgado como questão prévia. D'este laudo do tribunal não haverá recurso.

Art. 9.º O recurso das decisões dos tribunaes de arbitros-avindores effectuar-se-ha para o tribunal commercial da respectiva circumscripção.

Art. 10.º Perante os tribunaes de arbitros-avindores não serão admittidos advogados. As partes pleiteiam pessoalmente, e só por excepção, fundamentada em motivos graves e devidamente reconhecida pelo tribunal, poderão ser representadas por industriaes ou operarios, como procuradores.